

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Caynnã de Camargo Santos

A (RE)DESCOBERTA DO CORPO
UMA ABORDAGEM NEOMATERIALISTA DAS
VIVÊNCIAS DE MULHERES COM MALFORMAÇÃO
CONGÊNITA DO APARELHO REPRODUTOR

**Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia, orientada pela
Professora Doutora Virgínia do Carmo Ferreira e apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.**

Dezembro de 2020



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A (RE)DESCOBERTA DO CORPO

Uma abordagem neomaterialista das vivências de mulheres
com malformação congênita do aparelho reprodutor

Caynnã de Camargo Santos

Tese de Doutorado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Virgínia
do Carmo Ferreira e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra para obtenção do grau de Doutor.

Dezembro de 2020

*A Colomy de Camargo
(In Memoriam)*

Agradecimentos

Esta tese é, acima de tudo, um entrelaçamento.

Diferentes tempos, espaços e pessoas a tornaram possível, e seria necessário outro volume, de similar tamanho, para agradecer a todas e todos que a constituíram. Antevendo a parcialidade vergonhosa do resultado e exercitando, novamente, uma antiga paixão minha pelas causas impossíveis, tentarei nas linhas que se seguem mencionar e reconhecer algumas/alguns daquelas/daqueles que, talvez sem saberem, fizeram emergir este estudo.

Primeiramente, agradeço às mulheres com MRKH que de maneira tão generosa compartilharam comigo suas vivências e suas histórias. Os aprendizados que me proporcionaram transbordam o plano investigativo, e me fizeram uma pessoa melhor em mais níveis do que eu poderia aqui enumerar.

Agradeço ao corpo docente e às/aos minhas/meus colegas do Doutorado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Com vocês aprendi que a Sociologia pode ser um esporte de combate, mas é também uma prática de afeto.

Neste ponto, devo sublinhar a figura de minha querida orientadora, Professora Doutora Virgínia Ferreira, em quem reconheço um exemplo de profissional que une de maneira magistral excelência científica, responsabilidade ético-política e cuidado humano com aquelas/aqueles que a cercam. Os ensinamentos que tão generosamente me proporcionou, a confiança em mim depositada e o incansável apoio com que me brindou em níveis que superam – em muito – quaisquer obrigações puramente institucionais, permitiram que este trabalho fosse realizado. Obrigado por fazer deste percurso uma aventura intelectualmente estimulante, desafiadora e extremamente enriquecedora.

Agradeço à minha família. Minha mãe Vera, por ser meu exemplo maior de amor e apoio incondicional. Sou e serei eternamente grato pelos valores que me ensinou e pelas oportunidades que me proporcionou. À minha irmã Thandara e ao meu irmão Taynnã, por serem grandes seres humanos que me ensinam muito mais do que nossa tradição de não elogiar publicamente nossos irmãos me permite escrever aqui. Sem os sorrisos e a felicidade de Maya, Théo e Gabriel, esta tese não existiria. Agradeço aos meus avôs e avós e, em especial, a meu avô Colomy

de Camargo. Outras muitas páginas seriam necessárias para agradecer a contento a meu avô, páginas que, talvez, nunca chegarão a ser escritas. Tento fazer da minha vida algo que, acredito, iria te orgulhar. “Emplacamos mais um”, eu te diria agora. Eu te diria muito mais, e te digo todas as noites. É possível que as aspas tenham efeitos mágicos (uma possibilidade criada pelo meu desejo de que você ouça quando escrevo estas linhas). Em tempo: “Obrigado, vô”.

Karoline Gomes, minha esposa, mereceria muitos capítulos de agradecimentos. Sua coragem de trapezista sem rede (afinal, quem mais me acompanharia nessa aventura além-mar?), seu sorriso que esquenta qualquer inverno europeu, sua inteligência, seu apoio irrestrito, seus valores inegociáveis, seu carinho e sua forma única de ser poesia e porto seguro escreveram comigo este trabalho. Obrigado por ser minha companheira neste nosso plano maluco de fazer da vida algo extraordinário.

Agradeço às minhas amigas e amigos por, mesmo quando fisicamente distantes, serem importantes fontes de apoio contínuo. Em especial, agradeço a Diego Mathias pela parceria de uma vida e a Nathália Militão por se fazer sempre perto.

Os acertos do presente estudo são, em grande medida, devidos ao apoio que recebi das pessoas que me acompanharam no decorrer desse trajeto. Sobre os possíveis erros, assumo exclusiva responsabilidade.

*Para começar outro tempo político, será necessário
inicialmente mudar de corpo.*

– Vladimir Safatle, *O Circuito dos Afetos*

Resumo

As vitórias alcançadas nas últimas décadas pelas teorias feministas pós-estruturalistas no combate ao naturalismo e ao essencialismo biológico cobraram um alto preço; mais especificamente, essas batalhas parecem ter sido ganhas à custa da renúncia à materialidade corporal. De fato, ao situarem nos textos, nos sentidos, nas epistemes e nos processos de significação cultural seus objetos praticamente exclusivos de interesse e de escrutínio, tais posicionamentos construtivistas popularizaram determinado entendimento sobre o corpo que o assemelha a uma mera “posição discursiva”.

A presente tese é animada pela compreensão de que as teorias feministas, na atualidade, veem-se confrontadas com a urgente tarefa de novamente “levar a matéria a sério” (Alaimo, 2010: 6). O estudo aborda a questão de como reinserir a problemática da materialidade nos atuais debates feministas sobre corpo de maneira a não sucumbir à concepção moderna de matéria enquanto pura facticidade biológica, inerte e autossuficiente (posição que, tradicionalmente, fundamentou naturalismos e essencialismos antifeministas) e, simultaneamente, não capitular aos impulsos linguísticos totalizantes que marcam grande parte dos construtivismos hoje dominantes na área.

No âmago da tese, reside uma tentativa de demonstrar, a nível tanto teórico quanto empírico, que a modalidade de neomaterialismo proposta pela física e feminista norte-americana Karen Barad, nomeada de “realismo agencial”, oferece à sociologia e aos estudos feministas promissoras ferramentas político-teóricas (e nos convida a pensar muitas outras) capazes de superar as contendas circulares entre construtivismos totalizantes e naturalismos reducionistas que atualmente marcam e limitam grande parte dos debates acerca dos corpos e das subjetividades.

De modo a ilustrar as potencialidades do edifício político-teórico desenvolvido por Barad para abordagens feministas do corpo situadas no domínio das ciências sociais, algumas das principais propostas do realismo agencial são operacionalizadas na análise de um fenômeno específico: as vivências de mulheres com uma forma rara de malformação do aparelho reprodutor, que se manifesta na ausência congênita do útero (ou presença do órgão em forma rudimentar) e

agenesia vaginal (presença de 1/3 do canal vaginal), conhecida na literatura médica como Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH). A partir daquilo que nomeamos de perspectiva metodológica qualitativa de viés (auto)crítico, o estudo promove leituras difrativas dos relatos das entrevistadas quando tratando das capacidades reprodutivas de seus corpos e do encurtamento congênito do canal vaginal associado à Síndrome.

Das leituras conduzidas, emerge uma compreensão alternativa de corpo que o identifica como uma entidade ontologicamente relacional, uma materialidade dinâmica e detentora de limites mutáveis, cuja aparência de estabilidade, unidade e autossuficiência é tecida contextualmente por/em redes nunca estáticas de agências heterogêneas, incluindo forças de ordem política, econômica, cultural, tecnológica, entre outras. No decorrer das análises, somos também convidados a repensar, mediante uma visada atenta à materialidade de actantes humanos e não-humanos, noções de importância fulcral para os estudos feministas contemporâneos, tais como performatividade, agência, processos de materialização e práticas discursivas.

A presente tese contribui no sentido de suprir duas carências distintas. Primeiramente, no campo das pesquisas sobre a MRKH, que tem sido historicamente dominado por abordagens das ciências médicas, o estudo representa uma rara aproximação sociológica e informada pelas perspectivas feministas. Em paralelo, reconhecemos a carência, em espaços lusófonos, de estudos que, partindo das teorias feministas, se dediquem especificamente à operacionalização do realismo agencial de Karen Barad em análises empíricas.

Palavras-chave: Corpo, Neomaterialismo, Realismo Agencial, Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser, Teoria Feminista.

Abstract

The victories achieved in recent decades by post-structuralist feminist theories in their struggles against naturalism and biological essentialism have taken a heavy toll; more specifically, such battles seem to have been won at the expense of renouncing the materiality of the body. In fact, by placing their exclusive objects of interest and scrutiny in texts, meanings, epistemes, and processes of cultural signification, these constructivist positions popularized a certain understanding of the body that regards it as a mere "discursive position".

The present thesis is animated by the understanding that feminist theories, today, are faced with the urgent task of "taking matter seriously" (Alaimo, 2010: 6). The study addresses the question of how to reintroduce the issue of materiality in the current feminist debates about the body in such a way as not to succumb to the modern conception of matter as an inert and self-sufficient biological facticity (a position that, traditionally, has based anti-feminist naturalisms and essentialisms) and, simultaneously, as not to capitulate to the totalizing linguistic impulses that characterize a large part of the constructivisms that are currently dominant in the area.

At the heart of the thesis lies an effort to demonstrate, at both a theoretical and empirical level, that the modality of new materialism proposed by American physicist and feminist Karen Barad, called "agential realism", offers promising political and theoretical tools for sociology and feminist studies (and invites us to think of many others) capable of overcoming the circular strife between totalizing constructivisms and reductionist naturalisms that currently mark and limit much of the debates about bodies and subjectivities.

To illustrate the potentialities of the political and theoretical framework developed by Barad for feminist approaches to the body in the domain of social sciences, some of the main propositions of agential realism are operationalized in the analysis of a specific phenomenon: the experiences of women with a rare form of malformation of the reproductive system, which manifests itself through congenital absence of the uterus (or presence of the organ in rudimentary form) and vaginal agenesis (presence of 1/3 of the vaginal canal), known in the medical literature as Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser syndrome (MRKH). Based on what

we name as a qualitative methodological perspective of (auto)critical bias, the study promotes diffractive readings of the interviewees' accounts when dealing with the reproductive capabilities of their bodies and the congenital shortening of the vaginal canal associated with the Syndrome.

From the readings conducted, an alternative understanding of the body emerges, one that identifies it as an ontologically relational entity, a dynamic materiality with mutable limits, whose appearance of stability, unity, and self-sufficiency is contextually enacted through never static networks of heterogeneous agencies, including political, economic, cultural, and technological forces, among others. In the course of the analysis, we are also invited to rethink, without losing sight of the materiality of human and non-human actants, notions of central importance for contemporary feminist studies, such as performativity, agency, materialization processes and discursive practices.

This thesis contributes towards filling two distinct needs. Firstly, in the field of studies on MRKH, which has historically been dominated by approaches from the medical sciences, the study represents a rare sociological effort informed by feminist perspectives. In parallel, we recognize the lack, in Portuguese-speaking spaces, of studies that, based on feminist theories, are specifically dedicated to the operationalization of Karen Barad's agential realism in empirical analysis.

Keywords: Body, New Materialism, Agential Realism, Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser Syndrome, Feminist Theory.

Lista de Siglas e Abreviaturas

MRKH – Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser

NTRCs – Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas

SUS – Sistema Único de Saúde

ES – Entrevista com Participante **S**.

EJ – Entrevista com Participante **J**.

EV – Entrevista com Participante **V**.

EALI – Entrevista com Participante **AL**, Parte I

EALII – Entrevista com Participante **AL**, Parte II

SUMÁRIO

Introdução.....	1
-----------------	---

PARTE I – Caminhos Teóricos

Capítulo 1 – Somatofobia e o Pensamento Ocidental.....	13
---	-----------

1.1. Uma longa trajetória.....	13
1.2. “Ser corpo” em um mundo somatofóbico	20
1.3. Abordagens feministas do corpo: da carne ao verbo	30

Capítulo 2 – A Produtividade do Discurso: da representação à performatividade	41
--	-----------

2.1. Breve contextualização histórico-conceitual.....	41
2.2. Foucault: corpos, discursos e poder	48
2.3. Butler, performatividade e materialização	56
2.3.1. Os limites discursivos da “matéria”	61
2.3.2. A inefável <i>matéria</i>	65

Capítulo 3 – Pela rematerialização dos corpos: o neomaterialismo	75
---	-----------

3.1. (Re)descobrimo a matéria.....	75
3.2. Contribuições da filosofia-física de Niels Bohr	79
3.3. O realismo agencial de Karen Barad.....	91

INTERLÚDIO

Capítulo 4 – Materializando o neomaterialismo: um interlúdio metodológico.....	107
---	------------

4.1. Pensar as práticas de pesquisa para além da modernidade.....	107
4.2. Uma abordagem metodológica qualitativa (auto)crítica	114
4.3. Métodos	119
4.3.1. <i>Produção de dados e participantes</i>	119
4.3.2. <i>Análise de dados</i>	127

PARTE II – Corpos (não só) de carne e osso

Capítulo 5 – A complexidade relacional das capacidades reprodutivas de mulheres com MRKH	135
5.1. Os limites de leituras biomédicas e construtivistas	135
5.2. Capacidades reprodutivas à luz do realismo agencial	142
5.2.1. <i>Fazendo fertilidade</i>	146
5.2.2. <i>Fazendo infertilidade</i>	162
Capítulo 6 – Discursos que Pesam: materializando normas nos tratamentos de agenesia vaginal associada à MRKH	177
6.1. Genitália Política: afinal, que vaginas “importam”?	181
6.2. Do verbo à carne.....	189
Conclusão – O corpo como <i>Phenomenon</i>	199
Referências Bibliográficas	213

Introdução

Tradicionalmente, o pensamento ocidental acerca do corpo tem sido marcado pela dicotomia rígida mente/corpo, cujas raízes remontam a Platão. Essa cisão será, por exemplo, estruturante da ciência moderna via Descartes. Este, ao dividir a realidade em *res-extensa* (matéria, corpo) e *res-cogitans* (consciência ou o sujeito por excelência), localiza no pensamento a base da existência do “eu”, posicionamento eternizado em seu célebre *Cogito*. Por essa visada, o corpo é relegado a um espaço secundário, um inerte receptáculo de uma substância pensante imaterial, figurando como ontologicamente distinto desse sujeito que o habita.

A subestimação da materialidade corporal, marca do moderno dualismo cartesiano, paradoxalmente, parece ressoar em diversas proposições das chamadas teorias pós-modernas. Objetivando corrigir a tendenciosidade epistemológica realista moderna, que concebia a possibilidade de acesso plenamente objetivo e desinteressado ao real/material via mediação linguística, teóricas e teóricos vinculadas/os a tradições como o pós-estruturalismo enfatizaram, a partir das décadas de 1960 e 1970, o papel constitutivo, acima da função referencial, desempenhado pela linguagem em relação à natureza, às subjetividades, aos corpos e à sociedade. Tais vertentes teóricas, apesar de suas inestimáveis contribuições para a crítica e o combate às dinâmicas de poder atuantes mediante a naturalização discursiva de relações assimétricas socio-historicamente contingentes, originaram nas ciências sociais determinada tendência à semiologização irrestrita da realidade, no bojo da qual proliferaram

modelos analíticos socioconstrutivistas totalizantes, caracterizados pela subteorização das dimensões tangíveis do mundo e de seus atores.

No âmbito do pensamento feminista, as vertentes político-teóricas construtivistas herdeiras da “virada linguística” foram responsáveis por propor algumas das mais importantes e incisivas críticas a discursos androcêntricos hegemônicos que buscam legitimar e perpetuar longevas formas de dominação masculina por meio da evocação de pretensos determinantes “naturais”. Mediante rigorosas análises pautadas pela mobilização de ferramentais teórico-conceituais como a desconstrução derridiana e a abordagem genealógica foucaultiana, teóricas/os feministas associadas/os ao pós-estruturalismo desvelaram as complexas articulações estabelecidas entre poder, saber, subjetividade e linguagem, de modo a evidenciar como regimes epistemológicos historicamente situados e estruturados por normativas sociais condicionam nossos entendimentos mais profundos – e, aparentemente, mais imunes a injunções regulatórias – acerca daquilo que chamamos de “real”, “natural” e “material”.

Todavia, as vitórias alcançadas nas últimas décadas pelas teorias feministas pós-estruturalistas no combate ao naturalismo e ao essencialismo biológico cobraram um alto preço; mais especificamente, tais batalhas parecem ter sido ganhas à custa da renúncia à materialidade corporal. De fato, ao situarem nos textos, nos sentidos, nas epistemes e nos processos de significação cultural seus objetos praticamente exclusivos de escrutínio, tais posicionamentos construtivistas popularizaram determinado entendimento sobre o corpo que o assemelha a uma mera “posição discursiva”, aquilo que Turner (1994: 36), em sua crítica à marginalização da matéria e elisão do corpo “real” nas teorizações de Foucault, identifica enquanto um pós-moderno “corpo sem carne”. Nancy Tuana (1996), se

referindo à produção feminista sobre a temática corporal em meados da década de 1990, faz um breve diagnóstico que parece aplicável, com incrível e inquietante exatidão, ao cenário atual:

Minhas estantes estão cheias de novos livros escritos por feministas com o termo “corpo” no título. Em muitos deles, encontro apenas corpos teóricos e abstratos, em vez de corpos vivos e carnis (Tuana, 1996: 56).¹

A presente tese é animada pelo entendimento de que as teorias feministas, na atualidade, veem-se confrontadas com a urgente tarefa de novamente “levar a matéria a sério” (Alaimo, 2010: 6). Acreditamos que os potenciais futuros de intervenção político-teórica radical do pensamento feminista serão condicionados pelo seu sucesso, no presente, em resgatar/propor uma noção de matéria situada além da inconcretude que permeia o paradigma vigente nas teorizações sobre a corporalidade. Cabe ressaltar que não estamos sozinhos nessa leitura. Ao defendermos a premência de uma revitalização da matéria e da ontologia nos debates feministas, ecoamos as proposições de uma emergente tendência político-teórica organizada sob o rótulo de neomaterialismo (ou feminismo material), que tem promovido na prática e na teoria feministas contemporâneas aquilo que autoras/es diversas/os identificam enquanto uma “virada material” ou “virada ontológica”.

Partindo desses entendimentos iniciais, o presente trabalho aborda a questão de como reinserir a problemática da materialidade nos atuais debates feministas sobre corpo de maneira a não sucumbir à concepção moderna de matéria enquanto pura facticidade biológica, inerte e autossuficiente (posição que,

¹ Tradução livre. No original: “My shelves are full of new books written by feminists with the term “body” in the title. In all too many of these I find only abstract, theoretical bodies rather than fleshed, lived bodies” (Tuana, 1996: 56).

tradicionalmente, fundamentou naturalismos e essencialismos antifeministas) e, simultaneamente, não capitular aos impulsos linguísticos totalizantes e de forte teor idealista que marcam grande parte dos construtivismos hoje dominantes na área. No âmago da tese, reside uma tentativa de demonstrar, a nível tanto teórico quanto empírico, que a modalidade de neomaterialismo proposta pela física e feminista norte-americana Karen Barad, nomeada de “realismo agencial”, oferece à sociologia e aos estudos feministas promissoras ferramentas político-teóricas (e nos convida a pensar muitas outras) capazes de superar as contendas circulares entre construtivismos totalizantes e naturalismos reducionistas que atualmente marcam – e limitam – grande parte dos debates acerca dos corpos e das subjetividades. Como veremos pormenorizadamente adiante, o realismo agencial de Karen Barad emerge da combinação de teorizações pós-estruturalistas e o quadro epistemológico desenvolvido pelo físico dinamarquês Niels Bohr, tendo como algumas de suas características fundamentais o questionamento de separações rígidas entre matéria e discurso e a proposição de uma nova ontologia que privilegia o entrelaçamento à separabilidade (Barad, 2007).

De modo a ilustrar as potencialidades do edifício político-teórico desenvolvido por Barad para abordagens feministas do corpo situadas no domínio das ciências sociais, nos dedicamos à operacionalização de algumas das principais propostas do realismo agencial na análise de um fenômeno específico: as vivências de mulheres com Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH). A biomedicina define a MRKH como uma anomalia congênita do aparelho reprodutor feminino caracterizada pela ausência do útero (ou presença em forma rudimentar) e encurtamento do canal vaginal (agenesia vaginal) devido a falha no desenvolvimento dos ductos de Müller na fase embrionária (Morcel; Comborieux;

Guerrier, 2007; Friedler *et al.*, 2015). Afetando cerca de 1 em cada 4000 a 5000 recém-nascidos do sexo feminino (Evans; Poland; Boving, 1981), mulheres com MRKH apresentam ovários e desenvolvimento de características sexuais secundárias “normais”, assim como cariótipo 46, XX (Friedler *et al.*, 2015).

Compreendemos que as vivências de mulheres com MRKH se colocam enquanto *lócus* privilegiado para que observemos, por um lado, como o corpo não pode ser reduzido a simples efeito efêmero da produção linguística, devendo qualquer consideração sobre o tema abarcar sua concretude física, dimensão tão negligenciada pelas hermenêuticas discursivas que atualmente dominam as teorizações feministas. Por outro lado, o corpo que se faz presente nos relatos de mulheres com MRKH e neles ocupa posição de centralidade, apesar de irredutivelmente material, não se trata de uma entidade estritamente biológica, passiva, autossuficiente e portadora de propriedades e capacidades estáveis e essenciais, mas consiste em uma materialidade dinâmica, detentora de limites e “relevos” mutáveis, cuja aparência de estabilidade e unidade é tecida contextualmente por/em redes nunca estáticas de agências heterogêneas, incluindo forças de ordem política, econômica, cultural, tecnológica, entre outras. Dessa forma, entendemos que, devido a suas especificidades e complexidades inerentes, as vivências de mulheres com MRKH encarnam exemplarmente muitas das proposições teóricas baradianas – em especial, a ênfase dada pela autora ao caráter processual e ontologicamente relacional das entidades do mundo –, nos convidando a repensar, mediante uma visada atenta à materialidade de actantes humanos e não-humanos, noções de importância fulcral para os estudos feministas contemporâneos, tais como performatividade, agência, processos de materialização, práticas discursivas regulatórias e, por fim, a própria ideia de corpo.

O presente estudo também caracteriza uma tentativa de suprir duas carências distintas. No plano das investigações que se debruçam sobre a Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser, as abordagens advindas das ciências médicas são marcadamente dominantes, sendo escassos esforços de pesquisa provenientes da sociologia e informados pelas perspectivas feministas². Acreditamos que, além de ampliarem os entendimentos vigentes sobre a condição, interpelações sociológicas das vivências de mulheres com MRKH podem fomentar diálogos profícuos entre campos disciplinares por vezes concebidos como rigidamente apartados, mediante os quais as ciências sociais e as ciências médicas enriquecer-se-ão mutuamente. Em paralelo, reconhecemos a carência, em espaços lusófonos, de estudos que, partindo das teorias feministas, se dediquem especificamente à operacionalização do realismo agencial de Karen Barad em análises empíricas. Nesse sentido, este trabalho se pretende um dos esforços iniciais em direção à popularização das proposições neomaterialistas baradianas nos debates político-teóricos feministas que tomam parte em países de língua portuguesa.

Respondendo a imperativos de clareza expositiva – cuja observância se faz fundamental em um esforço investigativo que envolve temas tão diversos quanto teorias feministas pós-estruturalistas, mecânica quântica e novas tecnologias reprodutivas conceptivas –, optamos por estruturar a presente tese em duas partes. A primeira delas, composta de três capítulos, se volta especificamente às

² Uma importante exceção é o trabalho de Lisa Guntram (2014), dedicado a perspectivar, a partir da sociologia e dos estudos feministas, os modos como mulheres com desenvolvimento sexual atípico (nomeadamente, mulheres com MRKH e Síndrome de Turner) produzem sentidos sobre suas subjetividades sexuadas e, nesse processo, desafiam ou reiteram normas sociais que estabelecem ideais excludentes de conformação física feminina.

discussões teóricas e aborda de maneira crítica as vicissitudes das problemáticas do corpo e da matéria em meio aos debates feministas.

O Capítulo 1 se inicia demonstrando como a tendência à rejeição da materialidade corpórea a uma posição secundária tem acompanhado o pensamento ocidental hegemônico desde a Antiguidade Clássica. Em seguida, apresentamos como o dualismo hierarquizante mente/corpo, cujas raízes remontam a Platão, tem sido historicamente correlacionado à oposição homem/mulher, imputando a estas uma condição de “mais corporais” e “mais biológicas” que os homens, de forma a embasar longevas estruturas de poder androcêntricas. Argumentamos que, dado o modo como as noções de natureza e corpo foram historicamente apropriadas por grupos interessados na legitimação de formas de opressão sexista, muitas vertentes do pensamento feministas que emergiram no século XX optaram por enfatizar em suas análises questões culturais, sociais, linguísticas, literárias e históricas, se afastando preventivamente da problemática da materialidade corporal. Tal “fuga da matéria” se transforma em uma hegemônica “biofobia” com o estabelecimento das vertentes feministas herdeiras do *linguistic turn* (comumente identificadas como pós-modernas) a partir da década de 1980.

O Capítulo 2 tem como objetivo apresentar as potencialidades e insuficiências das contribuições feministas pós-estruturalistas para os debates sobre corpo, as quais se deram, majoritariamente, no bojo de teorizações acerca do sexo. Iniciamos o capítulo com uma contextualização histórica e conceitual das perspectivas feministas pós-estruturalistas, evidenciando seus diálogos estabelecidos com o *linguistic turn* e como as mesmas contribuíram para a radicalização do construtivismo cultural em meio às teorizações sobre corpo, sexo

e subjetividade. Em seguida, conduzimos uma leitura crítica das propostas de Michel Foucault e Judith Butler acerca do corpo e do sexo. Acentuamos que, apesar de suas valiosas contribuições antiessencialistas e antinaturalistas, ambos os autores parecem elidir a materialidade corporal em prol de um construtivismo linguístico-discursivo totalizante. Concluimos o capítulo sublinhando que, diante da atual *ortodoxia linguística* que domina as abordagens feministas do corpo, se faz forçosa a edificação de uma nova *heterodoxia materialista*, um novo paradigma político-teórico que nos permita retomar a problemática da materialidade dos corpos sem que, para tanto, tenhamos que incorrer em essencialismos.

O Capítulo 3 conclui a primeira parte da tese apresentando algumas das principais propostas da perspectiva político-teórica que fundamenta nossos esforços investigativos, o neomaterialismo. Enquanto a primeira seção pontua alguns dos objetivos gerais que norteiam a “virada material” em curso na teoria e na prática feministas, as duas seções seguintes abordam especificamente o realismo agencial de Karen Barad, se dedicando à discussão em profundidade de alguns dos principais conceitos que sustentam o quadro onto-epistemológico proposto pela pensadora norte-americana, tais como *phenomenon*, aparatos de produção corporal, intra-ação, cortes agenciais, entrelaçamentos material-discursivos, etc.

O Capítulo 4, em meio à estrutura geral da tese, desempenha o papel de ponto de transição entre a parte teórica inicial e a etapa empírica. Nele, conduzimos uma discussão acerca dos desafios enfrentados por investigadoras/es que buscam operacionalizar a visada neomaterialista em esforços empíricos situados. Objetivando alcançar um necessário alinhamento entre os compromissos epistemológicos e ontológicos do estudo e a metodologia que informa a etapa

empírica, apresentamos nossa proposta de uma perspectiva metodológica qualitativa de viés (auto)crítico. Em seguida, expomos nossos procedimentos mobilizados para produção de dados (entrevistas semi-estruturadas) e o perfil de nossas participantes (mulheres com MRKH). Por fim, apresentamos a leitura difrativa (Barad, 2007) como nosso principal procedimento para análise de dados.

A segunda parte da tese é voltada a tecer “carne” nos “ossos teóricos” (Tuana, 2008: 194) edificados previamente, norteada pelo objetivo principal de ilustrar as potencialidades do realismo agencial para abordagens sociológicas e feministas do corpo. Nesse sentido, o Capítulo 5 operacionaliza nossas discussões teóricas anteriores na análise dos relatos de duas participantes, tratando especificamente das relações entre MRKH e capacidades reprodutivas. Assentes na noção baradiana de *phenomenon* e no princípio da indeterminação ontológica promulgado pelo realismo agencial, propomos que fertilidade e infertilidade podem ser vistas enquanto realidades sociomateriais ontologicamente relacionais que são performadas contextualmente de modo intra-ativo, em detrimento de concepções habituais que as identificam como facticidades biológicas fixas e essenciais. Assim, avançamos uma leitura que, simultaneamente, retém clara influência construtivista e não renuncia ao materialismo.

O Capítulo 6 se debruça sobre os relatos de nossas participantes quando abordando a agenesia vaginal associada à MRKH. Informados por algumas das contribuições pós-estruturalistas de Judith Butler – nomeadamente, seu entendimento particular dos processos de “materialização corporal” – e pela ênfase realista agencial no caráter materialmente situado de discursos e conceitos, argumentamos que as intervenções médico-terapêuticas às quais mulheres com MRKH são submetidas visando a construção de uma neovagina figuram enquanto

loci privilegiados para vislumbrarmos como o poder e as normas regulatórias operam localmente seus potenciais produtivos e disciplinares sobre os corpos a nível ontológico, físico e carnal, e não apenas epistêmico. Desse modo, defendemos que as teorizações baradianas, ao evidenciarem as dimensões materiais das práticas regulatórias, complementam os entendimentos pós-estruturalistas acerca das relações estabelecidas entre discursos e a materialidade dos corpos.

Por fim, a Conclusão se pretende, mais que um mero resgate das problemáticas abordadas no decorrer da tese, uma apresentação inicial de nossa proposta da noção de “*corpo como phenomenon*”. Embasada nas discussões teóricas e análises empíricas anteriores, a noção de “*corpo como phenomenon*” emerge enquanto uma alternativa ao modelo corporal epistêmica e culturalmente prevalente (o qual nomeamos de “corpo epidérmico”), e visa expressar a nível teórico a complexidade material-discursiva dos corpos evidenciada pelo realismo agencial. Buscamos também indicar brevemente as possibilidades político-teóricas abertas por este conceito tanto para o pensamento feminista sobre corpos, quanto para debates ético-políticos mais amplos acerca de interdependência e vulnerabilidade compartilhada.

Acreditamos que o espectro do essencialismo, que historicamente assombra o pensamento feminista sobre os corpos e as subjetividades, será eficazmente combatido não mediante um movimento de afastamento da biologia, da matéria e da natureza – como tem sido feito por diversas vertentes da teoria feminista –, mas a partir da problematização e radical redefinição das ideias de “matéria” e “corpo” que nos foram legadas pelo projeto epistemológico moderno. A presente tese pretende contribuir para esse necessário esforço de (re)descoberta do corpo.

Parte I
Caminhos teóricos

Capítulo 1

Somatofobia e o pensamento ocidental

1.1. Uma longa trajetória

A imperiosa aversão da teoria social pós-moderna à materialidade corporal e à natureza, tão claramente observável nas correntes da teoria feminista vinculadas ao pós-estruturalismo, não é de modo algum expressão de qualquer nova tendência no pensamento ocidental. De fato, podemos afirmar que a somatofobia é uma constante na tradição filosófica do ocidente (Threadcraft, 2016), figurando como fator estruturante das teorizações sobre o sujeito desde a Antiguidade Clássica. Em Platão encontraremos suas origens.

O dualismo psicofísico platônico não apenas inaugurou uma influente linha de pensamento calcada em uma noção de indivíduo cindido em duas partes, como também estabeleceu o padrão de disposição hierárquica dos termos em oposição, privilegiando a mente, a alma, o espírito, a razão – enfim, o imaterial – e, contrastivamente, atribuindo valor distópico à materialidade. Para Platão, o corpo é o cárcere da alma, uma dimensão inferior, impura e perecível, em contraposição à perfeição e à imortalidade da última. A materialidade corporal – referida pelo filósofo como “essa coisa má” (Platão, 1972: 73) – é a causa de intermináveis perturbações e embaraços para aquele dedicado à busca da Verdade: incorre em doenças, satura o sujeito com suas necessidades banais, é marcada por paixões e apetites causadores das discórdias e das guerras, etc. Ainda, segundo o filósofo,

a partir dos sentidos oferecidos pelo corpo, temos acesso apenas a um saber falso, opinativo, e não à real essência das coisas, isto é, ao verdadeiro Saber. Desse modo, o corpo é apontado como uma menoridade restritiva, um obstáculo material que prende o sujeito (essencialmente alma) ao mundo sensível, impossibilitando-o de ascender ao precioso Mundo das Ideias, morada da Verdade e dos reais Valores e Formas – dos quais, mediante os limitados e enganosos sentidos oferecidos pelo corpo, podemos alcançar apenas sombras. A repulsa platônica em relação à corporeidade conduz o filósofo a afirmar que apenas quando liberto da “insanidade do corpo”, o que se daria com a morte, o pensamento pode dedicar-se verdadeiramente ao cultivo da sabedoria (Platão, 1991).

Na Idade Média, a tradição cristã partirá da filosofia platônica, de modo a equiparar a dualidade mente/corpo às oposições divino e profano, humano e animal, focando em especial no caráter sexuado do corpo. Este seria, por excelência, um *locus* de pulsões frívolas e instrumento para práticas carnavais. A materialidade corpórea, por exemplo, é caracterizada por Santo Agostinho como o lado mundano e animal do indivíduo, que o inclinaria ao pecado, devendo, portanto, ser domada pelo espírito (Santo Agostinho, 2000).

Como afirma Susan Bordo (1996), apesar do corpo não ter sido igualmente caracterizado como uma prisão inescapável em todos os momentos históricos,

o elemento constante, que permanece ao longo de variações históricas, é a construção do corpo enquanto algo apartado do verdadeiro ‘eu’ (seja este concebido como alma, mente, espírito, vontade, criatividade, liberdade...) e como minando os melhores esforços desse ‘eu’. Aquilo/aquele que não é corpo [*that which is not-body*] é o mais elevado, o melhor, o mais nobre, o mais próximo de Deus; aquilo/aquele que é corpo [...] é o pesado arrastar em auto-realização. (Bordo, 1996: 5)³

³ Tradução livre. No original: “what remains the constant element throughout historical variation is the construction of body as something apart from the true self (whether conceived as soul, mind, spirit, will, creativity, freedom...) and as undermining the best efforts of that self. That which is

Uma das mais influentes formulações dessa imperiosa desqualificação do corpo se dá no século XVII, na filosofia de Descartes. Como mencionado anteriormente, o racionalismo cartesiano tem como fundamento a divisão entre *res-extensa* e *res-cogitans*, respectivamente, materialidade corporal secundarizada e substância imaterial pensante. O corpo seria um não-eu, um mero alicerce (discreto, inerte e passível de ser decomposto em suas partes constitutivas) para o verdadeiro Sujeito-Razão que o habita. O filósofo francês, ao definir o pensamento como o real fundamento do ser, promulga a completa independência entre mente e corpo, apontando para a possibilidade de uma existência subjetiva plenamente desencarnada.

Depois, examinando atentamente o que eu era e vendo que podia fingir que não tinha nenhum corpo e que não havia nenhum mundo, nem lugar algum onde eu existisse, mas que nem por isso podia fingir que não existia; e que, pelo contrário, pelo próprio fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, decorria muito evidentemente e muito certamente que eu existia; ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeiro, não teria razão alguma de acreditar que eu existisse; por isso reconheci que *eu era uma substância, cuja única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material. De sorte que este eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo*, e até mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é. (Descartes, 1996: 38-39, ênfase nossa)

A partir dessa perspectiva, Descartes define as bases sobre as quais se edificaria a noção moderna de sujeito: uma individualidade cognoscente desenraizada da corporeidade e rigidamente separada dos objetos do mundo, afastamento este que capacita o humano a desvendar de maneira objetiva os mistérios da Natureza, através do método científico.

notbody is the highest, the best, the noblest, the closest to God; that which is body [...] is the heavy drag on self-realization" (Bordo, 1996: 5).

Cabe salientar que, concomitantemente ao surgimento desse Sujeito, temos também o nascimento da Natureza moderna, um domínio que é tão-só extensão: estática, eterna e previsível, sem qualquer outro tipo de qualidade ou dignidade que impossibilite que as relações causais imutáveis que a regem sejam perfeitamente expressas na forma de leis gerais, como dita o modelo mecanicista newtoniano. O corpo, enquanto parte da natureza, é mais um objeto passivo entre os demais, cujos mecanismos que lhe garantem funcionamento se oferecem a serem desvendados pela mente do sujeito. Como nos mostra Boaventura de Sousa Santos (1988), esse modelo epistemológico cartesiano-newtoniano, que cumpre em reduzir tudo o que não é substância pensante imaterial ao nível de objeto ou extensão inerte⁴ e passível de compreensão científica (inclusive o corpo humano), se vê exemplarmente expresso no célebre quadro de Rembrandt, *A Lição de Anatomia do Dr. Joan Deyman* (1656). Além da *magnum opus* de Rembrandt codificar imagetivamente a dessacralização da corporeidade, parte do amplo processo de secularização do conhecimento promovido no Renascimento (que seria posteriormente radicalizado pelo Iluminismo), observamos também, no interesse do cientista que se projeta em curiosidade sobre o corpo inanimado, sem vida, a clara oposição e afastamento entre um sujeito-ativo – o moderno Homem racional, senhor da natureza – e um objeto-passivo – o corpo natural, coisa secundária a ser conhecida.

A celebração da imaterialidade do sujeito – e o conseqüente menosprezo do corpo – transversalizou grande parte do pensamento da modernidade. Os

⁴ Lembremos que o Princípio da Inércia, postulante da noção de que corpos físicos são incapazes de ação *per se*, dependendo de uma causa externa para serem levados ao movimento ou, se em movimento, para variarem sua velocidade, foi preliminarmente formulado por Descartes, tendo exercido notória e reconhecida influência sobre as definições das leis da Mecânica Newtoniana.

tratados modernos de filosofia política têm como constante a analogia do corpo político com o corpo humano, promovendo a ideia de que, tais como órgãos biológicos, os diversos segmentos sociais que compõem o Estado devem desempenhar funções específicas, visando o bom funcionamento do organismo total. Para Thomas Hobbes, por exemplo, o Estado nada mais é do que um grande corpo artificial que deve ser regido pelos mandos da alma. Tal alma encontra sua expressão na figura do soberano, uma mente pensante responsável por dar “vida e movimento ao corpo inteiro” (Hobbes, 2000: 64), administrando e governando despoticamente as necessidades e desejos que emanam dessa corporeidade bárbara, incapaz de reflexividade. Reconhecemos no pensamento político hobbesiano, portanto, o ecoar da herança platônica, em sua defesa da necessária subordinação do corpo à alma e caracterização desta como instância qualitativamente superior. De fato, a partir da figura do Leviatã, Hobbes expressa como a corporeidade selvagem, antitética à cultura, à beleza, ao conhecimento e ao bem (a multiplicidade caótica da sociedade em seu estado de natureza) deve forçosamente ser domada pela alma (ordenada pelo comando único do soberano absoluto).

Já no século XVIII, a filosofia kantiana formulará sua noção de um sujeito transcendental, cujo cerne é uma substância intelectual imaterial, relegando assim a corporeidade, novamente, a determinada posição subsidiária. O idealismo transcendental de Kant promulga uma subjetividade racional, dotada de estruturas cognitivas apriorísticas e universais. Esse ser cognoscente, mediante o progressivo e teleológico desenvolvimento de suas disposições originais, em especial de sua capacidade de fazer uso da razão, se desvencilha de seu inicial pertencimento à natureza, elaborando cultura e civilizando-se. Neste quadro, o corpo figura como

um alicerce material para a alma humana (que lhe dá vida), um espectador dos voos da razão pura que conduzem a humanidade ao seu desenvolvimento enquanto espécie moral. De fato, a satisfação das necessidades fisiológicas do corpo seria parte do conjunto de disposições naturais compartilhadas com demais seres vivos, ou seja, um fator que aproxima o *homem* (sic) de sua animalidade – de sua condição inicial de objeto da natureza. Já as destinações voltadas para o uso da razão, isto é, orientadas para o desenvolvimento das capacidades cognitivas imateriais, são a fonte da peculiaridade do *homem* face à natureza (Kant, 2010). Nesse sentido, a primazia atribuída por Kant à razão (ou à alma, à Ideia, à cultura, etc.), em detrimento da corporeidade, é flagrante e exemplar da visada moderna sobre o corpo.

Juntamente ao pensamento kantiano, o edifício filosófico de Hegel é expressão paradigmática do processo de desmaterialização ao qual o sujeito foi submetido na modernidade ocidental. Apontado por Habermas (2002) como “a filosofia moderna por excelência”, o idealismo absoluto hegeliano promulga uma noção de subjetividade que tem na Ideia sua lei de constituição intrínseca. No quadro filosófico hegeliano mais amplo, temos que a materialidade só pode ser pensada em relação ao seu fundamento último, o Espírito Absoluto, uma idealidade pura da qual a concretude do mundo é simples manifestação inteligível. É revelador lembrarmos que o termo “absoluto” pode ser tomado em sua acepção etimológica como “solto de”, evidenciando assim a ênfase dada por Hegel a uma noção de consciência abstrata, desvencilhada da corporeidade. Desse modo, a subjetividade da qual fala o idealismo absoluto é, em seu âmago, irremediavelmente incorpórea.

Portanto, podemos afirmar que, ao estabelecer um “Sujeito-Ideia”, a modernidade realiza *teoricamente* um longo anseio que tem acompanhado a

tradição ocidental; por fim, o *homem* se vê desatado de sua limitante condição de ente encarnado. Enquanto herdeiros do sonho platônico de libertação do pensamento em relação ao corpo e filhos diletos da subjetividade abstrata do *cogito ergo sum* cartesiano, os tempos modernos se apresentam como o momento em que, impulsionado pelos novos desenvolvimentos advindos da ciência, da indústria e das demais obras da Razão, o Sujeito se aparta irreversivelmente da natureza e de sua corporeidade.

Cabe, nesse ponto, uma breve e crucial indagação: quais sujeitos *reais* (se ainda podemos nos remeter à expressão “de carne e osso”) são abarcados por essa categoria *abstrata* de Sujeito-Universal?

É a partir desse questionamento que, ao final do século XVIII, pensadoras precursoras do feminismo (tais como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges) descortinarão a especificidade *sexual* ocultada pela pretensa universalidade dessa noção moderna de subjetividade. O sujeito do liberalismo, um indivíduo de direitos cuja racionalidade o diferencia da natureza, destinando-o a viver em fraternidade com seus iguais humanos, é univocamente masculino.

As teorizações feministas que emergiram no século XX, influenciadas por essas críticas inaugurais, passaram a evidenciar retrospectivamente que, *sempre* que mobilizado (isto é, não apenas na modernidade, mas em todas as suas numerosas formulações pontuais no decorrer da história), o signo do Sujeito desencarnado e racional se referiu exclusivamente ao *homem* – não em sentido antropológico, enquanto genérico para toda a humanidade (o *Homem*), mas em termos sexuais específicos. Em outras palavras, o sujeito platônico, cartesiano, hobbesiano, kantiano, hegeliano, etc., sempre teve enquanto seus atributos definidores a “Razão” e o fato de ser do sexo masculino.

Em contraste, o pensamento ocidental cumpriu em enquadrar as mulheres como seres intimamente vinculados à natureza e à matéria. Inescapavelmente encarnadas e, por conseguinte, destinadas a lidarem com o “fardo” da corporeidade (em oposição à subjetividade masculina, identificada com a abstração e a consciência), as mesmas seriam limitadas e determinadas por sua facticidade biológica, afastando assim a possibilidade de seu reconhecimento enquanto entes pautados pela Razão e, portanto, propriamente humanos.

Vejamos a seguir como, desde as raízes do pensamento ocidental na Antiguidade Clássica, o estruturante binarismo mente/corpo e suas derivações cultura/natureza, sujeito/objeto, etc., têm sido correlacionados com a oposição entre homem/mulher, de modo a embasar dinâmicas de poder que historicamente vitimaram estas. A partir dessa breve exposição, lançaremos luz sobre o impulso fundante do pensamento feminista que emerge no século XX, no que diz respeito à sua característica tentativa de afastamento de noções deterministas de cunho natural e biológico, de modo a apontar as dinâmicas políticas, econômicas e sociais androcêntricas como as reais causas da marginalização das mulheres. Argumentaremos em seguida que tal impulso basilar, completamente legítimo e produtivo, ao ser radicalizado por tendências teóricas que surgem nas décadas de 1960 e 1970, influenciadas principalmente pelos desenvolvimentos contemporâneos da filosofia da linguagem, gerou nos atuais estudos de gênero, feministas e das mulheres uma paradigmática aversão à corporeidade como um todo (e não especificamente aos discursos essencialistas, como se esperaria), expressa na forma de abordagens construtivistas totalizantes das subjetividades e dos corpos.

1.2. “Ser corpo” em um mundo somatofóbico

Teóricas e teóricos feministas têm atentado para a direta conexão entre somatofobia e misoginia na tradição hegemônica do pensamento ocidental. De fato, desde suas primeiras formalizações, o dualismo mente/corpo tem sido consistentemente correlacionado com a oposição homem/mulher, sendo o homem identificado com o polo hierarquicamente privilegiado da dicotomia (a mente, o pensamento, a alma, a razão, etc.) e a mulher tomada como equivalente ao termo distópico. Nesse sentido, podemos afirmar que, em meio a uma tradição cuja tônica é a aversão ao corpo, as mulheres têm sido historicamente compreendidas como “de algum modo *mais* biológicas, *mais* corporais e *mais* naturais que os homens” (Grosz, 1994: 14, ênfase no original)⁵.

As consequências desse padrão associativo, no concernente às relações que estabelece com longevas dinâmicas político-teóricas que cumprem em denegrir o feminino, são óbvias. Como sintetiza Bordo,

se, qualquer que seja o conteúdo histórico específico da dualidade, o *corpo* é o termo negativo, e se a mulher *é* o corpo, então as mulheres *são* essa negatividade, o que quer que a mesma signifique: distração do conhecimento, sedução que afasta de Deus, capitulação a desejos sexuais, violência ou agressão, fracasso da vontade e até mesmo a morte. (Bordo, 1996: 5)⁶

A busca pelas origens dessa aproximação da figura da mulher à corporeidade – e, por conseguinte, a demais noções associadas ao corpo em meio a um regime de sentidos marcadamente somatofóbico, tais como “passividade”, “animalidade”, “pecado”, etc. – nos leva às raízes do pensamento ocidental. Concomitantemente à formulação de seu dualismo psicofísico, Platão define a

⁵ Tradução livre. No original: “somehow *more* biological, *more* corporeal, and *more* natural than men” (Grosz, 1994: 14).

⁶ Tradução livre. No original: “if, whatever the specific historical content of the duality, the body is the negative term, and if woman is the body, then women are that negativity, whatever it may be: distraction from knowledge, seduction away from God, capitulation to sexual desire, violence or aggression, failure of will, even death” (Bordo, 1996: 5).

mulher enquanto criatura cuja vida é quintessencialmente dirigida pelo corpo, o que a tornaria mais susceptível a se entregar às vulgares paixões do mundo sensível, antitéticas à perfeição do Mundo das Ideias. Este entendimento conduz o filósofo a afirmar, em claro tom de reprovação, que aquele que se preocupa em demasia com questões relacionadas à corporeidade, em detrimento do correto foco na alma, “age como uma mulher” (Spelman, 1982: 115).

Aristóteles, por sua vez, mediante a apresentação de uma influente visada sobre o processo reprodutivo humano, explicitamente inferioriza as mulheres com base em seu suposto vínculo direto com a materialidade corporal. Segundo o pensador, em meio à concepção, o homem desempenharia o papel de verdadeiro princípio criador, isto é, a “causa eficiente”, ao prover o elemento essencial à vida: a alma, uma substância imaterial pensante, ativa e criativa. À mulher estaria reservada uma posição coadjuvante e passiva, enquanto mera “causa material”, isto é, fornecedora do inanimado e secundário invólucro material do ser.

a mulher fornece sempre a matéria, a que o homem dá forma, porque essa é a função de cada um, e é isto que faz com que sejam homem e mulher... Enquanto que o corpo vem da mulher, a alma vem do homem. (Aristóteles *apud* Laqueur, 2001: 45)

Como apontam as análises de Emily Martin (1991), essa compreensão aristotélica das funções reprodutivas dos sexos em termos de uma oposição rígida entre homem-ativo e mulher-passiva (a semente masculina como responsável por insuflar a alma na matéria feminina) continua a influenciar as contemporâneas narrativas biológicas “oficiais” sobre a reprodução humana – às quais a autora se refere provocativamente como “contos de fada científicos” estruturados por estereótipos de gênero. Tais narrativas insistem em partir da noção (pretensamente objetiva) de existência de óvulos inertes, que aguardam

passivamente para serem fecundados pelos impetuosos espermatozoides, não obstante a farta documentação empírica que aponta para um cenário muito menos unilateral⁷.

É também no pensamento aristotélico que encontramos em germe os pervasivos discursos deterministas biológicos, dedicados a buscar em traços anatômicos e fisiológicos da mulher as supostas causas naturais de sua condição social de subordinação e marginalização (Berman, 1997). Aristóteles compara os corpos de homens e mulheres de modo a conceber os últimos como versões inferiores e inacabadas dos primeiros. Ao traçar paralelos entre o humano e demais espécies animais, o filósofo argumenta que as fêmeas (e, por extensão, as mulheres) são invariavelmente detentoras de corpos mais fracos e débeis (menos musculados e com articulações menos pronunciadas, compostos de carne mais mole, etc.), o que as faz incapazes de assegurar sua própria defesa, sugerindo assim uma inevitável dependência feminina em relação aos homens (Aristóteles, 1957).

Além de naturalmente mais frágil, o corpo feminino seria também dotado de um cérebro menor. Com essa afirmação, Aristóteles inaugura uma linha argumentativa marcadamente misógina que seria mobilizada à exaustão no ocidente até meados do século XX, segundo a qual o tamanho do cérebro da mulher é um dos fatores naturais responsáveis por sua suposta inferioridade intelectual em comparação ao homem.

Entre os animais, é o homem que tem o cérebro maior, proporcionalmente ao seu tamanho, e, nos homens, os machos têm o cérebro mais volumoso que as fêmeas. [...] São os machos que têm o maior número de suturas na cabeça, e o homem tem mais do que a mulher, sempre pela mesma razão, para que esta zona respire facilmente, sobretudo o cérebro, que é maior (Aristóteles, 1957: 41).

⁷ Ver Birkhead (2000).

Influenciada pela filosofia helênica, a tradição judaico-cristã formulou em seus próprios termos esse vínculo inquebrantável entre mulher e corpo. O eminente filósofo e rabino helenista Filon de Alexandria, já no século I, escreve: “a mulher, formada da carne da costela, permanece presa pelo corpóreo” (Bloch, 1991: 29)⁸. Posteriormente, a teologia cristã medieval irá, sob forte influência do neoplatonismo e de sua definidora repulsa à materialidade corporal, equiparar corpo e pecado, estabelecendo assim um quadro simbólico de unívoca condenação moral da mulher. Como acentua Simone de Beauvoir (1967a), se a carne é para o cristão “o Outro inimigo”, e se a mulher não se distingue da carne, temos então a caracterização da mulher como a própria encarnação do Mal. Desse modo, o corpo feminino é majoritariamente percebido na Idade Média enquanto a expressão material por excelência das tentações carnis demoníacas, que visa seduzir e desviar o espírito (masculino) de seu caminho em direção a Deus. Não é outra a lógica figurativizada na narrativa da criação humana presente no *Gênesis*: foi Eva quem conduziu Adão ao pecado (algo que Santo Agostinho insiste em salientar em seus escritos)⁹.

Poder-se-ia imaginar que o progressivo declínio da influência sociocultural do dogma religioso, parte das grandes transformações estruturais que caracterizaram a modernidade, seria acompanhado de um gradual processo de enfraquecimento das dominantes visões que, calcadas na tradição cristã, promulgavam uma vinculação inata entre a mulher e a estigmatizada corporeidade.

⁸ Tradução livre. No original: “Woman, formed of flesh from the rib, remains bound by the corporeal” (Bloch, 1991: 29).

⁹ Para um aprofundado debate sobre misoginia e a tradição judaico-cristã, incluindo uma pormenorizada leitura das posições de Santo Agostinho sobre as mulheres, ver Ranke-Heinemann (1990).

Ocorre, porém, o oposto: na modernidade, não só é mantida a identificação entre mulher e corpo (ampliando seu afastamento do binômio homem-mente) como também, de modo a responder à emergência do imaginário secularizado, a mesma é formulada em termos “científicos”.

Discursos deterministas, que se alicerçam na ideia de que as vidas e capacidades das mulheres são ditadas por seus naturais (e irracionais) ciclos fisiológicos e funções reprodutivas, povoam abundantemente os escritos de autores paradigmáticos do pensamento ocidental moderno. De Rousseau e sua intransigente defesa da ideia de que, devido a restrições naturais, mulheres não poderiam se dedicar à “procura de verdades abstratas e especulativas” (Rousseau, 1992: 463), ao reconhecimento hegeliano de uma inata incapacidade feminina a atividades que demandam faculdades intelectuais desenvolvidas, como as ciências e a filosofia (Hegel, 1991: 207)¹⁰, a noção de um limitante “pertencimento” feminino à corporeidade e à natureza foi exaustivamente mobilizada. Através destas proposições filosóficas acerca da feminilidade, se delimitou um espaço abjeto a partir do qual o *Homem* moderno pôde se identificar contrastivamente, autoproclamando-se aquele que superou a condição animal e se fez todo espírito e razão, em oposição à mulher, aquela que tem o corpo demasiadamente presente, que é “toda matéria” e imanência.

De fato, é a partir do século XVIII que, impulsionados pelo aumento da importância atribuída a determinada metafísica materialista, discursos naturalistas

¹⁰ No adendo ao §166 de *Elements of the Philosophy of Right*, o grande filósofo alemão coloca: “Women may well be educated, but they are not made for the higher sciences, for philosophy and certain artistic productions which require a universal element. Women may have insights [*Einfolle*], taste, and delicacy, but they do not possess the ideal. The difference between man and woman is the difference between animal and plant; the animal is closer in character to man, the plant to woman [...]” (Hegel, 1991: 207).

pretensamente “científicos” sobre a condição social feminina irão se multiplicar. Como nos mostra Thomas Laqueur (2001), tal período histórico marca o declínio do modelo do sexo único, segundo o qual as diferenças entre homens e mulheres tratar-se-iam de gradações de um único corpo genérico ou posicionamentos contextuais em um *continuum*, o que tornava impossível apontar pretensas “diferenças biológicas” absolutas como os fundamentos únicos das ordenações sociais concretas. No modelo unissexo, a definição sobre a masculinidade ou feminilidade de um indivíduo se mostrava como um processo claramente determinado por variáveis socioculturais e dinâmicas de poder socio-historicamente contingentes, estabelecendo pouca ou nenhuma relação de causalidade com dados físicos ou biológicos. Em outras palavras, nele, os corpos são vistos prioritariamente como “receptores” de significados, e não elementos determinantes unívocos.

Já o modelo do sexo duplo, ao promulgar a incomensurabilidade entre os corpos sexuais, produz concomitantemente fronteiras rígidas e estanques – pois biológicas – às quais poderiam recorrer posições ideológicas interessadas na legitimação das assimetrias de poder entre homens e mulheres. É a partir do estabelecimento dessa matriz sexual estritamente dicotômica – resultante do que poderíamos caracterizar como um processo de biologização do sexo – que teremos a popularização de pervasivos discursos misóginos naturalistas. Estes, fundamentados em uma conceituação do corpo como “a base biológica, pré-social, sobre a qual as superestruturas do ‘eu’ e da sociedade se fundam” (Shilling, 2003:

37)¹¹, irão derivar a condição social de subalternização e opressão feminina de “incontestes” traços anatômicos e fisiológicos. Como sintetiza Laqueur,

A visão dominante desde o século XVIII, embora de forma alguma universal, era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida política, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, são de certa forma baseados nesses “fatos”. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendido como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social (Laqueur, 2001: 18).

Nesse sentido, podemos afirmar que o naturalismo concebe uma via unidirecional entre os corpos sexuados e a sociedade: aqueles, estruturados em dois grupos antagônicos, determinariam esta, não sofrendo qualquer tipo de influência da última. As desigualdades sociais entre os sexos, por conseguinte, teriam suas causas primeiras (ou mesmo únicas) nos dimorfismos sexuais, o que as tornaria não apenas inevitáveis (pois decorrentes de irremediáveis distinções naturais), como também desejáveis – tal como a caracterização aristotélica das relações entre senhores e escravos, uma estrutura social patriarcal atuaria tanto em benefício do grupo dominante quanto das suas subordinadas, cuja incapacidade *natural* as faz dependentes de seus dominadores.

No decorrer do século XIX, as ciências naturais e da vida (em especial a biologia e a medicina) se tornam fontes inesgotáveis de “descobertas” acerca de atributos biológicos e bio-psíquicos diferenciadores (e inferiorizantes) das mulheres em relação aos homens. Esses novos saberes cumpriram em referendar cientificamente as dinâmicas de opressão sexual mais variadas, que se estendiam da exclusão feminina do recém-criado espaço público burguês à negação do direito ao voto e à educação formal, passando pela injusta divisão sexual do trabalho.

¹¹ Tradução livre. No original: “the pre-social, biological basis on which the superstructures of the self and society are founded” (Shilling, 2003: 37).

Como nos mostra Michel Foucault (1999), tal período histórico marca a ascensão de um novo paradigma político-epistemológico no ocidente, que traz em seu bojo um regime de poder-saber cujo objeto é o próprio corpo. É nesse contexto que, mediante a mobilização de um complexo e heterogêneo leque de mecanismos multiplicadores de discursos e produtores de saberes, será tecida uma meticulosa “anatomia política” do corpo da mulher (de tal maneira permeada por teor misógino que se assemelha a um inapelável veredicto de condenação): o útero é apontado como órgão que predispõe naturalmente à domesticidade (Laqueur, 2001: 194); os ciclos menstruais estariam estreitamente vinculados a instabilidades emocionais potencialmente perigosas e antissociais (Shilling, 2003: 40); os ovários seriam causas biológicas de patologias comportamentais como a histeria e a ninfomania¹² (Laqueur, 2001: 214), etc. Em síntese, o corpo feminino passa a ser compreendido, no século XIX, enquanto um restritivo cárcere biológico, ontologicamente marcado pela inferioridade; a mulher, uma inescapável prisioneira dessa materialidade corpórea autárquica.

Apesar de corrente desde o século XVIII, tendo alcançado considerável prestígio cultural e científico no século XIX, é em meados da segunda metade do século XX que o naturalismo conhece sua mais elaborada síntese teórica, via uma influente corrente de pesquisa conhecida como sociobiologia¹³. Como afirma

¹² Os ovários e seus imaginados correlatos masculinos, os testículos, eram constantemente referenciados pela literatura médica do século XIX como os órgãos básicos do corpo, a partir dos quais se poderia definir objetivamente sobre a feminilidade ou masculinidade do indivíduo. Essa perspectiva, por exemplo, embasa a máxima reducionista naturalizante, corrente à época: “uma mulher é seus ovários” (Laqueur, 2001: 215).

¹³ Um dos textos fundadores da sociobiologia é “Sociobiology: The New Synthesis” (1975), do biólogo norte-americano Edward Osborne Wilson. O famoso biólogo evolucionista britânico Richard Dawkins, por sua vez, tem sido um dos principais responsáveis pela popularização de tal vertente de estudos desde a década de 1970. Cabe ressaltar que muitos dos pressupostos da sociobiologia foram fortemente influenciados pelos trabalhos de Konrad Lorenz, um dos criadores da etologia moderna.

Shilling (2003), surgida nos Estados Unidos na década de 1970 como uma tentativa de estabelecer uma base biológica para o comportamento humano, essa linha investigativa transformou-se rapidamente em uma forma de legitimação de fenômenos sociais tais como o racismo, machismo e misoginia, pautada por dados biológicos *pseudo-científicos*¹⁴. Ao tomar como unidade explicativa básica o gene, a sociobiologia acabou por reduzir todo o complexo de dinâmicas sociais, comportamentais e identitárias, em especial no tocante às questões de gênero e sexuais, a predisposições genéticas e biológicas.

Tendo gerado títulos como *The Inevitability of Patriarchy: why the biological difference between men and women always produces male domination* (Goldberg, 1973) e a extremamente controversa e criticada interpretação evolutiva do estupro *A Natural History of Rape: biological bases of sexual coercion* (Thornhill; Palmer, 2000), a sociobiologia pode ser definida sucintamente enquanto a mais recente e popular reencarnação do determinismo biológico e do darwinismo social. Uma linha de pesquisa cujas conclusões, em uníssono com aquelas produzidas por seus “antepassados teóricos”, indicam a existência de uma essencial inferioridade feminina (apontada agora como inscrita no corpo via patrimônio genético) e a inevitabilidade das vigentes formas de interação que vitimam política, econômica, social e materialmente as mulheres.

Conforme vimos brevemente nesta seção, ideias que reforçam a relação entre mulheres e a corporeidade – ao ponto de reduzir suas subjetividades ao nível da pura imanência – têm sido usadas para limitar e oprimir as mesmas no decorrer

¹⁴ Segundo Connell (1987), é necessário ressaltar o caráter pseudo-biológico da sociobiologia, uma vez que suas conclusões não se assentam em rigorosas análises biológicas da vida humana em sociedade. Logo, segundo a autora, atribuir estatuto de ciência séria à sociobiologia caracteriza um erro.

de grande parte da história do pensamento ocidental. Como uma forma de se opor ao naturalismo moderno e a demais posições biologizantes, a teoria feminista que emergiu no século XX compreensivelmente privilegiou em suas análises uma perspectiva crítica sócio-construtivista, de modo a denunciar as práticas e ideias patriarcais como não sendo naturais ou irreversíveis. Argumentaremos adiante que, apesar de suas importantes contribuições no combate a essencialismos ideológicos diversos, teorizações do corpo assentes no construtivismo social, ao serem radicalizadas a partir das décadas de 1960 e 1970, deram forma a uma limitante (em termos políticos e teóricos) espécie de idealismo discursivo pós-moderno, que atualmente domina os estudos das mulheres, feministas e de gênero e impossibilita que estes campos abordem, com a “seriedade” que merecem, os corpos vividos e os processos *materiais* através dos quais os mesmos adquirem sua existência situada.

Por ora, vejamos como algumas tendências teóricas feministas – em especial aquelas que emergiram sob a forte influência do *linguistic turn* –, em meio à sua tentativa de libertar a(s) mulher(es) dos grilhões reducionistas da natureza e da carne, promoveram uma verdadeira “fuga da matéria”, contribuindo em alguns momentos com a escrita de mais um capítulo da longa história da somatofobia ocidental.

1.3. Abordagens feministas do corpo: da carne ao verbo

Nosso interesse não é de maneira alguma argumentar que *todo* o complexo e heterogêneo arcabouço teórico feminista produzido desde meados do século XX é marcado por um esforço de afastamento e negação do corpo. Além de depender de simplificações e generalizações inaceitáveis para qualquer trabalho que se pretenda minimamente rigoroso, uma afirmação dessa natureza teria que se

alicerçar no desconhecimento ou na deliberada negação da existência de importantes autoras/es e correntes do pensamento feminista que localizaram na materialidade corporal e no dimorfismo sexual os elementos fulcrais de suas teorizações, dando origem a um rico quadro teórico que, de modo mais ou menos desdenhoso, foi rotulado pelas/os teóricas/os construtivistas de “feminismo da diferença sexual” (Saffioti, 2009: 8). A título de breve exemplificação, é possível acentuar nesse sentido os escritos de Adrienne Rich e Lucy Irigaray, influentes autoras que, cada qual à sua maneira, celebraram a morfologia diferenciada das mulheres e suas capacidades biológicas e reprodutivas, apontando-as como potenciais fontes de práticas políticas radicais orientadas para a emancipação feminina. O ecofeminismo, por sua vez, é uma profícua corrente de pensamento que identifica a existência de determinada comunhão espiritual das mulheres com a natureza, entendendo-as como sujeitos históricos corporificados capazes de promover a necessária “reconciliação” dialética da humanidade com o meio ambiente.

Porém, apesar de relevantes, cremos ser impreciso apontar tais posicionamentos teóricos enquanto exemplares da maneira como os feminismos têm predominantemente abordado a questão da corporeidade. Conforme vimos na seção anterior, dado o modo como as noções de natureza e corpo foram historicamente apropriadas por grupos interessados na legitimação de práticas de opressão sexista, muitas/os teóricas/os feministas optaram por enfatizar em suas análises questões culturais, sociais, linguísticas, literárias e históricas, desconfiando de perspectivas que pareciam retomar a problemática do corpo, de modo a vê-las como “determinismo biológico disfarçado com outro nome” (King, 1997: 130). Nesse sentido, é possível afirmar que uma expressiva porção das

tendências teóricas feministas que emergiram a partir da segunda metade do século XX apresentou, como um dos poucos elementos que lhe garantiu determinado senso de comunalidade teórica, certo “afastamento preventivo” em relação à materialidade corporal ou determinada relutância em se engajar com questões ligadas à biologia e à natureza – algo que, por vezes, tomou a forma de uma direta biofobia teórica (Davis, 2009)¹⁵.

A célebre obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, é constantemente referenciada como o movimento seminal do esforço político e epistemológico feminista para “remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais que são construídos e constroem a si mesmos na história” (Haraway, 1991: 134). A máxima beauvoiriana “não se nasce mulher: torna-se mulher” sintetiza a ideia de que a subjetividade feminina não pode ser reduzida a determinada facticidade biológica pré-social. “Ser mulher” é aqui pensado como sinônimo de assumir a posição hierárquica, o estilo e a significação corporais definidos como próprios do “feminino” no seio de uma formação socio-histórica específica, caracterizando o produto (nunca plenamente realizado e, portanto, dependente de sua incessante atualização) de um intrincado “projeto” que envolve a aquisição de competências, a internalização de conhecimentos, a

¹⁵ O debate entre Sara Ahmed (2008) e Noela Davis (2009) sobre a validade das acusações de biofobia endereçadas às teorias feministas contemporâneas é extremamente interessante e ilustrativo das discussões recentes desencadeadas pelo advento da perspectiva neomaterialista. Enquanto Ahmed acredita que tais acusações feitas por teóricas/os vinculadas/os ao neomaterialismo são infundadas, apresentando para corroborar sua argumentação alguns exemplos de trabalhos de autoras/es feministas que se debruçam pormenorizadamente sobre a fisiologia do corpo biológico, Noela Davis, cuja posição neste debate endossamos, aponta para o fato das abordagens feministas do biológico assentarem no restrito e convencional binarismo natureza/cultura, sendo cada uma destas dimensões tomada enquanto passível de análise isoladamente. Desse modo, Davis coloca que as acusações de biofobia são válidas, na medida em que as teorizações feministas, ao identificarem o corpo enquanto uma entidade fixa e estável, negam à biologia suas características definidoras (seu caráter agencial, dinâmico, etc.), além de não atentarem para o fato de que a cultura não se impõe unilateralmente sobre os fenômenos diversos, mas estes se constituem segundo um inextricável entrelaçamento do biológico e do cultural.

repetição de atos, etc. Beauvoir (1967a; 1967b) aponta ainda para o fato de que as práticas de socialização envolvidas na conversão de “fêmeas humanas” em “mulheres” se dão em meio a um esforço cujo objetivo é a constituição de uma dimensão de alteridade negativa. Dessa forma, a mulher é produzida como um “Outro”, um espaço definido em termos de negatividade e falta. O homem é o parâmetro universal e autônomo ao qual a mulher deve recorrer para determinar-se e diferenciar-se em sua singularidade, e nunca o contrário.

Podemos afirmar que nos escritos de Simone de Beauvoir encontramos a primeira proposição teórica feminista de uma separação do fenômeno sexual em duas dimensões, sendo uma natural e outra social. A filósofa francesa examina como a ciência, a religião, a filosofia, o direito, a educação e demais mecanismos socioculturais foram historicamente empregados pelos homens de modo a “produzir nas mulheres efeitos morais e intelectuais tão profundos que parecerem emergir da natureza [feminina]” (Beauvoir, 1967a: 32). A análise de Beauvoir, portanto, claramente localiza na sociedade e suas práticas o fator determinante das assimetrias de poder entre homens e mulheres, enfatizando o caráter de construto social daquilo que se define como “o feminino”. Cabe ressaltar que a pensadora inicia *O Segundo Sexo* revisando os diversos dados biológicos disponíveis à época sobre as diferenças sexuais, concluindo que nenhum traço ou conjunto de traços anatômicos, fisiológicos ou cromossômicos pode justificar as dinâmicas sociais que imputam às mulheres uma posição de subordinação. Que haja diferenças entre os corpos de mulheres e homens não é o foco da crítica da autora; sua argumentação se dedica a mostrar que apenas a partir da apropriação cultural do corpo sexuado, que se dá segundo um regime de sentidos ideologicamente orientado, a *diferença* se transforma em *inferioridade*.

Apesar de indisputavelmente figurar como uma das mais influentes obras do pensamento feminista do século XX, uma das principais contribuições de *O Segundo Sexo* foi negligenciada por muitos dos desenvolvimentos teóricos feministas que lhe foram posteriores, em particular por aqueles que adotaram uma posição afeita ao pós-estruturalismo. Na obra, temos a apresentação de uma perspectiva fenomenológica fortemente influenciada por Sartre e Merleau-Ponty, a partir da qual a autora reconhece que todo o processo de “tornar-se mulher” implica uma existência encarnada; mais que isso, tal experiência corpórea fundamental não só existe como, em níveis que não devem ser ignorados, influencia diferenciadamente o modo de “estar no mundo” de homens e mulheres.

Ao apontar, por exemplo, as inconveniências impostas às jovens meninas por seus órgãos urinários e o “temor difuso” das mesmas em relação a seus “interiores”, decorrente de não possuírem o pênis (órgão exterior sobre o qual o homem pode projetar seus medos acerca daquilo que ocorre “dentro de si”), Beauvoir (1967b: 19-20) acentua o fato de que o movimento de ser produzida e produzir a si mesma (tornar-se) “mulher” é interno à vida corporal localizada. É-se desde o início um corpo, que será “posteriormente” aculturado segundo os padrões sexuais vigentes (apesar da autora afirmar que esse processo não segue uma temporalidade linear). Desse modo, as formas de estar no mundo e experienciá-lo, de homens e mulheres, assim como os sentidos atribuídos à materialidade corporal, não são plenamente alheios a essa materialidade, mas devem “acomodar” características próprias de sua morfologia e fisiologia específicas, como funções reprodutivas, ciclos menstruais, etc. – negar tais fatos corpóreos e os *condicionamentos* (mas não *determinações*) que os mesmos produzem equivaleria a se filiar a uma conceituação cartesiana do “eu” enquanto

consciência transcendental. Através dessas colocações, que antecipam algumas temáticas posteriormente avançadas por autoras como Virgínia Ferreira (2003), Elizabeth Grosz (2008) e Iris Marion Young (2005), Simone de Beauvoir parece dar os primeiros passos no sentido de conceber um necessário quadro teórico não-reducionista, no qual é reconhecido o caráter complexo e dialógico das relações estabelecidas entre corpo e cultura, biologia e sociedade, em meio aos processos de constituição de subjetividades sexuadas.

A partir de *O Segundo Sexo*, o debate clássico das Ciências Sociais acerca dos limites e formas de interação do biológico e do social passa a ocupar espaço central nas teorizações feministas sobre as identidades. Apesar de, como vimos, o trabalho de Beauvoir ter apresentado caminhos possíveis a serem trilhados por abordagens teóricas pautadas por um questionamento de limites estanques entre tais dimensões, será com base em uma oposição rígida entre natureza e cultura que pensadoras feministas ocidentais anglófonas irão avançar, na década de 1970, aquele que é apontado por muitas/os como “o conceito mais revolucionário da teoria feminista” (Alaimo, 2010: 5), o gênero (*gender*).

Cabe salientar que o conceito de “gênero” (*gender*) não foi criado por teóricas feministas, mas sim apropriado e ressignificado pelas mesmas na década de 1970, com vistas a objetivos políticos radicais. Diversas/os autoras/es acentuam o fato dos primeiros empregos do termo se darem na década de 1950, no âmbito de discursos médicos psicopatologizantes, tendo como momento inaugural uma série de artigos publicada em 1955, de autoria do psicólogo John Money e demais

pesquisadores da Johns Hopkins University, acerca do desenvolvimento psicosssexual de pacientes intersexuais (Repo, 2016)¹⁶.

Uma das primeiras formulações *feministas* do sistema sexo/gênero se deu pelas mãos da antropóloga norte-americana Gayle Rubin¹⁷. Em seu hoje clássico ensaio *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex* (1975), Rubin se dedica a discutir os fundamentos da opressão e da subordinação social das mulheres a partir de apropriações de Marx e Freud, interpretados via uma leitura informada por Lacan e Lévi-Strauss. A autora aponta para a existência de um aparato social sistemático no ocidente que, através de intercâmbios em sistemas de parentesco dominados por homens – nos quais mulheres figuram como *commodities* a serem trocadas –, cumpre em transformar indivíduos fêmeas da espécie humana (uma matéria-prima) em mulheres oprimidas (produtos finais). O sistema sexo/gênero, portanto, concebe determinada separação rígida entre uma dimensão natural, onde se encontraria o fato biológico “sexo” (o corpo sexuado), e um plano de sentidos socio-historicamente contingentes atribuídos a tal diferença sexual, o “gênero”. A atribuição de limites discretos ao natural (sexo) e ao cultural (gênero) permite que Rubin vislumbre a possibilidade de uma futura “sociedade sem gênero”, isto é, um contexto utópico no qual os corpos sexuais seriam

¹⁶ Para uma sucinta reconstituição da “conturbada” trajetória histórica do conceito, ver Haraway (2004).

¹⁷ Apesar do ensaio de Rubin ser frequentemente celebrado como a primeira elaboração feminista da noção de *sistema de sexo/gênero*, a socióloga feminista britânica Ann Oakley publicara 3 anos antes *Sex, Gender and Society* (1972), livro no qual teoriza sobre a persistência histórica dos “papéis de gênero” que relegam as mulheres a espaços de subordinação, decorrentes de processos de socialização de gênero culturalmente variáveis (Repo, 2016). É possível hipotizar que a recorrente lembrança do trabalho de Rubin como momento inaugural do gênero na teoria feminista, em detrimento da obra de Oakley, decorra do fato desta última ser marcada por forte influência do estrutural-funcionalismo, ao passo que *The Traffic in Women*, em sua argumentação radicalmente crítica do binarismo normativo de gênero, caracteriza uma mais clara descontinuidade teórica em relação às anteriores formulações clínicas de John Money e Robert Stoller.

tomados em si, não investidos de sentidos hierarquizantes que emanam de embates sociais e simbólicos específicos (Rubin, 1975).

O sistema sexo/gênero se tornou extremamente popular nas décadas de 1970 e 1980, inspirando o que veio a se estabelecer enquanto o modelo analítico dominante nos estudos feministas da época, principalmente no contexto norte-americano. As contribuições de tal abordagem para os efervescentes debates político-teóricos nos quais tomou parte a chamada “segunda onda do feminismo” foram vitais. De modo sucinto, podemos afirmar que, ao propor o “reconhecimento de que os traços e os papéis de mulheres e homens são produtos de processos cultural e historicamente variáveis de construção social de diferenciações e assimetrias, e não o resultado inevitável e constante de uma ‘ordem natural das coisas’” (Pereira, 2012: 27), o conceito de gênero se apresentou como o principal e mais produtivo “ferramental teórico” mobilizado pelas feministas da época em meio às lutas em prol de transformações das relações de opressão patriarcal.

Porém, simultaneamente à sua popularização, as insuficiências políticas e teóricas da abordagem analítica calcada na separação sexo/gênero se tornaram evidentes, fazendo da mesma um alvo de críticas internas ao campo dos estudos feministas. Apesar de seu impulso fundante ter sido o questionamento do essencialismo biológico, teóricas e teóricos atentaram para o fato de que, ao se assentar na oposição rígida natureza/cultura, tal modelo analítico compartilhava com os discursos essencializantes aos quais endereçava sua crítica a crença na existência de corpos sexuais naturais, pré-culturais, a-históricos e universalmente diferenciados de maneira binária, que seriam as bases de interpretações culturais. Segundo essa perspectiva, nomeada por Linda Nicholson (2000) de “fundacionalismo biológico”, as definições variáveis sobre o que se

entende por masculino e feminino emergem em homologia às categorias homem e mulher, sendo estas últimas *fatos* estritamente naturais e autoevidentes, cuja existência antecede e é independente dos discursos que lhes significam (o gênero).

Tal concepção do corpo sexuado enquanto materialidade pré-social e estável será posta em causa, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, por diversas/os autoras e autores que, influenciadas/os pela desconstrução derridiana, pela psicanálise lacaniana e, em particular, pelas então recentes análises foucaultianas das formas de atuação do poder na modernidade ocidental, irão promover uma intensa diatribe de perspectivas teóricas que promulgavam a possibilidade de acesso ilimitado ou imediato (isto é, um “Saber” imune de “interferências” advindas das dinâmicas de poder que tomam parte no contexto socio-histórico do qual o mesmo emerge) à “natureza”, aos corpos e aos sujeitos. Pautadas/os pela característica ênfase pós-estruturalista nos potenciais constitutivos das práticas discursivas, em detrimento de posições calcadas na compreensão da linguagem em termos de suas funções miméticas ou representacionais, teóricas/os como Judith Butler, Teresa de Lauretis, Anne Fausto-Sterling e Thomas Laqueur irão salientar o fato dos corpos e suas características sempre nos serem dados dentro de formações discursivas organizadas segundo critérios de inteligibilidade cultural socio-historicamente contingentes. A partir dessa visada, o estatuto do corpo é redefinido: de substrato biológico ainda não inscrito pelas relações de poder, o mesmo passa a ser perspectivado como um construto social, “tão culturalmente construído quanto o gênero” (Butler, 2003: 25), cuja aparência de “naturalidade” pré-social lhe é conferida mediante um conjunto de estruturas simbólicas e discursos específicos.

No próximo capítulo, nos aprofundaremos em alguns aspectos-chave dessa importante tendência de radicalização do construtivismo linguístico no âmbito dos debates feministas sobre o corpo. Para tanto, buscaremos primeiramente, através de uma leitura geral – isto é, sem qualquer pretensão exaustiva –, situar tal movimento junto à tradição filosófica mais ampla na qual o mesmo se inseriu no século XX. Em seguida, nos aproximaremos mais diretamente de nosso objeto de interesse mediante a revisão pontual das teorizações de Michel Foucault acerca das complexas relações estabelecidas entre poder, sujeito e corpo, arcabouço conceitual que exerceu considerável influência sobre os desenvolvimentos posteriores vinculados àquilo que comumente se identifica enquanto “teorias feministas pós-modernas”. Por fim, conduziremos uma leitura crítica das proposições teóricas de Judith Butler, autora cujas colocações acerca da natureza performativa do gênero e do sexo, fortemente tributárias do pensamento foucaultiano, expressam exemplarmente as potencialidades e limites das hermenêuticas discursivas que hoje dominam certas abordagens feministas dos corpos e dos processos de formação subjetiva.

Capítulo 2

A produtividade do discurso: da representação à performatividade

2.1. Breve contextualização histórico-conceitual

Em meados da década de 1960, emerge nas ciências humanas e sociais um renovado interesse nas problemáticas da linguagem e do discurso. Diferentemente das perspectivas dominantes até então, marcadas pela concepção moderna do ideal de linguagem enquanto pura correspondência ou reflexo do “real”, as novas visadas irão acentuar o caráter estruturante e produtivo das práticas discursivas em relação aos modos como experienciamos/conhecemos o mundo e nos produzimos/somos produzidos enquanto sujeitos. Tal movimento, que ficaria conhecido como *linguistic turn* após a publicação de uma antologia homônima organizada por Richard Rorty (1967), se popularizaria nas décadas subsequentes, fundamentando tendências teóricas como o pós-estruturalismo.

As raízes filosóficas dessa “virada” remetem à polêmica antimetafísica inaugurada por Nietzsche. Porém, como afirma Rorty (1989), é na filosofia de Ludwig Wittgenstein que encontraremos os fundamentos do construtivismo linguístico radical, elemento vital das reflexões pós-estruturalistas sobre o corpo. De fato, ao aproximarem os limites do “real” aos limites da linguagem, os escritos que compõem o segundo momento da produção intelectual deste pensador podem ser apontados como uma forma de pós-modernismo *avant la lettre*.

Para o “Segundo Wittgenstein”, das *Investigações Filosóficas*, o pensamento ocidental deveria se libertar das amarras que o prendem à inglória busca metafísica por uma realidade “oculta”, que estaria localizada sob a linguagem e atuaria como sua essência ou ponto de apoio. O filósofo argumenta que as práticas linguísticas se constroem e adquirem o estatuto de meios inteligíveis de comunicação não porque referenciam uma realidade que lhes é exterior e objetiva, mas devido a *convenções*, que emergem do uso cotidiano das palavras em uma determinada cultura e se expressam na forma de variados “jogos de linguagem”, com suas regras e finalidades próprias (Wittgenstein, 1999). O objetivo do autor austríaco, portanto, é promover uma mudança de “atitude” filosófica diante da linguagem: de uma perspectiva metafísica, alicerçada no pressuposto metateórico moderno de funcionamento referencial da mesma, para um posicionamento prático, fundamentado em uma concepção das *linguagens* (a pluralidade é aqui capital) enquanto *práxis* social e verdadeiras formas de vida, cujo funcionamento deriva de seu caráter convencionalizado. Em síntese, o filósofo atenta para o fato de que os sustentáculos da linguagem cotidiana (seus referentes) residem no próprio domínio intra-linguístico (as palavras designam seus usos, e não necessariamente objetos), suplantando assim a tradicional obrigatoriedade de vínculo associativo referencial entre palavras e coisas, mediante uma renovada ênfase nos usos consagrados da linguagem em uma determinada cultura.

Ao “[dissolver] o abismo entre signo e objeto empírico” (Gottschalk, 2010: 123), a perspectiva pragmática wittgensteiniana põe em xeque a possibilidade de experiencarmos um “real” que não seja já inserido no âmbito das convenções socio-historicamente contingentes (e, por conseguinte, já investido pelas relações de poder próprias a qualquer coletividade humana) que definem as potencialidades

comunicacionais das inúmeras linguagens. Sua grande contribuição para o enfraquecimento da estrutura epistemológica moderna é, portanto, a ideia de que os jogos de linguagem nos quais os indivíduos estão incontornavelmente inseridos determinam essencialmente a realidade experimentada pelos mesmos. Para Wittgenstein, “perguntar qual é a verdadeira natureza da realidade é efetuar uma falsa questão, pois descrições da realidade só são possíveis mediante um dado jogo de linguagem” (Castañon, 2009: 74), de modo que qualquer pretensão de conhecimento que se reivindica plenamente objetivo e universal é enquadrada como cega aos seus constrangimentos linguísticos constitutivos.

Fortemente tributários da filosofia pragmática wittgensteiniana, os desenvolvimentos posteriores de teóricas/os como Julia Kristeva e Roland Barthes, acerca da noção de intertextualidade, caracterizaram um dos momentos fundamentais do processo de transposição de modelos interpretativos inspirados em “objetos” literários (lê-se: manifestações textuais *stricto sensu*) para a análise de demais práticas e fenômenos tradicionalmente pensados em termos não-semióticos, como consciência, experiência, mecanismos libidinais, entre outros. Como coloca Frow (1990), desde suas primeiras formulações, o modelo de interpretação intertextual apresentou implicações radicais, que superaram os limites da análise literária:

Se, por um lado, [o conceito de intertextualidade] transformou a unidade e autossuficiência do texto em uma estrutura marcada pela alteridade e repetição [*marked by otherness and repetition*], por outro, ele sugeriu que o exterior do texto não é um real monolítico, mas um sistema (ou uma infinidade) de outras estruturas textuais (Frow, 1990: 46-47).¹⁸

¹⁸ Tradução nossa. No original: “If, on the one hand, it has transformed the unity and self-presence of the text into a structure marked by otherness and repetition, on the other it has suggested that the exterior of the text is not a monolithic real but a system (or an infinity) of other such textual structures” (Frow, 1990: 46-47).

De fato, a consideração, para fins analíticos, do todo social como um todo textual, permitiu a superação de diversos problemas teóricos e metodológicos decorrentes da habitual compreensão dos variados momentos do social com base em diferenciações ontológicas, estas conducentes, por exemplo, a incomensurabilidades e dicotomias intratáveis (até então) entre real e simbólico, base e superestrutura, etc. Ainda, a partir da visada intertextual, foi possível “descentrar” o texto e, simultaneamente, a própria noção de sujeito cartesiano, sublinhando o fato destes não serem entidades autônomas e atomizadas, mas se constituírem em dialogismo/interação. No entanto, ao exacerbar a ênfase no caráter linguístico e semiótico das estruturas sociais (e das subjetividades), tal perspectiva tendeu a promover o reconhecimento daquilo que tradicionalmente se identificou como extra ou não-textual em termos de correntes de semiose cujos pontos nodais se referem a outros signos indefinidamente, em uma dinâmica que posterga *ad aeternum* uma presença “real”, isto é, irreduzível ao discurso e à ordem simbólica. É nesse sentido que podemos apontar um movimento de transição conceitual nos estudos literários e sociais, entre as décadas de 1960 e 1970, de uma abordagem *metafórica* que, tendo em vista possíveis ganhos analíticos estratégicos, considerou aquilo que “excede” a linguagem enquanto passível de *ser lido como um texto*, para um posicionamento que afirma que o todo social é *um texto*.

Com base nesse processo de literalização da metáfora textual – que também poderia ser *lido* (em uma ironia consequente) como um movimento de textualização do social –, se popularizaria nas ciências humanas e sociais uma espécie de monismo linguístico-discursivo que passa a incorporar todos os tipos de fenômenos ao domínio da textualidade – da história ao sexo, da economia ao corpo.

Recorrendo brevemente à figura proposta por Schlegel (1997) em uma célebre passagem do fragmento 116 do *Athenaeum*, a linguagem parece agora esgotar o “real” (e, por conseguinte, a materialidade) dentro de seus limites, tal qual uma série infinita de espelhos que multiplica reflexões sem nunca alcançar um referente verdadeiramente exterior.

Em Jacques Derrida – a quem é atribuída a famosa afirmação “não há nada fora do texto” – encontramos talvez a mais extrema expressão do “narcisismo linguístico” (Barad, 1996) que marca determinadas posições vinculadas ao “projeto” pós-estruturalista. A desconstrução derridiana tem por objetivo central evidenciar criticamente o fato do pensamento ocidental se assentar em oposições binárias hierarquizantes, estruturadas pelo pressuposto metafísico de que haveria um significado último (o *logos* ou demais conceitos conexos, tais como “verdade” ou um ente-presente), que remete apenas a si mesmo, cuja “presença” plena (isto é, independente e prévia a um sistema conceitual que a referencia) conferiria sentido a toda linguagem.

Em sua contestação desta “metafísica da presença”, Derrida toma como um de seus principais alvos a noção saussureana de signo (unidade formada pelos termos opostos significante e significado), produzindo apreciações cuja breve exposição nos permite vislumbrar o processo de generalização textual promovido pela desconstrução. Como coloca Dardeau (2011: 59), para Derrida, “a questão do signo é um ponto de entrada privilegiado para a lógica metafísica como um todo”. O filósofo franco-magrebino argumenta que todo significante estabelece relação referencial com um significado que não é soberano e preexistente, mas sim outro significante, de modo que “a coisa em si” à qual se estaria referindo nunca pode ser alcançada fora da rede de remissões sígnicas. Dessa forma, a desconstrução

do conceito de “signo” mostra que todo significado é um significante, que se insere em uma rede de entre-remetimentos interminável e inescapável – onde, como afirma Haddock-Lobo, “a coisa mesma sempre escapa” (2013: 30) –, fazendo do “real”, pensado tradicionalmente enquanto uma última instância de presença plenamente desvelada, mais um efeito constituído pela/na cadeia referencial de significantes.

A compreensão derridiana do conceito de “signo” como indelevelmente estruturado pela enganosa crença na existência de um significado ontoteológico “em si”, ao qual se referenciaria um significante último (por excelência, na tradição ocidental, o significante fônico), conduz o filósofo a substituí-lo pelo quase-conceito *rastro*, de modo a acentuar o caráter de todo termo “presente” enquanto nó em um sistema que nunca chega a uma pura presença material originária, isto é, alheia à linguagem. Nas palavras do autor:

o rastro não é somente a desapareção da origem, ele quer dizer aqui [...] que a origem não desapareceu sequer, que ela jamais foi retroconstituída a não ser por uma não origem, o rastro, que se torna, assim, a origem da origem. (Derrida, 2004: 75)

Portanto, o projeto derridiano de uma desconstrução da metafísica da presença pode, em última análise, ser considerado como um esforço de “desconstrução do real” (Haddock-Lobo, 2013) e, por conseguinte, de toda forma de realismo. Tal “metodologia” advoga em favor do reconhecimento do caráter ilusório e dissimulador de qualquer noção de “presença” que reivindica para si status de exterior à textualidade, definindo-a como simples “efeito de presença” que é produzido internamente a jogos de palavras. Em suma, baseada na exacerbação da ênfase nos potenciais autônomos e totalizantes da linguagem, a desconstrução atua de modo a gradativamente desacreditar e diminuir as condições de

possibilidade do que poderíamos chamar de materialidade ou “real”, em uma dinâmica que flerta perigosamente com uma espécie de idealismo linguístico.

Como pudemos observar, as ciências sociais vivenciaram, entre as décadas de 1960 e 1970, uma transição paradigmática: do foco em representações linguísticas para a ênfase pós-estruturalista em práticas discursivas constitutivas. Dentre as diversas problemáticas desencadeadas por este movimento, podemos sublinhar a crise dos modelos de representacionismo político. Tal crise, no âmbito da política feminista, se expressou na forma de contestações à noção de “Mulher” como sujeito do feminismo, estas calcadas na denúncia do processo de silenciamento de especificidades em termos de classe, etnia, orientação sexual, etc., subjacente a tal categoria pretensamente homogênea, estável e universalizante. Com a fragmentação do sujeito “Mulher”, dando lugar à figura polimorfa das “mulheres” – isto é, indivíduos concretos, forjados na multiplicidade de intersecções culturais, sociais e políticas –, o movimento feminista se viu diante da difícil tarefa de propor uma nova concepção de sujeito coletivo que, simultaneamente, fosse passível de representação política institucional e não sucumbisse a essencialismos cegos às diferenças entre as mulheres reais.

No tocante propriamente às teorizações feministas sobre o corpo, o advento do pós-estruturalismo contribuiu para o aprofundamento das críticas ao fundacionalismo biológico subjacente ao modelo sexo/gênero, em prol da radicalização do construtivismo em relação à materialidade corporal e às subjetividades sexuadas como um todo. Tais desenvolvimentos teóricos feministas, que alcançariam seu auge no decorrer da década de 1990 via a(s) Teoria(s) Queer, foram fortemente influenciados pelos escritos de Michel Foucault acerca da produtividade das dinâmicas modernas de poder.

2.2. Foucault: corpos, discursos e poder

Ao propor um quadro teórico pautado pela abordagem do corpo e das subjetividades em sua inelutável historicidade, Foucault ofereceu um contributo-chave para o aprofundamento do processo de desnaturalização da imaginada base biológica que, tanto para os discursos naturalistas antifeministas, quanto para as/os partidárias/os do modelo sexo/gênero, figurava como uma “verdade” ou infraestrutura não-construída, sobre a qual seriam edificados, segundo níveis de determinação variáveis, os sentidos do gênero e as relações sociais entre homens e mulheres. Em particular, a ênfase foucaultiana nos vínculos entre a produção de saberes sobre corpos e o poder atuou de modo a descortinar o papel simultaneamente constitutivo e regulador desempenhado pelos aparatos discursivos¹⁹ em relação aos objetos que alegam simplesmente referenciar. Subjacente a tal perspectiva analítica, no entanto, há uma radical releitura das dinâmicas de funcionamento do poder.

Desde Platão, o pensamento ocidental tem sido marcadamente influenciado pela concepção de que há uma antinomia entre saber e poder. Foucault irá acentuar as relações diretas estabelecidas entre tais dimensões anteriormente entendidas como irreconciliáveis, desenvolvendo uma posição que, influenciada por Nietzsche, reconhece os constrangimentos socio-históricos e as complexas relações de poder inerentes a qualquer quadro de saberes.

¹⁹ É importante ressaltar que, em Foucault, a noção de discurso abarca muito mais que simples palavras escritas ou faladas com objetivos descritivos. As práticas discursivas, em sua concepção, são as condições socio-históricas e culturais específicas que possibilitam e limitam práticas de conhecimento como a escrita, a fala, o pensamento, etc. Mais que aquilo que é falado, o discurso é o que define o espectro do que pode ser falado, organizando previamente o campo da experiência possível. No Capítulo 3 resgataremos o conceito foucaultiano de “aparatos discursivos”, observando como este dialoga com a noção de “aparatos de produção corporal” conforme mobilizada por Karen Barad (2007).

Uma afirmação fundamental do projeto teórico do pensador francês é a de que “o poder *produz* saber” (Foucault, 2010: 30); mediante a produção de saberes, o poder – esta entidade múltipla e instável, cuja complexidade é melhor expressa pela noção de “jogos de poder” –, concomitantemente, subjetiva e assujeita indivíduos, posicionando-os em espaços específicos dentro de um quadro definido por determinado regime de verdade. Desse modo, Foucault se nega a pensar o poder e o conhecimento como duas atividades distintas, compreendendo que estas funcionam conjuntamente, em uma dinâmica de inter-implicação nomeada de “poder-saber”. Segundo o autor, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2010: 30). Tal posicionamento, que caracteriza o saber como efeito do poder e instrumento para seu exercício, engendra a crítica de Foucault à ideia de poder como fundamentalmente repressivo.

Para o pensador francês, as formas de exercício do poder vigentes na modernidade ocidental não devem ser entendidas como unicamente negativas, ou seja, atuantes exclusivamente segundo uma lógica de interdição, repressão ou recusa. Em contraposição a tal hipótese repressiva, o autor insistirá no caráter produtivo do fenômeno em questão, localizando entre os séculos XVIII e XIX o período de transição histórica de um modelo jurídico, eminentemente repressivo, para um modelo disciplinar de sociedade, mudança paradigmática expressa pela substituição da lei pela norma como instrumento primário de controle social.

Ainda, enquanto o paradigma jurídico caracteriza o poder como apanágio de determinadas pessoas ou instituições, a ideia de poder disciplinar entende que este transversaliza todos os âmbitos sociais, ou seja, é imanente às mais variadas

relações econômicas, políticas, de significação, etc. Dessa forma, Foucault se opõe à representação do poder, exemplarmente expressa pelo célebre modelo de Althusser e seus Aparelhos Ideológicos de Estado, que busca encarná-lo e limitá-lo à figura do Estado e seus aparelhos repressivos e ideológicos, tomando-os respectivamente como a fonte soberana de onde emana o poder e seu meio de exercício por excelência. Ressaltando que um dos principais esquematismos a ser evitado quando tratamos do tema refere-se àquele “que consiste em localizar o poder no aparelho do Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único do poder de uma classe sobre uma outra classe” (Foucault, 2000: 91), o autor pensa criticamente o poder pela perspectiva dos mecanismos heterogêneos de dominação, que garantem seu exercício regulador fora do domínio político estreitamente definido. Desse modo, a partir do advento de sua perspectiva pós-estruturalista, o poder não pode ser identificado exclusivamente com determinada entidade, mas “está em toda parte” e “provém de todos os lugares” (Foucault, 1999).

Para ilustrar tais proposições teóricas, Foucault irá se voltar para a análise do sexo e da sexualidade. Nesse contexto, afirmar que o poder é um ato produtivo significa que as técnicas de governação que elegem como seus objetos os corpos e seus prazeres, com especial ênfase a partir de finais do século XIX, se valeram fundamentalmente de um modelo positivo e produtivo de discursos, saberes e mecanismos disciplinares (em detrimento de práticas de proibição e tabus), constituindo assim uma ciência da sexualidade que incita o sexo, ao invés de simplesmente invisibilizá-lo. Essa moderna *scientia sexualis* produziu uma miríade de identidades e sexualidades que, simultaneamente à sua criação, foram dispostas segundo um regime de normalização, que demarca os limites entre o

normal e o anormal, em oposição ao modelo jurídico de poder, historicamente anterior, atuante de modo a promover a separação entre o lícito e o ilícito. Prova disso é que identidades sexuais largamente reconhecidas na contemporaneidade como naturais e a-históricas, tais como a heterossexualidade e a homossexualidade²⁰, foram criadas no século XIX pelo discurso médico, com o objetivo de normalizar a primeira e, simultaneamente, patologizar a última, regulando discursiva e institucionalmente corpos e condutas (Foucault, 1999).

Em meio à sua eloquente defesa da ideia de que as dinâmicas de poder próprias à sociedade disciplinar e normalizadora que se estabelece na modernidade ocidental operam de maneira a produzirem os fenômenos que almejam controlar, Foucault irá aproximar a problemática da sexualidade à questão do sexo, afirmando que o corpo, longe de ser uma materialidade preexistente à sua formulação discursiva e institucional, é ele também o resultado de modernas “tecnologias do sujeito”, ou seja, “de mecanismos de disciplinarização, de técnicas de vigilância e de estratégias de conhecimento e de poder” (Ferreira, 2003: 70) que cumprem em investi-lo com aquilo que lhe aparenta ser mais essencial, inato e “material”.

Ao final do primeiro volume de *História da Sexualidade* (1976), retomando algumas posições apresentadas anteriormente em *Vigiar e Punir* (1975), o autor introduzirá um influente questionamento da pressuposição primeira que coloca o corpo sexuado como domínio exterior ao poder e ao discurso. Busca-se apontar como a ideia do sexo, enquanto elemento pré-discursivo, foi ela própria formada a

²⁰ Foucault (1999: 43) precisa que o ano natalício da homossexualidade é 1870, quando da publicação do artigo de Karl Westphal sobre “sensações sexuais contrárias” nos *Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten*.

partir de diferentes estratégias discursivas do (bio)poder, figurando como seu efeito e instrumento. Dessa forma, o argumento foucaultiano deixa claro que não há propriamente um corpo-sexo natural e independente, mas apenas práticas (tecnologias) historicamente localizadas que cumprem em sexualizar o corpo, isto é, investi-lo socialmente com a ideia de que existe um sexo natural²¹.

A famosa obra de Thomas Laqueur *Inventando o sexo* (2001), em um esforço analítico explícita e declaradamente tributário das proposições foucaultianas, se dedica especificamente a escrever “a história de como se construiu o sexo biológico” (Laqueur, 2001: 11). O historiador norte-americano sustenta que era corrente até o Iluminismo a compreensão dos corpos humanos com base em um modelo de sexo único, segundo o qual as diferenças sexuais seriam uma questão de grau, gradações de um tipo básico masculino, fazendo dos corpos de homens e mulheres versões distintas de um mesmo corpo (sendo a versão feminina invariavelmente inferior). Os seres humanos compartilhariam, assim, das mesmas partes corporais, variando apenas em termos de desenvolvimento anatômico: a vagina seria uma versão interna e menos desenvolvida do pênis, os ovários seriam versões inferiores dos testículos, etc. É apenas a partir do século XVIII que um novo modelo político-epistemológico, encarnado em um heterogêneo leque de tecnologias sociais das quais o autor acentua o discurso médico, irá definir uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade, inaugurando o vigente regime dos “dois sexos” dicotômicos, no qual a diferença entre homens e mulheres é concebida em termos ontológicos.

²¹ Michel Foucault, em *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, identificará os quatro principais dispositivos de poder-saber através dos quais, a partir do século XVIII, os corpos foram sexualizados: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso.

Desse modo, a obra de Laqueur historiciza o processo de emergência *social* do corpo-sexo – a emergência do sexo enquanto entidade epistêmica, ou seja, seu processo de epistemogênese –, desvelando os mecanismos de poder-saber que foram mobilizados na modernidade visando fabricar as diferenças sexuais enquanto atributos materiais e biológicos dos corpos.

Como já pontuamos, as hermenêuticas discursivas dos corpos tiveram importância capital para a melhor compreensão dos processos historicamente variáveis de “apreensão” ou “desvelamento” cultural de configurações físicas e como, a partir destes, foram estruturadas hierarquizações entre sujeitos compreendidos como detentores de marcadores inatos, “naturais”, de superioridade ou inferioridade. Por outro lado, acreditamos que a valorização irrestrita por parte de tais perspectivas do modo como os discursos “formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 1969: 67) dificultou a análise do papel desempenhado pela materialidade corporal na formação de um “eu” e das relações sociais, principalmente em termos sexuais. Uma das principais limitações da perspectiva foucaultiana e de grande parte das tendências teóricas herdeiras do *linguistic turn* reside na caracterização unilateral do corpo como uma dimensão que aguarda para ser moldada livremente – ou investida com aquilo que “realmente importa” – pelas forças culturais que lhe são externas. Como acentua Barad, “[apesar de] toda a ênfase de Foucault na anátomo-política do poder disciplinar, ele também falha em oferecer um relato da historicidade do corpo em que sua materialidade desempenhe um papel *ativo* no funcionamento do poder” (Barad, 2003: 809, ênfase no original)²². Nesse sentido, reconhecemos nos trabalhos do

²² Tradução livre. No original: “For all Foucault’s emphasis on the political anatomy of disciplinary power, he too fails to offer an account of the body’s historicity in which its very materiality plays an *active* role in the workings of power” (Barad, 2003: 809).

autor uma aproximação à limitante definição do corpo enquanto mera *tabula rasa*, sobre a qual são inscritas as normas sociais²³; uma dimensão plenamente construída, “dócil” e subserviente aos mandos históricos e culturais que a interpelam.

Ainda, a visada epistemológica de Foucault, baseada na compreensão do corpo enquanto produzido *pelo* e existente *no* discurso, faz o mesmo “desaparecer como um fenômeno material e biológico” (Shilling, 2003: 70). A materialidade corpórea, estando sempre já inserida em regimes político-epistemológicos específicos, é permanentemente deferida por trás das camadas de sentido que lhe são impostas pelo discurso. Com isso, é dificultada a emergência de visadas minimamente “empiristas”, que atentem para as dinâmicas físicas, materiais e biológicas (hormonais, fisiológicas, biotecnológicas, etc.) envolvidas, conjuntamente aos valores culturais e aos aparatos discursivos de poder-saber, nos processos de materialização dos corpos e suas propriedades (limitação que se fará presente também nas proposições de Judith Butler, como veremos). É a essa problemática marginalização da matéria e elisão do corpo “real”, anatômico, que Turner se reporta quando afirma que “o corpo de Foucault não tem carne” (Turner, 1994: 36).

Partindo da ênfase foucaultiana no fato de nossas percepções dos corpos se darem sempre internamente a determinados regimes políticos de “verdade”, responsáveis por definir aquilo que conta como natural, normal e “real”, a

²³ Tal compreensão do corpo como superfície de escrita das normas sociais ecoa o aparelho punitivo descrito em *Na colônia penal* de Kafka, que consistia em um mecanismo de tortura responsável por gravar no corpo dos condenados o delito cometido. Diz o funcionário da colônia penal: “Nossa sentença não soa severa. O mandamento que o condenado infringiu é escrito no seu corpo com o rastelo. No corpo deste condenado, por exemplo – o oficial apontou para o homem -, será gravado: ‘Honra o teu superior’”. Quando indagado pelo surpreso visitante sobre se o condenado tinha conhecimento de sua própria sentença, o oficial responde: “Não. Seria inútil anunciá-la. Ele vai experimentá-la na própria carne” (Kafka, 2011: 36).

pensadora feminista norte-americana Judith Butler irá propor uma das mais influentes críticas pós-estruturalistas ao modelo sexo/gênero, de modo a problematizar e desestabilizar aquilo que, até meados da década de 1980, ainda se concebia hegemonicamente nos debates feministas sobre os corpos e as diferenças sexuais como um substrato material-biológico independente das relações sociais de poder-saber. De fato, suas colocações acerca do modo como as normas sociais de sexo e gênero produzem corpos e subjetividades segundo uma dinâmica performativa foram de tal maneira radicais e inovadoras, que contribuíram fundamentalmente para o surgimento de uma prolífica linha teórica nos estudos feministas, a(s) Teoria(s) Queer²⁴.

Entendendo que a exposição exaustiva das considerações de teóricas e teóricos *queer* acerca da problemática da materialidade corporal em sua relação com discursos normativos e relações de poder-saber fugiria ao escopo do presente trabalho, o que apresentamos a seguir é uma sucinta e orientada leitura crítica das principais propostas teóricas de Judith Butler. Os trabalhos da autora são aqui tomados como exemplares da perspectiva pós-estruturalista, que tem dominado as abordagens feministas sobre os corpos e as subjetividades há quase três décadas e, em certo nível, tornado praticamente ilícita nesse período qualquer referência a uma materialidade corporal não exaurida pela linguagem.

²⁴ É problemático afirmarmos sem ressalvas que há uma única “Teoria Queer”, cujos fundamentos teóricos são consensualmente partilhados por um conjunto coeso de estudiosos. Assemelhando-se a um campo gravitacional, mais que a uma escola de pensamento ou disciplina acadêmica rigidamente delimitada, o “projeto” queer tem entre suas poucas características definidoras a crítica a modelos de gênero e sexuais hegemônicos - atentando para as marginalidades e invisibilidades que estes constroem - e a importância fulcral atribuída às práticas discursivas, fundamento de sua marcante visada antiessencialista sobre o corpo sexuado, que se expressa no modo particular como as/os “teóricas/os queer” entendem pilares de nossa identificação enquanto sujeitos (em especial o sexo e a sexualidade) via uma perspectiva radicalmente historicista, enquadrando-os como efeitos de uma articulação complexa e socio-historicamente contingente entre poder, discurso e conhecimento.

2.3. Butler, performatividade e materialização

Judith Butler se empenhará em um esforço de desconstrução da oposição binária sexo/gênero, de modo a trazer definitivamente para o campo discursivo categorias ditas “naturais” tais como sexo, corpo, binarismo sexual, etc. Criticando os entendimentos dominantes até finais da década de 1980, que partiam da suposição de que haveria uma oposição rígida entre o fato biológico “sexo” e o modo culturalmente determinado de expressão dessa diferença sexual “gênero”, Butler ([1990] 2003) defende que o gênero é, mais do que um meio social de atribuição de sentidos aos sexos, um aparato discursivo através do qual se cria a ilusão do sexo como propriedade natural dos corpos humanos:

o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2003: 25).

Nesse sentido, na esteira de Foucault, Butler argumentará que o processo de identificação por gênero é sempre um processo de essencialização informado por relações de poder-saber, que funciona no sentido de transformar atos isolados em substância. A partir da citação repetitiva de *atos performativos*, noção esta que a autora irá buscar na teoria dos atos de fala de J. L. Austin, indivíduos constituem a ficção reguladora de existência de corpos sexuados e subjetividades genderizadas prévios à sua produção discursiva. Tal dinâmica performativa, definida por Butler como “a prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 1993: 2)²⁵, porém, não se desenvolve arbitrariamente, mas busca fixar identidades e produzir corpos dentro

²⁵ Tradução livre. No original: “the reiterative and citational practice by which discourse produces the effects that it names” (Butler, 1993: 2).

do espectro binário definido pelo regime regulatório dos dois sexos. Desse modo, a partir do condicionamento continuado do corpo e dos atos perceptivos, assim como pela repetição estilizada de gestos significantes, as normas disciplinares são reificadas, materializando-se em subjetividades e corpos disciplinados segundo as categorias de masculinidade e feminilidade²⁶.

Por esta perspectiva, portanto, o sexo é enquadrado como tão culturalmente construído quanto o gênero, tornando obsoleto o modelo que concebia uma oposição rígida entre os dois termos. Assim como a aparência de existência de uma identidade de gênero estável e essencial é produto de um conjunto de performances estruturadas por uma matriz heteronormativa, o sexo não é uma característica dada e fixa dos corpos, mas uma norma regulatória que atua de modo performativo, produzindo as diferenças (sexuais) que fala e, assim, *materializando* os corpos como “sexuados” (Butler, 1993: xi) (nos aprofundaremos no importante conceito de “materialização” adiante).

É possível antecipar, com base nessa apresentação necessariamente esquemática, algumas das críticas que foram endereçadas a Butler e sua teorização performativa das identidades de gênero e do corpo sexuado. Uma das principais linhas de contestação consistiu em acusações de que a autora reduziria as subjetividades sexuadas a efeitos das normas culturais e do discurso, incorrendo em uma nova forma de determinismo (de cariz cultural) que exclui a materialidade

²⁶ Apesar de Judith Butler ser amplamente celebrada como a pioneira da teoria da performatividade de gênero, West e Zimmerman haviam proposto já em 1987, no artigo *Doing Gender*, que o gênero não se referiria àquilo que uma pessoa é, mas ao quê uma pessoa faz. Segundo os autores, fazer gênero significaria criar – através de ações e interações cotidianas - diferenças entre homens e mulheres que não seriam naturais, essenciais ou biológicas, mas convencionadas. O sucesso dos indivíduos no processo de atuar o gênero seria avaliado sob a luz de expectativas sociais sobre o que é apropriado para determinada categoria sexual.

e a biologia, de modo a propor uma espécie de “sujeito-discurso”, uma versão pós-moderna da subjetividade abstrata e incorpórea cartesiana.

O determinismo cultural butleriano ao qual tais críticas se referem pode ser mais facilmente observado a partir de uma breve leitura das apropriações que a autora faz da noção de “interpelação” proposta por Louis Althusser (1996) – noção esta que Butler defende como ainda fornecedora de uma base sólida para as teorizações contemporâneas dos processos de formação subjetiva (Butler, 1997a). Embora o conceito seja utilizado pela pensadora em diversos de seus trabalhos e em variados contextos argumentativos (Butler, 1993; 1997a; 1997b), nos debruçaremos aqui sobre seu emprego em *Bodies that Matter*, trabalho no qual a autora norte-americana se coloca a tarefa de pensar mais detidamente o lugar do corpo em meio aos processos performativos de constituição de um “eu” sexuado.

Por interpelação, Althusser compreende o chamamento ideológico que tem a função de “transformar” indivíduos em sujeitos (Althusser, 1996: 133). O funcionamento de tal processo discursivo de subjetivação é ilustrado pelo autor mediante um famoso exemplo: uma corriqueira interpelação da Polícia – “Ei, você aí!”.

Presumindo-se que a cena teórica que imaginei ocorra na rua, o indivíduo chamado se voltará. Por essa mera virada física de 180 graus, ele se torna *sujeito*. Por quê? Porque reconheceu que o chamado ‘realmente’ se dirigia a ele, e que ‘era *realmente* ele que estava sendo chamado’ (e não outra pessoa) (Althusser, 1996: 133, ênfase no original).

Butler irá mobilizar tal noção de modo a pensá-la como uma prática performativa de nomeação, que constitui como sujeito o nomeado, introduzindo-o em um quadro de inteligibilidade cultural preexistente. Em sua argumentação, ela apontará a interpelação do gênero como a nomeação performativa fundante, que

cria as condições culturais para a emergência de um ser humano “viável”, isto é, subjetivado e inteligível.

Consider the medical interpellation which (the recent emergence of the sonogram notwithstanding) shifts an infant from an “it” to a “she” or a “he”, and in that naming, the girl is “girled”, brought into the domain of language and kinship through the interpellation of gender. But that “girling” of the girl does not end there; on the contrary, that founding interpellation is reiterated by various authorities and throughout various intervals of time to reinforce or contest this naturalized effect (Butler, 1993: 7-8)²⁷.

Fica claro que, para Butler, a interpelação normativa do gênero, calcada na matriz binária, é o momento inaugural, *constitutivo*, do sujeito na cultura²⁸. Porém, uma dificuldade muitas vezes notada subjaz à sua argumentação – que, a esta altura, parece dotar de alguma legitimidade as críticas que a acusam de definir o sujeito como pura “*posição discursiva*”. Esta dificuldade, que decorre do fato da autora apresentar o processo de interpelação sob a forma de uma sucessão temporal e causal, pode ser vislumbrada a partir dos seguintes questionamentos: o que preexiste à interpelação ideológica? Do que se trata este “*it*” que é transformado pelo chamamento médico em um “*she*” ou “*he*”? Estaríamos diante de alguma espécie de individualidade ou materialidade corporal “pré-linguística” e não exaurida pelo discurso? E, em caso afirmativo, como esse excesso ontológico deve ser teorizado, de modo a não restaurar uma base metafísica passível de mobilização por parte do determinismo biológico?

²⁷ Visando maior fidelidade ao argumento da autora, optamos por não traduzir este trecho.

²⁸ Quando discutindo as interpretações de sua teoria performativa do gênero apresentada em *Gender Trouble*, Butler (1994) acentua que não há um sujeito que preexiste à sua constituição cultural performativa, diferenciando as noções de performance e performatividade. Enquanto performances presumem a existência anterior de um sujeito que atua seu gênero, o que pode conduzir ao entendimento voluntarista de que as pessoas são livres para atuarem seus gêneros e corpos como bem entenderem, a noção de performatividade sublinha que não há subjetividade que antecede sua atuação performativa. Nesse sentido, os sujeitos não são a fonte da qual emanam as performances deliberadamente, isto é, aqueles que estão por trás das atuações de gênero. Aludindo aos véus de Nietzsche, o sujeito não é, por assim dizer, aquilo que está oculto por véus e atos, mas sim aquilo que só adquire existência no aparente jogo de sua ocultação. A subjetividade não produz as performances, mas sim é produzida nelas/por elas.

Antes de nos debruçarmos detidamente sobre os entendimentos da autora acerca da materialidade dos corpos, cabe acentuar que os posicionamentos de Judith Butler sobre o tema se colocam longe de qualquer possibilidade de rotulação enquanto formas simplistas e vulgares de construtivismo linguístico. Em *Bodies that Matter*, texto que veio a se tornar canônico devido à sua inovadora e provocativa abordagem das dinâmicas de subjetivação em suas relações com a materialidade corporal, Butler edifica um portentoso quadro teórico que reconhece os efeitos constitutivos dos discursos e do poder sem, para tanto, incorrer em idealismos linguísticos próprios a vertentes extremadas do pós-estruturalismo. Igualmente, tal obra aborda a natureza material do corpo humano sem, contudo, retomar posições que compreendem o mesmo enquanto uma facticidade material autoevidente. Ainda, ao descrever os processos de construção social dos corpos como dinâmicas de “materialização”, Butler desestabiliza radicalmente as tradicionais formas de compreensão das inter-relações entre epistemologia e ontologia, movimento este que seria fundamental para os desenvolvimentos teóricos posteriores vinculados ao neomaterialismo.

Sublinhados os méritos da visada butleriana, podemos afirmar que, em *Bodies that Matter*, nos são apresentadas duas definições distintas de matéria, sendo ambas, argumentamos, marcadas pela tendência pós-estruturalista a atribuir primazia à dimensão discursiva do fenômeno material. Tal inclinação ao discursivo atua, na obra, como verdadeiro impeditivo à *real superação* (lê-se: não apenas retórica) das oposições binárias natureza/cultura, matéria/discurso, corpo/mente, elementos basilares dos regimes de sentido modernos, responsáveis pela subestimação do valor agencial dos termos primeiros destas dicotomias. A primeira definição de matéria dada por Butler, à qual nos referimos como “matéria” (entre

aspas), designa o efeito material produzido pelos processos discursivos de materialização. A segunda, à qual nos referimos enquanto *matéria* (em itálico), diz respeito ao espaço de exclusão constitutiva que possibilita o funcionamento das práticas discursivas e demarca os limites dos regimes de inteligibilidade cultural. A seguir, abordamos criticamente ambas as definições.

2.3.1. Os limites discursivos da “matéria”

Judith Butler (1993) propõe uma radical reformulação da tradicional concepção ocidental de matéria, subjacente às formulações filosóficas metafísicas, ao representacionismo e às teorizações feministas (inclusive construtivistas), que a tomam enquanto um substrato natural e passivo sobre o qual a sociedade constrói determinada culturalidade ativa. Para a pensadora, ao invés de mero espaço ou superfície, a “matéria” é, em si, uma *atividade*, um “*processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de limite, rigidez e superfície que chamamos matéria*” (Butler, 1993: 9, ênfase no original)²⁹. Sob esta óptica, as normas regulatórias de poder-saber que governam a significação dos corpos emergem como *materializações*, que definem o que é a existência material de um corpo, determinando suas fronteiras, relevos e contornos, de modo a criar o efeito de uma superfície estável e discreta à qual atribuímos o rótulo “matéria”. Como afirma a autora, “a matéria é sempre materializada” (Butler, 1993: 9)³⁰, sempre uma negociação ativa de limites, que alcança a convincente aparência de fixidez e coesão mediante a reiteração continuada de normas. A aparência da materialidade corporal enquanto um dado autoevidente e exterior ao

²⁹ Tradução livre. No original: “*a process of materialization that stabilizes over time to produce the effect of boundary, fixity, and surface we call matter*” (Butler, 1993: 9).

³⁰ Tradução livre. No original: “*matter is always materialized*” (Butler, 1993: 9).

discurso é, precisamente, o mais efetivo e dissimulador efeito destas normas regulatórias que operam segundo uma dinâmica performativa.

A partir desta leitura, se contesta a compreensão de que os corpos e o poder estabelecem entre si qualquer relação de exterioridade, radicalizando proposições que se apresentavam em germe no pensamento foucaultiano. Diferentemente do filósofo francês, Butler defende que o poder-discurso não atua de modo a inscrever suas normativas *sobre* determinada matéria e corpos preexistentes. Pelo contrário: segundo este novo quadro analítico, a “matéria” e os corpos são a materialização das dinâmicas do poder e, nesta medida, são “indissociáveis das normas regulatórias que governam sua materialização” (Butler, 1993: 2)³¹. Em outras palavras, a materialidade corporal é tomada como a sedimentação contextual dos regimes de poder-saber, o mais poderoso efeito (material) das normativas culturais que informam os processos de significação e a economia política dos atos perceptivos.

Fica claro nos escritos de Judith Butler que a ideia de materialização descreve a dimensão *discursiva* dos processos de constituição de corpos. De fato, suas considerações sobre o que a “matéria” é se dão sempre acompanhadas da ênfase derridiana que promulga a impossibilidade de se conhecer o corpo fora da cultura e do discurso, como no seguinte comentário:

Language sustains the body not by bringing it into being or feeding it in a literal way; rather, *it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible*. To understand this, one must imagine an impossible scene, that of a body that has not yet been given social definition, a body that is, strictly speaking, not accessible to us, but that nevertheless becomes accessible on the occasion of an address, a call, *an interpellation that does not “discover”*

³¹ Tradução livre. No original: “indissociable from the regulatory norms that govern their materialization” (Butler, 1993: 2).

this body, but constitutes it fundamentally (Butler, 1997b: 5, ênfase nossa).³²

Ao afirmar que “*it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible*”, Butler evidencia que o foco de suas preocupações está localizado no modo como os corpos são interpretados e ganham sentido na/pela linguagem. Lendo este trecho em conjunto com a colocação ao final da citação, que sublinha a interpelação como aquilo que “*does not ‘discover’ this body, but constitutes it fundamentally*”, podemos afirmar que a autora parece igualar a existência social e simbólica do corpo à sua existência *in toto*, apagando qualquer relevância do biológico em meio aos processos de materialização.

Sem dúvida, não se pode ter “acesso” à materialidade dos corpos a não ser por discursos, conceitos e critérios de inteligibilidade variáveis, sendo estes constrangimentos constitutivos impregnados pelas normas de gênero. Em outras palavras – e nos permitimos aqui uma aparente tautologia –, é incontestado que, para se tornar inteligível, determinada *soma* tem como necessária sua inserção nos quadros de inteligibilidade cultural vigentes. Não obstante, não se deve reduzir a materialidade corporal a *puro* efeito do discurso, sob pena de “confundir o ‘ser’ de uma coisa com o modo como ela é conhecida” (Colebrook, 2000: 78), incorrendo assim naquilo que Roy Bhaskar nomeou de “falácia epistêmica”. Colocando de maneira direta: afirmar (acertadamente) que uma “coisa” só é conhecida *mediante* conceitos é bastante diferente de afirmar que a mesma é *total e unilateralmente construída* pelos conceitos³³.

³² Visando maior fidelidade ao argumento da autora, optamos por não traduzir este trecho.

³³ Ao insistirmos nesta dimensão material do fenômeno corporal, não estamos de modo algum retornando a determinada concepção referencialista de linguagem ou à ideia de uma materialidade

Uma das principais limitações inerentes à insistência butleriana em conceber que os discursos “fundamentalmente constituem os corpos”, à qual subjaz a premissa de homologia entre “produção” discursiva e produção material (Žižek, 2013: 13), diz respeito à negação de quaisquer potenciais agenciais da materialidade corporal que não aqueles impostos pela categoria discursiva “sexo”. Questões relacionadas, por exemplo, à possibilidade de características biológicas e anatômicas oferecerem constrangimentos em termos fenomenológicos (os chamados *disabilities studies* apresentam ricas contribuições nesse sentido), ou mesmo influenciarem os processos de significação cultural dos corpos, são poucas vezes endereçadas por Butler. Como coloca Davis (2010: 137), a “matéria” e os processos de formação subjetiva, via de regra, recebem nos escritos da filósofa uma roupagem cultural e social que exclui o biológico.

Em síntese, ao passo que a ideia de materialização nos apresenta uma importante leitura das dinâmicas através das quais os discursos se tornam “matéria”, ela falha ao não explicitar como a própria *matéria* se torna “matéria”. Reportando-nos ao subtítulo de *Bodies that Matter* (“*On the discursive limits of sex*”), é possível afirmar que a perspectiva butleriana proporciona uma rica teorização dos limites discursivos do sexo; todavia, o faz sustentando-se em “gritantes silêncios” acerca dos limites propriamente materiais do fenômeno em questão, o que aponta para um quadro teórico permeado por determinado monismo linguístico-discursivo, no qual os únicos elementos “que importam” (*that matter*) são as normativas culturais. Como indaga Karen Barad, evidenciando as hiantes ausências inerentes a esse posicionamento: “E quanto aos limites materiais: as

autônoma e completa em si. No atual momento da argumentação, basta sintetizarmos que, em nosso entendimento, o corpo é uma entidade relacional construída a quatro mãos, pelas forças do discurso e da matéria (posição que será drasticamente refinada e reformulada adiante).

restrições e exclusões materiais, as dimensões materiais de agência e as dimensões materiais das práticas regulatórias?” (Barad, 1998: 91).³⁴

2.3.2. A inefável *matéria*

Em paralelo à sua definição de “matéria” enquanto um efeito do poder-discurso ou, mais precisamente, enquanto “o poder em seu efeito formativo ou constitutivo” (Butler, 1993: 34)³⁵, Judith Butler nos apresenta outra “modalidade de materialidade” (em termos aristotélico-althusserianos), esta qual marcadamente menos elaborada pela autora que a primeira. Diferentemente da “matéria” e dos processos de materialização anteriormente abordados (estes, como vimos, questões concernentes à significação e inteligibilidade dos corpos), esta modalidade alternativa de *matéria* designa as propriedades físicas e biológicas do corpo:

surely bodies live and die; eat and sleep; feel pain, pleasure; endure illness and violence; and these "facts", one might skeptically proclaim, cannot be dismissed as mere construction [...] *But their irrefutability in no way implies what it might mean to affirm them and through what discursive means.* (Butler, 1993: xi, ênfase nossa)

Mais adiante, a autora reitera:

It must be possible to concede and affirm an array of "materialities" that pertain to the body, that which is signified by the domains of biology, anatomy, physiology, hormonal and chemical composition, illness, age, weight, metabolism, life and death. None of this can be denied. *But the undeniability of these "materialities" in no way implies what it means to affirm them.* (Butler, 1993: 66, ênfase nossa)³⁶

Prima facie, estas passagens parecem caracterizar concessões a alguma forma possível de realismo, o que desautorizaria previamente qualquer acusação

³⁴ Tradução livre. No original: “What about the material limits: the material constraints and exclusions, the material dimensions of agency, and the material dimensions of regulatory practices?” (Barad, 1998: 91).

³⁵ Tradução livre. No original: “power in its formative or constituting effects” (Butler, 1993: 34).

³⁶ Visando maior fidelidade ao argumento da autora, optamos por não traduzir estes trechos.

orientada à autora de *Bodies that Matter* de negar por completo a materialidade palpável dos corpos. Contudo, inspira cautela o modo como até mesmo estas raras considerações do corpo físico são acompanhadas de insistentes ressalvas (vide os trechos enfatizados ao final de ambas as citações). Cabe a nós, portanto, previamente a qualquer conclusão (em favor ou contrária às acusações endereçadas a Butler), analisar detidamente o verdadeiro sentido destas concessões feitas pela autora a uma *matéria* “real”, contextualizando-as no edifício político-teórico butleriano mais amplo.

Como vimos, Judith Butler defende a impossibilidade de acesso ao corpo fora do âmbito do discurso genderizado, colocando a linguagem como condição de possibilidade da materialidade. “Como *lócus* de interpretações culturais, o corpo é a realidade material que já foi localizada e definida dentro de um contexto social” (Butler, 2008: 160). Ou seja, em sua reelaboração das relações estabelecidas entre ontologia e epistemologia – que a autora persegue prioritariamente através de sua crítica pós-estruturalista orientada ao binarismo sexo/gênero –, Butler exacerba o papel constitutivo desempenhado pela última, em detrimento da primeira. Para a filósofa norte-americana, a materialidade do corpo é desde sempre uma “situação cultural” (Butler, 2008: 160), um modo de expressão dos regimes de poder-saber que atuam mediante as práticas discursivas, sempre um espaço determinado e moldado pelas normativas culturais.

Perspectivados a partir deste quadro teórico, os processos de significação emergem como forças culturais que trazem a materialidade pré-discursiva dos corpos – objeto da “concessão” butleriana ao realismo – à “existência”, operando como verdadeiros sopros de vida que animam a carne, de modo a transformá-la em “matéria” (os corpos inteligíveis, efeitos dos processos discursivos de

materialização). Nos aproximamos aqui de um quadro analítico marcado por determinada autossuficiência da linguagem, uma vez que os discursos que significam os corpos, aparentemente, não sofrem qualquer tipo de constrangimento constitutivo de propriedades biológicas e físicas. Por conseguinte, temos a completa capitulação da “concretude” corporal: o preço a ser pago por esta, em troca de sua “ascensão” ao reino da inteligibilidade cultural, é a incondicional renúncia a quaisquer sentidos que lhe são próprios. Vemo-nos, assim, conduzidos à estranha conclusão de que a biologia, a anatomia e os hormônios não são elementos integrais dos corpos inteligíveis (os “*bodies that matter*”)³⁷, de modo que a materialidade corporal que experimentamos em nosso cotidiano é apontada como decorrente apenas das dinâmicas culturais e discursivas.

Logo, temos que Butler somente admite a existência de determinada materialidade extratextual sob a condição da mesma ser relegada ao estatuto de exterioridade inacessível, um elemento que não exerce qualquer interferência nos processos de significação cultural dos corpos. Em outras palavras, mediante um duplo gesto paradoxal – que, em última instância, cumpre em resguardar a hegemonia de seu construtivismo performativo radical –, Judith Butler reconhece certo limite à construção da materialidade dos corpos, concedendo a seus detratores um excesso propriamente material, para, em seguida, defender que esta dimensão exterior à linguagem só pode ser pensada dentro dos limites linguísticos, impossibilitando assim que vislumbremos este espaço não redutível a um conjunto de disposições culturais.

³⁷ Fato é que Judith Butler se vale amplamente da feliz coincidência referente à palavra “*matter*” designar em inglês, simultaneamente, tanto o substantivo cujo correlato em português é “matéria” (substância física, extensa), quanto o verbo “*to matter*”, que tem como traduções possíveis “adquirir significado” e “importar”. Os empregos do termo em *Bodies that Matter* são sempre permeados por certa ambiguidade consequente, que a autora, estrategicamente, raras vezes busca esclarecer.

A palpabilidade dos corpos é tratada aqui como a exclusão constitutiva do discurso, o espaço onde a linguagem encontra seu limite, figurando como um domínio de ininteligibilidade radical – uma espécie de *Grenzbegriff*. Para Butler, a impossibilidade de alcance deste domínio material em si decorre diretamente da condição humana, que nos impõe os limites da linguagem e das estruturas de inteligibilidade cultural como os limites de nossa realidade (a aproximação a determinado vocabulário kantiano é aqui forçosa e sintomática)³⁸. Sendo assim, afirma Butler, é apenas a partir da nomeação interpelativa do sexo que esta base biológica será revestida de uma existência social, tornando-se cognoscível. Precedente à sua “inauguração” cultural no âmbito do discurso genderizado, há tão-só o desconhecido, o intematizável – em suma, os protocorpos impossíveis.

Ainda, a pensadora acentua que qualquer tentativa de compreender ou investigar a irredutível materialidade biológica dos corpos só pode ser conduzida através do discurso, estando, com efeito, fadada a esbarrar nos limites da ordem simbólica:

The body posited as prior to the sign, is always *posited or signified* as prior. This signification produces as an *effect* of its own procedure the very body that it nevertheless and simultaneously claims to discover as that which *precedes* its own action. (Butler, 1993: 30, ênfases no original)³⁹

Nesta passagem, fica clara a herança derridiana presente no pensamento butleriano. Em meio à sua contestação da metafísica da presença, a autora nos conduz a compreender que a própria noção de uma existência precedente ao

³⁸ Em entrevista acerca de *Bodies That Matter*, a autora reconhece tal influência kantiana: “[...] também quero sustentar que a reivindicação ontológica nunca pode apreender totalmente seu objeto, visão esta que me diferencia um pouco de Foucault e me alinha temporariamente com a tradição kantiana, conforme utilizada por Derrida” (Prins; Meijer, 2002: 160). As aproximações entre as perspectivas kantiana e butleriana são mais detidamente discutidas por Vasterling (2003: 207-210).

³⁹ Visando maior fidelidade ao argumento da autora, optamos por não traduzir este trecho.

discurso é, ela mesma, uma formulação cultural e discursiva, ou seja, um efeito dissimulador de atos de fala, que produzem aquilo que alegam simplesmente descrever ou constatar. Assim, nos vemos hermeticamente enclausurados nos limites da cultura, inapelavelmente condenados por nossa condição de “seres linguísticos” a viver em um mundo de remissões textuais e engenhosas ficções que discursivamente se apresentam como “materiais”, não podendo, de modo algum, vislumbrar a materialidade corporal que excede nossos conceitos; entre nós e a concretude dos corpos é construída uma intransponível barreira ontológica, uma alteridade absoluta que faz do Real e do Simbólico instâncias incomensuráveis. Como sintetiza Kirby:

Our sense of the materiality of matter, its palpability and physical insistence, is rendered unspeakable and unthinkable in Butler’s account, for the only thing that can be known about it is that it exceeds representation. Beyond cultural intelligibility, the existence of this external stuff ensures that our understanding of an outside, inasmuch as it is discourse dependent, can only be the dissimulation of an outside that *appears* as matter (Kirby, 2006: 70, ênfase no original).⁴⁰

Apesar de suas motivações iniciais desconstrutivistas, um dos principais efeitos da teorização butleriana da *matéria* como um espaço inalcançável e inarticulado é, de fato, a reinstalação do tradicional binarismo natureza/cultura, que se expressa na distinção clara feita pela autora entre um reino de conhecimento e agência – nomeadamente, a Cultura – e sua inefável contraparte material – a Natureza (Kirby, 2006: 69). Essa abordagem opera de maneira a expandir indefinidamente o segundo termo do par opositivo natureza/cultura, reconhecendo o caráter agencial, constitutivo e cognoscível das práticas discursivas, porém o faz à custa da relegação da materialidade física a um espaço de pura inércia, mutismo

⁴⁰ Visando maior fidelidade ao argumento da autora, optamos por não traduzir este trecho.

e complementaridade, esvaziando-a de sentido e, em última instância, apagando-a completamente – sob o salvo-conduto desta ser “inacessível”.

Sinteticamente, o “materialismo” (e aqui as aspas são fundamentais) de Judith Butler pode ser descrito em termos de uma realização parcial da “estratégia geral da desconstrução” (Derrida, 2001: 47), qual seja, o duplo gesto inversão-deslocamento. Assim como grande parte da teoria feminista vinculada à virada linguística, visando confrontar os alicerces metafísicos dos discursos ideológicos naturalistas antifeministas, Butler inverteu a hierarquia conceitual e a direção determinística dos dualismos matéria/ideia, natureza/cultura, ontologia/epistemologia – e sua expressão feminista contemporânea, sexo/gênero –, concebendo os últimos termos como definidores dos primeiros. Todavia, a autora deteve-se no estabelecimento de novas formas hierarquizantes de organização das oposições binárias, agora de maneira a subordinar os polos anteriormente concebidos pelo discurso naturalista como determinantes, não realizando, assim, o real deslocamento da estrutura do sistema, isto é, não propriamente horizontalizando as antigas hierarquias de modo a reorganizar os termos em arranjos não-binários.

*

Como pudemos observar, apesar de suas aspirações pós-modernas, a abordagem butleriana do corpo se mantém fiel ao regime moderno de pensamento binário, definindo-o, pendularmente, ora como pura produção discursiva, ora como bruta materialidade dada (Bray; Colebrook, 1998: 42). Tal dicotomia sintetiza o teor prevaiente nos debates sobre corpos e subjetividades, sendo estes tradicionalmente polarizados entre construtivismos totalizantes e naturalismos reducionistas.

Essa oposição rígida entre construtivismo e naturalismo pode ser compreendida como apenas aparente, uma vez que os lados concorrentes compartilham da pressuposição de existência de certa separação inexorável entre natureza e cultura, matéria e discurso, sendo que cada posição teórica localiza em polos distintos o elemento determinante em relação ao outro. O que deve ser acentuado é que, além de alimentarem discussões circulares que induzem a teoria à estagnação, os termos por meio dos quais tais debates são conduzidos, ao nos forçarem a optar pela natureza ou pela cultura, pela matéria ou pelo discurso, nos impõem, independentemente das preferências facciosas que tenhamos, uma inaceitável conviência com o determinismo.

Diante deste quadro, mostra-se premente a tarefa de se definir aquilo que Bruno Latour, no plano da sociologia da ciência, chamou de “*new settlement*”, isto é, uma nova forma de pensar a inter-implicação do material e do discursivo, da natureza e da cultura, que cumpra em transversalizar os fluxos entre os termos sem garantir prioridade a nenhum dos *aparentes* lados opostos.

Um primeiro passo no sentido de horizontalizar as estruturas hierárquicas que ditam os modos de se pensar as interações entre matéria e discurso em meio ao fenômeno corporal é admitir, como faz Susan Hekman (2008), que *há algo significativamente errado nas atuais considerações feministas sobre a materialidade dos corpos*. O material não é apenas um construto social; não é um simples objeto passivo de nossa criação linguística, como promulga o paradigma sócio-construtivista hegemônico (Hekman, 2008: 92). Como um contrapeso à ortodoxia linguística dominante nos estudos das mulheres, feministas e de gênero contemporâneos, o quadro teórico não-determinista que desejamos deve partir do reconhecimento do papel ativo e produtivo desempenhado *também* pela “carne” e

pelas dimensões tangíveis do mundo em meio aos processos de materialização de um “eu” corporalmente localizado sem que, para tanto, sucumba a posicionamentos que definam a matéria enquanto extensão espontaneamente existente e autossuficiente (o que caracterizaria um pernicioso retorno a concepções próprias ao realismo moderno e seu intrínseco falocentrismo).

De fato, acreditamos que o espectro do essencialismo, que historicamente assombra o pensamento feminista sobre os corpos e as subjetividades, será eficazmente combatido não mediante um movimento de afastamento da biologia, da matéria e da natureza – como tem sido feito por diversas vertentes da teoria feminista –, mas a partir da problematização e radical redefinição da ideia de “matéria” que nos foi legada pelo projeto epistemológico moderno, de tal maneira que, após sua reformulação, não reste qualquer caricatura inerte e atomizada de materialidade corporal à qual os discursos essencialistas possam minimamente recorrer. Em outras palavras, julgamos necessário contrapor à reinante ortodoxia linguística uma nova *heterodoxia materialista*.

Nesse sentido, no capítulo a seguir, nos debruçamos sobre o estatuto ontológico da matéria como concebido por Karen Barad, autora comumente identificada como um dos principais nomes associados ao emergente paradigma neomaterialista. Nosso objetivo principal é demonstrar como a elaboração particular de neomaterialismo proposta por Barad, intitulada por ela de realismo agencial, permite que formulemos uma nova concepção de corpo, capaz de resgatar sua materialidade dos impulsos totalizantes do construtivismo linguístico atualmente hegemônico, porém sem incorrer em reducionismos naturalistas.

O empreendimento político-teórico neomaterialista, em resposta à maneira como as tendências feministas vinculadas à virada linguística negligenciaram a

realidade corpórea, reivindica à matéria um papel ativo, complexo e dinâmico nos processos de interação – ou intra-ação (Barad, 2003) – com estruturas discursivas, psicológicas e de inteligibilidade cultural, nos e pelos quais se constituem, as/os novas/os materialistas argumentam, sempre contextual e transitoriamente, as atuações da materialização diferencial do mundo e dos corpos em seus contornos, limites, relevos e propriedades. As teorizações neomaterialistas, ao compreenderem a materialidade da matéria enquanto um complexo processo relacional, garantem que matéria e discurso sejam mutuamente articulados e concebidos em termos de arranjos material-discursivos indivisíveis, nos apresentando, assim, algumas das mais avançadas formulações orientadas para a superação das formas dualistas e deterministas de pensamento que continuam a estruturar nossa compreensão do real.

Capítulo 3

Pela rematerialização dos corpos: o neomaterialismo

À linguagem tem sido concedido muito poder. Virada linguística, virada semiótica, virada interpretativa, virada cultural: parece que, nos últimos tempos, a cada virada, cada “coisa” – até mesmo a materialidade – é transformada em matéria/questão de linguagem ou em alguma outra forma de representação cultural. [...] A linguagem importa. O discurso importa. A cultura importa. Há um sentido decisivo no qual a única coisa que parece não importar mais é a matéria.⁴¹

Karen Barad, *Posthumanist Performativity*

3.1. (Re)descobrimo a matéria

Partindo do entendimento de que as tendências teóricas feministas herdeiras da virada linguística, em sua característica ênfase dada ao “primado da cultura” (De Lauretis, 2004), negligenciaram a materialidade corporal nas análises do fenômeno sexual, o neomaterialismo (ou feminismo material) emerge em meados da década de 1990 como um esforço de retomada da problemática da matéria, propondo pensá-la “sem seu habitual acompanhamento de essencialismo” (Hird, 2004: 227)⁴². Tal “projeto”, por sua vez, implica uma radical redefinição de conceitos fundamentais que suportam o pensamento binário (tais como matéria e discurso, natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não-humano, entre outros)

⁴¹ Tradução livre. No original: “Language has been granted too much power. The linguistic turn, the semiotic turn, the interpretative turn, the cultural turn: it seems that at every turn lately every “thing” - even materiality - is turned into a matter of language or some other form of cultural representation. [...] Language matters. Discourse matters. Culture matters. There is an important sense in which the only thing that doesn't seem to matter anymore is matter”. (Barad, 2003: 801)

⁴² Tradução livre. No original: “without the usual accompaniment of essentialism” (Hird, 2004: 227).

e simultânea reconsideração da natureza das articulações estabelecidas entre essas dimensões tradicionalmente compreendidas de maneira dicotômica.

À guisa de uma sucinta definição, o termo neomaterialismo se refere a uma tendência teórica, um método, uma perspectiva conceitual e um posicionamento político (Braidotti, 2012) que vem ganhando projeção nas últimas duas décadas não apenas no âmbito dos estudos das mulheres, feministas e de gênero, mas transversalmente a áreas como as ciências naturais, variados campos das ciências sociais e a filosofia, propondo uma atenção especial à materialidade dos corpos humanos e não-humanos, cuja importância foi tão marcadamente negligenciada pelo paradigma linguístico, em particular, e pelo dualismo cartesiano que tem dominado o pensamento ocidental moderno e pós-moderno⁴³. Sua ênfase inicial na materialidade, porém, tem fundamentalmente um caráter corretivo/reativo em relação a tendências teóricas concorrentes, que falharam ao não garantirem o devido papel volátil e agencial à matéria em suas proposições, não devendo ser pensada como um retorno a visões que localizam na natureza e nos corpos os elementos determinantes dos processos de estruturação das subjetividades e das relações sociais de poder. De fato, o neomaterialismo situa o papel fundamental da materialidade em meio ao processo performativo de vir-a-ser diferenciado do mundo com vistas à superação de oposições rígidas entre natureza/cultura, matéria/discurso, ressaltando o inextricável entrelaçamento de tais instâncias, em um esforço político-conceitual herdeiro (e radicalizador) de perspectivas analíticas como as de Bruno Latour e Donna Haraway, em suas proposições das noções de

⁴³ Manuel DeLanda e Rosi Braidotti, paralelamente, foram os primeiros autores a usarem os termos *new materialism* ou *neo-materialism*, na segunda metade da década de 1990.

natureculture e “material-discursivo” ao se referirem à essência relacional do mundo e de seus atores (Haraway, 1991; Latour, 1994).

Uma das principais características da chamada “virada material” em curso na teoria e na prática feminista é a heterogeneidade e originalidade de abordagens e referenciais mobilizados pelas/os autoras/es que a ela se vinculam – das/os quais podemos mencionar, em uma listagem longe de exaustiva, nomes como Rosi Braidotti, Claire Colebrook, Stacy Alaimo, Nancy Tuana e Susan Hekman. De fato, qualquer tentativa de entendimento monolítico e taxativo do empreendimento teórico em questão se vê condenada ao rótulo de ingênua e/ou redutora: de Vicki Kirby (1997) e sua inusitada releitura “materialista” de Derrida (autor cuja obra, como vimos, é comumente identificada como o epítome do construtivismo linguístico radical), a Elizabeth Grosz (2008) e sua reinterpretação feminista da teoria darwiniana da evolução, transparece o caráter multifacetado e heterodoxo do “projeto” neomaterialista, em seu esforço orientado para a (re)inserção da materialidade enquanto preocupação político-teórica fundamental.

Em meio a tais pensadoras das mais variadas procedências disciplinares, interesses e aportes teóricos, destacamos as teorizações de Karen Barad, física e feminista norte-americana que, com a proposta de seu “realismo agencial”, enfatiza a inseparabilidade ontológica do que comumente se compreende como sendo entidades discretas, autossuficientes e detentoras de propriedades e sentidos preexistentes às relações que estabelecem entre si. Um dos fundamentos da inovadora *perspectiva onto-epistemológica* de Barad, autora por vezes descrita como “uma das mais influentes e importantes representantes do materialismo

contemporâneo” (Lemke, 2014: 5)⁴⁴, é o entendimento de que entidades “individualizadas” são materializadas enquanto tais – isto é, têm seus contornos, propriedades e sentidos contextualmente determinados – mediante *intra-ações* agenciais específicas, sendo estas definidas como dinâmicas de articulação coconstitutiva de agências material-discursivas. Desse modo, temos a rejeição da tradicional compreensão do mundo enquanto espaço povoado por “coisas” separadas por *gaps* ontológicos inerentes e absolutos. Segundo a proposta baradiana, diferentes “coisas” são entidades ontologicamente complexas que não precedem suas relações, mas emergem através delas, posicionamento que nos convida a repensar a própria noção de “diferença” em termos dinâmicos e não-absolutos, isto é, enquanto distinção que emerge apenas mediante/em relações (*coisas-intra-phenomena*, como veremos adiante).

O realismo agencial de Karen Barad, advento teórico que, em sua tentativa de novamente conferir relevância e dinamismo à materialidade da matéria, suscita radicais transformações dos correntes entendimentos acerca de ontologia, epistemologia, metafísica e ética, de modo a nos apresentar possíveis saídas para os debates circulares entre construtivismo e naturalismo, é edificado com base no quadro epistemológico elaborado pelo físico dinamarquês Niels Bohr.

Os trabalhos de Bohr sobre teoria quântica e seu desenvolvimento de um novo modelo atômico lhe renderam o prêmio Nobel de Física em 1922. Tendo em mente os objetivos da presente exposição, deter-nos-emos na apresentação sintética e direcionada (que de modo algum visa explorar todas as dimensões do debate) de alguns dos posicionamentos do célebre físico dinamarquês nas

⁴⁴ Tradução livre. No original: “one of the most influential and important representatives of contemporary materialist scholarship” (Lemke, 2014: 5).

discussões acerca das aporias suscitadas por determinados experimentos no tocante à impossibilidade de coerente interpretação de seus resultados segundo os consagrados quadros explicativos da física clássica, de inspiração newtoniana. Buscando explicitar como os posicionamentos de Bohr informaram os desenvolvimentos teóricos ulteriores de Karen Barad, iniciamos nossa breve apresentação discorrendo sobre a interpretação bohriana do paradoxo da dualidade onda-partícula via sua peculiar leitura do famoso experimento da dupla fenda – experimento este que, segundo Richard Feynman (1964), contém o “coração” e o verdadeiro mistério da mecânica quântica.

3.2. Contribuições da filosofia-física de Niels Bohr

Segundo a física clássica, todas as entidades do universo podem ser divididas em dois grupos gerais: ondas e partículas. Tais grupos se referem a fenômenos distintos e detentores de características mutuamente exclusivas. *Grosso modo*, enquanto partículas são objetos localizados, discretos, têm massa e ocupam um ponto específico no espaço e no tempo, ondas não são propriamente “entidades”, mas sim perturbações que se propagam em um meio. Ondas têm extensão no espaço, ocupando mais de uma posição em um dado momento (como as ondas do mar que se movem ao longo de um trecho de praia); além disso, elas podem se sobrepor umas às outras (ou seja, interferir) e ocupar uma mesma posição em um dado momento, ao contrário de partículas (Barad, 2007: 100). Em suma, tratamos aqui, em termos ontológicos, de dois tipos de “fenômenos” bastante distintos.

Um experimento simples pode ser conduzido com vistas a dirimir possíveis dúvidas quanto à natureza (ondulatória ou corpuscular) de um determinado fenômeno: o experimento da dupla fenda. De modo simplificado, o principal aparato

necessário para a realização desse experimento consiste em uma parede com duas pequenas fendas. Em um lado da parede posicionamos um equipamento responsável por lançar partículas ou gerar perturbações no meio, enquanto do outro lado temos uma tela que registra o padrão de marcas produzido pelas partículas ou ondas quando estas alcançam após atravessarem as fendas.

De acordo com os preceitos da física clássica, é esperado que partículas e ondas produzam padrões de marcas distintos na tela. No caso das partículas, quando lançadas em direção à parede de duas fendas, grande parte das mesmas passa diretamente pelas aberturas, alcançando a tela de detecção nos locais diretamente opostos às fendas (pensemos no ato de jogar bolas de tênis em direção a uma porta aberta; a maioria delas irá tocar a próxima parede na posição imediatamente oposta à abertura da porta). Por outro lado, quando ondas incidem sobre uma barreira de dupla fenda, elas espalham-se à medida que irradiam de cada uma das aberturas. Tais ondas interferem umas com as outras, de maneira a produzir na tela de detecção um padrão de franjas caracterizado pela alternância entre regiões de alta e baixa intensidade, correspondentes aos locais onde as ondas interferiram entre si construtivamente e destrutivamente (pensemos na experiência de lançar duas pedras em um lago simultaneamente; com o irradiar das ondas, estas eventualmente irão se tocar, sobrepondo-se). Esse padrão ondulatório registrado na tela é também chamado de padrão de difração ou interferência⁴⁵.

⁴⁵ Segundo Richard Feynman, "Ninguém nunca foi capaz de definir satisfatoriamente a diferença entre interferência e difração. É somente uma questão de uso da linguagem, e não há diferenças físicas específicas ou importantes entre elas" (Feynman; Leighton; Sands, 1964: 30-1). Sendo assim, empregamos aqui os termos de maneira intercambiável.

Poderíamos, por exemplo, submeter elétrons ao experimento da dupla fenda. Para tanto, posicionamos um equipamento responsável por lançar um feixe de elétrons em direção às duas aberturas na parede. Considerando que elétrons são tradicionalmente categorizados como pequenas partículas, o resultado esperado de tal experimento seria a produção de um padrão bimodal de marcas na tela de detecção (concentração de marcas nos locais diretamente opostos às fendas), evidenciando assim um comportamento corpuscular. Quando realizamos o experimento, porém, ocorre algo surpreendente: os elétrons produzem um padrão de difração. De algum modo, os elétrons parecem estar se sobrepondo uns aos outros, uma capacidade que, no quadro da física newtoniana, é reservada a ondas. Como isso é possível?

Visando impossibilitar que os elétrons “interfiram” uns com os outros (cenário já contraintuitivo nos marcos teóricos da física clássica), podemos fazer uma pequena modificação em nosso equipamento de lançamento de elétrons, de modo a enviar um elétron por vez através da dupla fenda. Karen Barad descreve esse procedimento – e seu surpreendente resultado:

[...] disparamos um elétron por vez nas fendas duplas e esperamos até que ele atinja a tela de detecção antes de enviar o próximo. Agora não há chance dos elétrons interagirem, muito menos "interferirem" uns com os outros. O que vemos depois de enviar a primeira partícula? Encontramos uma única marca na tela de detecção, indicando a posição do elétron quando ele chegou à tela. Até agora, isso parece seguir nossa intuição da física clássica de que os elétrons são pequenas partículas. Isso acontece para cada lançamento de elétron que é coletado: cada elétron chega a um local bem definido na tela. Mas aqui está o problema: coletamos os dados de cada evento e observamos o padrão geral após a passagem de um grande número de elétrons, e o que observamos? Um padrão de interferência – os elétrons manifestam comportamento de onda! Mas como isso é possível? Ao contrário do caso das ondas de água, que passam por ambas as fendas ao mesmo tempo, os elétrons são enviados um de cada vez. Um elétron *individual* "interfere" consigo mesmo? Um *único* elétron de alguma forma passa por *ambas* as fendas ao mesmo

tempo? Como isso pode ser? Cada elétron não passa por uma fenda ou por outra? (Barad, 2007: 102, ênfases no original).⁴⁶

Ou seja, após registrados os resultados de todos os lançamentos individuais, quando observamos o quadro geral e agregado de eventos temos a emergência de um padrão de difração – os elétrons continuam a apresentar comportamento ondulatório.

De maneira ainda mais desconcertante, se adicionarmos ao aparato experimental um detector capaz de determinar através de qual das duas fendas o elétron realmente passou, obtemos uma mudança do padrão registrado na tela de detecção: as marcas agora correspondem àquelas que se esperaria produzidas pelo impacto de corpúsculos – isto é, com o advento do detector, os elétrons passam a se comportar como partículas.

De algum modo, os elétrons parecem “brincar” com nossas expectativas, apresentando ora comportamento corpuscular, ora ondulatório. Estaríamos diante de uma manifestação clara daquilo que Haraway (1991) chamou de “um senso de humor independente do mundo”? Ainda, neste cenário, como poderíamos definir a verdadeira natureza ontológica do elétron?

Fato é que estes resultados aparentemente contraditórios desestabilizam um dos fundamentos ontológicos da física clássica, que afirma que toda entidade

⁴⁶ Tradução livre. No original: “[...] we fire one electron at a time at the double slits and wait until it hits the detection screen before sending the next one. Now there is no chance of the electrons interacting, let alone "interfering," with one another. What do we see after sending the first particle through? We find a single mark on the detection screen indicating the position of the electron as it arrived at the screen. So far this seems to follow our classical-physics intuition that electrons are little particles. This happens for each and every electron run that is collected: each electron arrives at a well-defined location on the screen. But here's the rub: we collect the data for each event, and look at the overall pattern after a large number of electrons have gone through, and what do we observe? An interference pattern - the electrons manifest wave behavior! But how is this possible? Unlike the case of water waves, which go through both slits at once, the electrons are sent through one at a time. Does an *individual* electron "interfere" with itself? Does a *single* electron somehow go through *both* slits at once? How can this be? Doesn't each electron go through one slit or the other? (Barad, 2007: 102).

é unicamente onda ou partícula, independente das circunstâncias experimentais. Tal posicionamento se assenta em uma metafísica individualista, que concebe que “o mundo é composto de entidades individuais com limites e propriedades determinados” (Barad, 2007: 107)⁴⁷, assim como é baseado na crença em uma separação inerente entre sujeito e objeto – a compreensão de que “medidas” ou “resultados observacionais” retratam, em condições ideais, valores preexistentes de propriedades dos objetos que são independentes das agências de medição/observação.

Uma forma de solucionar este paradoxo sem, no entanto, abandonar o princípio clássico de existência de uma realidade independente “lá fora”, detentora de limites, sentidos e propriedades inerentes, nos é apresentada por Werner Heisenberg. O físico alemão, também laureado com o prêmio Nobel (1932), propõe seu famoso “princípio da incerteza”, a partir do qual busca esclarecer o paradoxo da dualidade onda-partícula afirmando que as variações dos padrões de marcas observadas na tela de detecção (ora padrão de difração, ora padrão corpuscular) não decorrem de uma súbita e inexplicável transformação da natureza do elétron em si – que, segundo Heisenberg, permanece detentor de uma essência ontológica invariável e de propriedades particulares independente das ações às quais é submetido –, mas se devem a *perturbações causadas pelo próprio procedimento de medição*. Ou seja, o físico alemão afirma que os aparatos experimentais dos quais nos valem – dada nossa incapacidade de acessar imediatamente o nível quântico – intervêm e perturbam estruturalmente a realidade que deveriam meramente observar. No caso de nosso exemplo, tal perspectiva implica a

⁴⁷ Tradução livre. No original: “the world is composed of individual objects with individually determinate boundaries and properties” (Barad, 2007: 107).

compreensão de que os aparatos experimentais que utilizamos (digamos, o detector responsável por identificar através de qual das duas fendas a partícula passa) causam perturbações particulares na trajetória do elétron, fazendo com que este produza padrões de interferência ou corpusculares.

Portanto, em Heisenberg, o paradoxo é resolvido mediante sua redução a uma questão epistemológica: confrontamo-nos aqui com os limites de nosso conhecimento sobre o real, uma vez que as práticas e aparatos que mobilizamos para conhecer este real inevitavelmente o afetam, e não com uma suposta instabilidade ontológica do real em si. Como aponta Rebekah Sheldon (2016), ao tornar os aparatos experimentais visíveis e sublinhar seu caráter agencial, Heisenberg se afasta da mecânica clássica. Contudo, ao afirmar que a realidade é tanto estável como incognoscível, ele estabelece as bases para o “problemático anti-realismo pós-moderno com o qual estamos todos familiarizados” (Sheldon, 2016: 6)⁴⁸, que toma o princípio da incerteza epistemológica como sua salvaguarda e garantia. Sem dúvida, um dos mais exemplares correlatos do princípio geral da incerteza no âmbito das teorizações pós-estruturalistas sobre o corpo é o posicionamento semi-kantiano de Judith Butler, em sua definição da *matéria* enquanto exterioridade inalcançável ao nosso conhecimento – perspectiva que, como vimos, acaba por obliterar qualquer potencial influência dessa dimensão material irreduzível ao discurso sobre os processos de significação cultural⁴⁹.

Niels Bohr, por sua vez, elabora uma interpretação do paradoxo da dualidade onda-partícula cujas implicações são marcadamente mais radicais que

⁴⁸ Tradução livre. No original: “the aggrieved postmodern antirealism with which we are all familiar” (Sheldon, 2016: 6).

⁴⁹ Ver Capítulo 2, seção “A inefável *matéria*”.

aquelas suscitadas pela leitura de Heisenberg. Para o físico dinamarquês, a problemática aparentemente insolúvel das variações dos padrões de marcas no experimento com os elétrons é derivada não de uma imaginada limitação inerente às nossas práticas de produção de conhecimento sobre o real (o indelével caráter “deformante” da atuação dos aparatos observacionais, que inevitavelmente nos afastaria da apreensão das verdadeiras e independentes propriedades do real em si), mas sim de uma acrítica aceitação dos pressupostos metafísicos individualistas, estruturantes do pensamento newtoniano.

A interpretação bohriana parte da concepção de que aquilo que se observa em qualquer experimento não é um objeto discreto, individualizado e detentor de um conjunto de propriedades inatas e não-relacionais – como preconizado pela metafísica individualista clássica –, mas sim o inextricável entrelaçamento de “aparatos de observação” e “objeto observado”, o que ele chamará de *phenomenon*⁵⁰. O *phenomenon*, portanto, figura no quadro epistemológico bohriano como sua unidade fundamental, uma espécie de átomo relacional que marca a inseparabilidade de agências de observação e objeto observado, devendo ser concebido enquanto o verdadeiro referente objetivo de qualquer propriedade medida (Bohr, 1949)⁵¹. Como sintetiza Barad, os resultados das observações e

⁵⁰ Optamos por manter a grafia “*phenomenon*”, como usada originalmente por Bohr e Barad, ao invés da tradução “fenômeno”, objetivando assim sublinhar o significado específico atribuído ao termo nas teorizações de ambos os autores e evitando ambiguidades potencialmente geradoras de confusões com relação aos usos mais comuns da noção de “fenômeno”. Questões concernentes à terminologia – nomeadamente, à necessidade de cuidadosa mobilização do termo “*phenomenon*”, de modo a especificar sua conceituação diferenciada na teoria quântica - já figuravam enquanto motivos de preocupação de Niels Bohr em suas discussões com Einstein em 1949. Escreve o físico dinamarquês: “I warned especially against phrases, often found in the physical literature, such as ‘disturbing of phenomena by observation’ [...] Such phrases, which may serve to remind of the apparent paradoxes in quantum theory, are at the same time apt to cause confusion, since words like ‘phenomena’ and ‘observations’ [...] are used in a way hardly compatible with common language and practical definition” (Bohr, 1949: 237).

⁵¹ A própria noção de “agências de observação” empregada por Bohr para se referir aos aparatos de medição já acentua o caráter ativo e produtivo (de fato, proto-performativo) desempenhado pelos mesmos nas práticas experimentais – caráter este negligenciado pela física clássica.

medições são “características do *phenomenon* [unidade indivisível formada por aparato e objeto] e não de algum objeto preexistente e independente da medição” (Barad, 2007: 264)⁵².

No caso de nosso exemplo do experimento com elétrons, isso implica a conclusão de que, ao modificarmos os aparatos de observação (mediante a inserção do detector capaz de informar por qual das duas fendas o elétron passa), estamos simultaneamente transformando o estatuto ontológico do objeto de interesse em questão – isto é, estamos produzindo um *phenomenon* completamente novo (uma nova intra-ação de seus “componentes”, quais sejam, as agências de observação e aquilo que compreendemos como “elétron”).

Sendo assim, temos que o paradoxo da dualidade onda-partícula apenas surge quando *erroneamente* isolamos o elétron enquanto entidade autônoma, apartada das agências de observação, e tomamos tal noção abstrata de objeto independente como o referente das características observadas. A chave para a superação do paradoxo reside na compreensão bohriana do *phenomenon* como unidade que engloba o objeto e o aparato. Só com base nessa compreensão fundamental e disruptiva que podemos tornar inteligíveis e coerentes os resultados do experimento da dupla-fenda: os elétrons não estão “brincando” com nossas expectativas e mudando seus comportamentos alternadamente, assim como as variações nas marcas produzidas na tela de detecção não resultam de um presumido distúrbio criado pelos processos de medição; o que temos é, a cada reformulação do arranjo experimental, a investigação/produção de *phenomena* distintos.

⁵² Tradução livre. No original: “a characteristic of the phenomenon and not some preexisting measurement-independent object” (Barad, 2007: 264).

Debruçemo-nos mais detidamente sobre as implicações da interpretação bohriana. O âmago de sua polêmica em relação à interpretação heisenbergiana pode ser evidenciado ao confrontarmos os fundamentos sobre os quais são edificados o “princípio da incerteza” (de base epistemológica) e o “princípio da indeterminação” (de cariz tanto ontológico quanto semântico), promulgados, respectivamente, por Heisenberg e Bohr. Como vimos, a explicação do paradoxo da dualidade onda-partícula oferecida por Heisenberg é baseada na ideia de que medições implicam perturbações que definem os limites daquilo que podemos saber sobre o real. Em contraste, Bohr argumenta que:

o que está em questão é os limites da simultânea determinabilidade de variáveis complementares dado o fato de que elas demandam condições experimentais mutuamente exclusivas para sua determinação. Para Bohr, não há nenhuma questão de perturbação, uma vez que as propriedades correspondentes não são determinadas na ausência da intra-ação com um instrumento de medida específico e, desse modo, não há valores preexistentes para serem perturbados (Barad, 2007: 294)⁵³

Ou seja, Bohr afirma que apenas sob determinadas condições experimentais os “objetos observados” podem emergir dotados de características específicas. Tomando como exemplo nosso experimento com o elétron, temos que o mesmo depende de um conjunto de aparatos específicos para se materializar enquanto partícula, e outro conjunto mutuamente exclusivo de aparatos para ser determinado como onda. Em outras palavras, a ambiguidade ontológica do elétron só pode ser contextualmente resolvida a partir de um arranjo material particular.

⁵³ Tradução livre. No original: “what is at issue is the limits of the simultaneous determinability of complementary variables as a result of the fact that they require mutually exclusive experimental conditions for their determination. For Bohr, there is no question of a disturbance being at issue, since the corresponding properties are not determinate in the absence of an intra-action with a specific measuring instrument, and hence there are no preexisting values to disturb” (Barad, 2007: 294).

Desse modo, Bohr *implicitamente* promulga a noção de uma ontologia relacional, calcada em um princípio de indeterminação ontológica do real: na ausência de aparatos específicos, “objetos” não têm uma natureza ontológica definida – e, sendo assim, suas propriedades pretensamente intrínsecas não podem ser “perturbadas” pelo processo de medição pois, a rigor, as mesmas não existem anteriormente à medição. Não há “objetos” autônomos e detentores de atributos e limites não-relacionais pré-determinados: a determinação só é solucionada de maneira contingente, como parte de um *phenomenon*.⁵⁴

“Coisas”, portanto, não preexistem às relações, mas emergem apenas em e através de relações – nomeadamente, em/atravs dos *phenomena*, sendo estes entendidos como relações ontologicamente primitivas, “relações sem *relata* preexistentes” (Barad, 2007: 139)⁵⁵. Dessa perspectiva decorrem dois pontos fundamentais. Primeiramente, “objetos” e “aparatos de observação” não podem “interagir”, dado que a noção de interação pressupõe a existência prévia de duas ou mais entidades individualizadas que subsequentemente se relacionam, de modo que cada uma conserva um determinado nível de independência em relação à(s) outra(s). Nesse sentido, Karen Barad propõe o neologismo “intra-ação” (*intra-action*) para nomear o processo interno aos *phenomena* a partir do qual entidades são materializadas enquanto “coisas” diferenciadas e determinadas. Como coloca a autora, “é por meio de intra-ações agenciais específicas que os limites e as propriedades dos ‘componentes’ dos *phenomena* se tornam determinados” (Barad,

⁵⁴ Cabe ressaltar que Bohr é poucas vezes claro e específico quanto à sua visada ontológica, focando nas lições epistemológicas oferecidas pela sua interpretação da teoria quântica (Barad, 2007: 69). Um dos pilares do realismo agencial de Karen Barad, como veremos adiante, é exatamente a explicitação das dimensões ontológicas implícitas do quadro teórico bohriano.

⁵⁵ Tradução livre. No original: “relations without preexisting *relata*” (Barad, 2007: 139).

2003: 815)⁵⁶. A transição da ideia de “interação” para “intra-ação” marca uma modificação fundamental de perspectiva: da linearidade e da condição inerente de separabilidade da interação (que presume a preexistência à relação) para a simultaneidade e inseparabilidade ontológica da intra-ação (que promulga a coconstituição de entidades que são sempre-já entrelaçadas, não deixando espaço para nenhum grau de existência separada e independente).

Em segundo lugar, dado o caráter coconstitutivo, intra-relacional e não-dual do entrelaçamento que se apresenta na unidade do *phenomenon*, não há nenhuma maneira de se distinguir previamente entre as agências de observação e o objeto observado. Como aponta Žižek (2013: 697), reportando-se a Karen Barad, “cada divisão desse tipo é determinada por um *corte agencial* contingente dentro da unidade de um fenômeno [*phenomenon*]”. A proposição da ideia de corte agencial (ou corte bohriano) posiciona Bohr nos antípodas de Descartes. Enquanto este concebia a existência de um corte fixo e inerente que marcaria inequivocamente a separação entre sujeito e objeto, aquele reconhece o caráter construído, circunstancial e agencialmente atuado dessa distinção. Para Bohr, a introdução de um corte agencial, que isola contextualmente determinado aspecto do *phenomenon* enquanto “objeto observado” e outro enquanto “agência de observação”, se dá apenas com a especificação do arranjo físico dos aparatos (que, como vimos, definem as condições necessárias para a ocorrência de um determinado *phenomenon*):

O limite entre o “objeto de observação” e as “agências de observação” é indeterminado na ausência de um arranjo físico específico do aparato. O que constitui o objeto de observação e o que constitui os agentes de observação é determinável apenas sob a condição de que o aparato de medição seja especificado. O aparato executa um corte que delinea o

⁵⁶ Tradução livre. No original: “It is through specific agential intra-actions that the boundaries and properties of the ‘components’ of phenomena become determinate” (Barad, 2003: 815).

objeto dos agentes de observação. Claramente, então, como temos notado, as observações não se referem às propriedades dos objetos independentes da observação (posto que não preexistem como tais) (Barad, 2007: 114, ênfases no original).⁵⁷

Juntamente ao âmbito ontológico (de fato, em intra-ação com este), o princípio bohriano da indeterminação também se aplica ao nível semântico. Segundo o físico dinamarquês, “conceitos são definidos pelas circunstâncias requeridas para as suas medições” (Barad, 2007: 109)⁵⁸. Ou seja, para alcançar sentido, conceitos teóricos dependem de arranjos materiais específicos; na ausência de arranjos experimentais apropriados, conceitos não têm sentidos definidos, isto é, não são semanticamente determinados de modo transcendental. No caso de nosso exemplo com os elétrons, observamos que a noção de “onda” é significativamente definida apenas na presença de determinados aparatos, sendo que o mesmo ocorre, a partir de aparatos mutuamente exclusivos, com a noção de “partícula”.

Logo, conceitos teóricos passam a ser reconhecidos enquanto arranjos materiais particulares, em detrimento de sua tradicional compreensão como entidades abstratas e puramente ideacionais. A perspectiva bohriana, portanto, chama atenção para a natureza concreta dos conceitos, sublinhando o caráter materialmente incorporado dos mesmos, do qual depende a resolução contextual de sua inerente indeterminação semântica.

⁵⁷ Tradução livre. No original: “*The boundary between the ‘object of observation’ and the ‘agencies of observation’ is indeterminate in the absence of a specific physical arrangement of the apparatus. What constitutes the object of observation and what constitutes the agencies of observation are determinable only on the condition that the measurement apparatus is specified. The apparatus enacts a cut delineating the object from the agencies of observation. Clearly, then, as we have noted, observations do not refer to properties of observation-independent objects (since they don’t preexist as such)*” (Barad, 2007: 114).

⁵⁸ Tradução livre. No original: “*concepts are defined by the circumstances required for their measurement*” (Barad, 2007: 109).

Em suma, a interpretação dada por Niels Bohr ao paradoxo da dualidade onda-partícula apresenta, em contraste com a leitura puramente epistemológica de Heisenberg sintetizada em seu princípio da incerteza (que, como vimos, ainda deixa espaço para a ideia de existência de uma realidade completa em si, estável e independente dos aparatos de observação), uma posição assente em um princípio de indeterminação ôntico-semântica do real, que só pode ser contextualmente solucionada de modo relacional. Vejamos como tal perspectiva disruptiva, que “ênfatiza o entrelaçamento sobre a separabilidade” (Warfield, 2016: 2)⁵⁹, foi apropriada, radicalizada, ampliada e modificada por Karen Barad, dando origem ao seu realismo agencial.

3.3. O realismo agencial de Karen Barad

Fundamentalmente, da filosofia-física de Bohr, Barad reterá: (1) o reconhecimento da inseparabilidade de “objetos de observação” e “agências de observação” e do caráter coconstitutivo das relações estabelecidas entre os mesmos; (2) a noção de inexistência de cortes inerentes entre objetos e agências de observação, sendo a definição de tais limites dependente da especificação dos aparatos material-discursivos de “medição” e (3) a consideração de conceitos teóricos enquanto detentores de uma dimensão de existência material localizada, na forma de arranjos físicos particulares que lhes garantem sentido, em detrimento da tradicional visão que os concebe como elementos puramente ideacionais.

Karen Barad elege como ponto de partida de seu esforço orientado para a proposição de uma nova ontologia a rejeição bohriana da metafísica atomista que toma “coisas” (objetos, corpos, etc.) como entidades básicas, autônomas, discretas

⁵⁹ Tradução livre. No original: “emphasizes entanglement above separability” (Warfield, 2016: 2).

e precedentes às relações que estabelecem com agências de observação. A autora, porém, apresenta um contributo original às teses de Bohr ao afirmar que os *phenomena* não identificam apenas a inseparabilidade epistemológica de observador e observado, ou seja, não são simples “categorias de uso” mediante as quais objetos podem ser medidos e sentidos podem ser atuados em experimentos restritos ao ambiente laboratorial. No novo quadro teórico do realismo agencial, *phenomena* são *unidades ontológicas primárias*, constitutivas do real, substituindo a tradicional concepção de que o mundo é composto por objetos independentes e detentores de limites e propriedades inerentes. Para Barad, a noção de *phenomenon* identifica a “inseparabilidade ontológica/entrelaçamento de agências intra-ativas” (Barad, 2007: 139)⁶⁰, podendo ser caracterizada como a unidade relacional primeira – a menor unidade material existente (“átomos” relacionais) –, da qual entidades discretas e individualizadas (os antigos pontos de partida da metafísica individualista tradicional) derivam.

Cabe, neste ponto, dedicarmos algumas linhas adicionais à elucidação da proposta baradiana de compreender os *phenomena* como unidades ontológicas primitivas – proposição que, uma vez endossada, criará reverberações políticas e teóricas cujas consequências não serão superestimadas se identificadas enquanto potenciais promotoras de uma transição paradigmática nos debates acerca da materialidade dos corpos⁶¹. O cerne da radicalidade do realismo agencial pode ser apontado como residindo na inversão fundamental que o mesmo realiza nas

⁶⁰ Tradução livre. No original: “the ontological inseparability/entanglement of intra-acting ‘agencies’” (Barad, 2007: 139).

⁶¹ Apesar do vocabulário comum, não se pretende aqui qualquer aplicação do modelo de desenvolvimento científico e da teoria das revoluções científicas propostos por Thomas Kuhn para se especular quanto às potencialidades representadas pelo realismo agencial para os desdobramentos político-teóricos futuros no âmbito das discussões acerca da materialidade dos corpos. Sobre as dificuldades inerentes às tentativas de aplicação do modelo kuhniano às ciências sociais, ver Assis (1993).

habituais formas de compreensão dos vínculos de dependência e prioridade entre o individual e o relacional. Se, no quadro tradicional da metafísica individualista, “coisas” independentes figuram como o momento inicial, sendo as composições relacionais reconhecidas como conjuntos secundariamente derivados dessa condição individual prévia, Barad sustenta, ao contrário, que seriam tais “coisas” pretensamente autossuficientes e originárias os elementos derivados de uma condição relacional primordial (os *phenomena*). Ou seja, os *relata* não preexistem às relações, mas sim emergem em/mediante relações.

Desse modo, a ontologia proposta pelo realismo agencial evidencia seu caráter incompatível com a ontologia realista do senso comum: enquanto esta presume a existência de coisas em si mesmas, isto é, isoladas e fora de nossa relação com elas (o que sustenta, por exemplo, a “promessa” epistemológica de um conhecimento absoluto e “alheio a interferências”), aquela atenta para o fato de que o “em si” se dá sempre-já como sedimentação contextual de uma totalidade relacional que congrega agências humanas e não-humanas. Assim, o realismo agencial e sua promulgada *ontologia relacional* apontam, como o *peccatum originale* do realismo tradicional, a abstração definitiva mediante a qual se busca retirar as entidades das redes de relações que as assentam e as constituem, afirmando que a tentativa de subtraí-las dessas conexões (que são, a rigor, entrelaçamentos constitutivos) equivale a subtraí-las a própria existência. Logo, neste novo quadro teórico produz-se um fundamental deslocamento: de uma análise das relações entre coisas para uma análise de “coisas” enquanto relações – isto é, de acordo com a nova visada, “coisas” não existem enquanto tais *apesar*

das relações que estabelecem entre si; existem *devido* a estas relações, sem as quais e fora das quais não o são.⁶²

Segundo a perspectiva baradiana, é através de intra-ações agenciais específicas (lembramos: processos de caráter performativo que tomam parte internamente aos *phenomena* e identificam o entrelaçamento e a mútua dependência de seus “elementos” pré-ontológicos) que os contornos e propriedades dos “componentes” dos *phenomena* são circunstancialmente determinados. Para o realismo agencial, como vimos, “objetos” não preexistem às interações que estabelecem entre si; ao contrário, “objetos” emergem *através* de intra-ações particulares. Em outras palavras, é mediante as intra-ações que a inerente indeterminação ôntico-semântica do real é solucionada localmente, garantindo a “coisas” características próprias, fronteiras e uma existência diferencial “individualizadora”:

A noção de intra-ação é um elemento-chave do quadro teórico realista agencial. O neologismo “intra-ação” significa a constituição mútua de agências entrelaçadas. Isto é, em contraste com a usual “interação”, que assume que há agências individuais separadas que precedem suas interações, a noção de intra-ação reconhece que agências distintas não precedem, mas emergem através, de suas intra-ações (Barad, 2007: 33).⁶³

Cabe salientar que, pautado pelo conceito de intra-ação, o realismo agencial promove uma modificação fundamental de perspectiva ao apontar que a noção de

⁶² Poderíamos, nesse ponto, aproximar tal desvelamento da essência relacional do “em si” promovido pelo realismo agencial à crítica marxista do fetichismo da mercadoria (Marx, 1985: 70-78), que evidencia a complexidade social-relacional subjacente à aparente autonomia do reificado valor do produto do trabalho sob a forma mercadoria. Entretanto, uma ressalva ao paralelo se faz necessária: enquanto Marx desvenda o caráter intersubjetivo, socialmente construído, do *valor* da mercadoria, Barad aponta para a interdependência que garante a *existência material do real*.

⁶³ Tradução livre. No original: “The notion of intra-action is a key element of my agential realist framework. The neologism ‘intra-action’ signifies the mutual constitution of entangled agencies. That is, in contrast to the usual ‘interaction’, which assumes that there are separate individual agencies that precede their interaction, the notion of intra-action recognizes that distinct agencies do not precede, but rather emerge through, their intra-action” (Barad, 2007: 33).

diferença não implica separação absoluta. De fato, para Barad, agências só alcançam materialização diferencial enquanto partes de um *phenomenon*. Como sublinha a autora, “é importante observar que as agências ‘distintas’ são apenas distintas em um sentido relacional, e não absoluto” (Barad, 2007: 33)⁶⁴. Em uníssono com Donna Haraway (2008), para quem a problemática do “ser” ou “existir” nunca pode ser reduzida a uma questão estática e individual, mas sim pensada como um processo relacional de “ser-com” ou “vir-a-ser-com” (*becoming-with*), Barad argumentará que a sedimentação diferencial (e contextual) dos “componentes” de um *phenomenon* se dá apenas mediante intra-ações agenciais, sendo que estas designam o entrelaçamento coconstitutivo de tais “componentes”, impossibilitando, por conseguinte, que os mesmos possam ser considerados como estabelecendo entre si uma relação (ou, mais propriamente, a falta de relação) de absoluta separação e exterioridade. Em detrimento da tradicional condição de exterioridade *tout court* entre entidades, advoga-se aqui em favor do reconhecimento de uma performativa *exterioridade-intra-phenomena* – ecoando o provocativo *out-there-ness* de autores como Latour e Woolgar (1997) e John Law (2004) –, de modo que a realidade passa a ser compreendida como composta “não de coisas-em-si ou coisas-por-trás-de-phenomena, mas de *coisas-intra-phenomena*” (Barad, 2007: 140)⁶⁵.

⁶⁴ Tradução livre. No original: “It is important to note that the ‘distinct’ agencies are only distinct in a relational, not an absolute, sense” (Barad, 2007: 33).

⁶⁵ Tradução livre. No original: “[reality is composed] not of things-in-themselves or things-behind-phenomena but of things-in-phenomena” (Barad, 2007: 140). Nesta passagem Karen Barad busca também diferenciar sua concepção particular de “*phenomenon*” dos usos mais corriqueiros do termo, em especial daqueles calcados na separação kantiana entre *noumenon* (coisa em si) e *phenomenon* (o modo como a coisa em si se apresenta ao sujeito, já moldada pelas categorias *a priori* da razão). A autora ressalta diversas vezes no decorrer de sua argumentação que, no quadro teórico do realismo agencial, não faz qualquer sentido falar sobre coisas independentes e existentes “atrás” ou como causas dos *phenomena*. Como afirma Barad (2007: 429), em certo sentido, não há “*noumena*”, mas apenas “*phenomena*”, sendo que as “coisas em si”, que segundo a tradição

Em síntese, o realismo agencial não se interessa por interações entre entidades pré-definidas, mas sim por intra-ações que ocorrem internamente aos entrelaçamentos de um *phenomenon* e *operam* fronteiras e limites, sendo responsáveis por demarcar performativamente entidades como rigidamente separadas umas das outras (Warfield, 2016). Tal condição de “alteridade relacional”, não-absoluta – nomeada por Barad de “separabilidade agencial”, uma condição de exterioridade interna ao *phenomenon* –, que cumpre em “isolar” localmente determinados “componentes” do *phenomenon* como “coisas” aparentemente discretas, se dá via a produção de *cortes agenciais*.

Em oposição aos cortes cartesianos fixos e inerentes, que definem inequívocos abismos ontológicos entre entidades pretensamente autossuficientes, os cortes agenciais são divisões construídas, responsáveis por estabelecer contextualmente as fronteiras que separam o interno (o “Mesmo”) do externo (o “Outro”). Barad (2007) recorre ao exemplo, dado por Niels Bohr, de um homem cego que tenta se locomover e investigar aspectos de um quarto utilizando uma bengala para explicitar o modo como as fronteiras dos objetos (no caso, do corpo humano) são contingentes, instáveis e dependentes da realização de cortes atuados, e não intrínsecos. Curiosamente, se trata praticamente do mesmo exemplo utilizado, visando outros fins argumentativos, por Merleau-Ponty (1999: 198-199)⁶⁶.

kantiana são ocultadas pela sua aparência (o modo como as mesmas se apresentam a nós), devem ser procuradas *internamente* aos *phenomena*, ao invés de sob eles.

⁶⁶ Apesar de compartilhar o exemplo merleau-pontyano, Karen Barad reitera que a instabilidade das fronteiras corporais não diz respeito unicamente à dimensão fenomenológica da experiência subjetiva do corpo (principal preocupação do filósofo francês). Seu foco está em evidenciar como tal exemplo ilustra uma problemática de caráter propriamente ontológico (a inerente indeterminação ôntico-semântica das fronteiras de entidades), que desafia as tradicionais definições dos corpos e seus limites.

Bohr coloca que o homem cego, na situação descrita, se vê diante de duas possibilidades mutuamente exclusivas: por um lado, pode segurar firmemente a bengala, de modo a fazê-la funcionar como um instrumento de observação mediante o qual investigará os relevos do quarto; por outro, pode segurá-la de maneira frouxa, tornando-a um objeto de observação. No primeiro caso, a bengala deixa de ser um objeto exterior ao sujeito, figurando como elemento constituinte do corpo, um prolongamento da mão – isto é, “ela não mais é percebida por si mesma, sua extremidade transformou-se em zona sensível, ela aumenta a amplitude e o raio de ação do tocar” (Merleau-Ponty, 1999: 198). Já no segundo cenário, a bengala é tomada enquanto objeto “estranho” ao corpo, localizado além de suas fronteiras.

Tal exemplo evidencia a realização de um corte agencial: a bengala não é intrinsecamente nem parte do objeto, nem das agências de observação, de modo que os limites entre aquilo que constitui o objeto e o sujeito não são fixos e preexistentes, mas decorrentes de cortes situados que emergem em práticas e intra-ações particulares, responsáveis por solucionar localmente a inerente indeterminação do *phenomenon*.

Explicitado que o processo excludente e interno aos *phenomena* de demarcação dos limites entre entidades entrelaçadas depende da realização de cortes agenciais, cabe indagarmos quanto às razões pelas quais determinados cortes são executados em detrimento de outros. Recorrendo a Donna Haraway, Barad sustenta que os cortes agenciais não são resultantes de decisões subjetivas e abstratas; segundo a autora, divisões dessa natureza são materialmente condicionadas por múltiplas “práticas material-discursivas”, também nomeadas de *aparatos de produção corporal* (há aqui um claro paralelismo entre a proposição

baradiana e o entendimento bohriano do papel proto-performativo e produtivo desempenhado pelos aparatos de medição mobilizados em contextos experimentais). Originalmente, Haraway (1988) descreve o conceito de “aparatos de produção corporal” pela perspectiva de seus efeitos sobre os corpos humanos:

os corpos como objetos do conhecimento são nódulos gerativos material-semióticos. Suas fronteiras se materializam na interação social. Fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento; "objetos" não preexistem enquanto tais. [...] os vários corpos biológicos em competição emergem na interseção da pesquisa e dos textos biológicos, das práticas médicas e outras práticas de negócios; produções culturais de todos os tipos; incluindo metáforas e narrativas disponíveis; e tecnologia (Haraway, 1988: 595-596).⁶⁷

Nesse sentido, nos marcos do realismo agencial, os aparatos de produção corporal (eles próprios parte do *phenomenon* que ajudam a construir) não são meros instrumentos de observação, mas sim práticas produtoras de fronteiras excludentes; são configurações materiais particulares que, segundo sua especificidade, guiam a execução de cortes agenciais como escultores com uma faca. Contornos são diferentemente articulados, determinadas propriedades são produzidas e conceitos particulares adquirem sentido dependendo da configuração específica dos aparatos mobilizados (lembramos das variações entre onda e partícula em nosso experimento da dupla fenda, que ocorriam de acordo com os aparatos observacionais empregados em cada situação)⁶⁸.

⁶⁷ Tradução livre. No original: “bodies as objects of knowledge are material-semiotic generative nodes. Their boundaries materialize in social interaction. Boundaries are drawn by mapping practices; “objects” do not preexist as such. [...] the various contending biological bodies emerge at the intersection of biological research, writing, publishing, medical and other business practices; cultural production of all kinds; including available metaphors and narratives; and technology” (Haraway, 1988: 595-596).

⁶⁸ Neste ponto, um paralelo pode ser elucidador. *Mutatis mutandis*, assim como, na teoria psicanalítica lacaniana, anteriormente ao advento da imagem narcísica via o estádio do espelho, o bebê vive em um momento de indiferenciação *subjetiva* entre interioridade e exterioridade, o *phenomenon*, na ausência da mobilização de aparatos de produção corporal particulares, se vê em estado de indeterminação *material* de suas fronteiras, isto é, ainda não detém sedimentação contextual individualizadora (coisas-intra-phenomena), visto que cortes agenciais ainda não foram operados.

Um ponto que deve ser salientado diz respeito ao fato destes aparatos, nas teorizações baradianas, não serem redutíveis a tecnologias e instrumentos laboratoriais inertes produzidos por seres humanos e detentores de limites autoevidentes, como sustenta Bohr. Para Barad, *os aparatos são as condições materiais de possibilidade de emergência de entidades e sentidos; caracterizam, portanto, as mais diversas práticas, históricas e imanentes, mediante as quais inteligibilidade e materialidade são iterativamente construídas*. Tais colocações parecem reverberar os posicionamentos de Michel Foucault e Judith Butler acerca das dinâmicas de funcionamento das normas regulatórias e dos dispositivos de biopoder em meio aos processos de constituição (ou materialização, como prefere Butler) de corpos disciplinados e inteligíveis.

De fato, mediante uma leitura informada pela noção foucaultiana de “dispositivo” – *dispositif*, por vezes traduzido como “aparatos discursivos” –, Barad amplia a definição bohriana dos “aparatos”, de maneira a abarcar em sua conceituação particular dos “aparatos de produção corporal” práticas material-discursivas de natureza heterogênea, incluindo, mas não limitadas a, “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...]” (Foucault, 2000: 244). Por outro lado, as notórias dificuldades encontradas nas teorizações de Foucault e Butler, decorrentes do fato dos autores não especificarem os modos pelos quais os dispositivos de poder e as práticas discursivas *literalmente* constituem objetos identificados como “não-discursivos” (em especial a concretude corporal), são iluminadas pela ênfase dada por Niels Bohr à natureza materialmente incorporada dos conceitos, o que permite reconhecer as dimensões materiais das práticas discursivas e regulatórias.

Alguns exemplos dados por Karen Barad (2007) evidenciam esse caráter simultaneamente heterogêneo e materialmente situado dos aparatos de produção corporal como concebidos pelo realismo agencial. A autora apresenta a curiosa história do experimento conduzido em 1922 pelos físicos alemães Otto Stern e Walther Gerlach, mediante o qual se buscava provar empiricamente a existência do fenômeno de quantização espacial (o fato de, como previsto pelo modelo atômico bohriano, elétrons existirem em órbitas específicas que circundam o núcleo, não podendo permanecer “entre” tais órbitas). Parte importante do arranjo experimental utilizado se tratava de feixes de átomos de prata, que deveriam efetuar marcas em uma placa fotográfica. Os repetidos esforços dos dois físicos não pareciam surtir efeito até que Gerlach, após mais uma tentativa aparentemente frustrada de conseguir as desejadas marcas no detector, entregou a placa fotográfica para Stern e este, ao respirar sobre ela, observou as marcas produzidas pelos feixes de átomos de prata gradualmente emergirem. À época, Otto Stern era um professor assistente e, em meio ao colapso econômico da República de Weimar, recebia baixos salários, o que o levava a fumar charutos baratos que continham grande concentração de enxofre⁶⁹. O enxofre presente na respiração de Stern, combinado com a prata, produziu sulfeto de prata, substância de coloração negra escura, tornando assim visíveis os traços deixados pelos átomos. Com base neste exemplo, Barad argumenta em favor do reconhecimento de que os aparatos não têm um fim determinado, de modo a congregarem práticas material-discursivas

⁶⁹ Como afirma Emily Levine (2013), a hiperinflação de proporções catastróficas que acometia a República de Weimar no início da década de 1920 criou uma situação particularmente onerosa para as universidades, que eram incapazes de aumentar os salários de professores para compensar a enorme desvalorização da moeda. Segundo a autora, “[...] by 1922 the average academic salary was worth only one-third of its prewar value” (Levine, 2013: 126).

diversas que se estendem muito além de qualquer fronteira visualmente “óbvia” (como os limites de um laboratório ou de um aparelho particular).

Aparatos não são equipamentos estáticos de laboratório, mas um conjunto dinâmico de práticas abertas, refinadas e reconfiguradas iterativamente. [...] um charuto está entre os materiais significativos que são relevantes para a operação e o sucesso do experimento. Não é qualquer charuto que servirá. Na verdade, o charuto é uma "condensação" – um "ponto nodal", por assim dizer – do funcionamento de outros aparatos, incluindo classe, nacionalismo, economia e gênero, todos os quais fazem parte desse aparato de Stern-Gerlach. [...] neste caso, as práticas materiais que contribuíram para a produção de indivíduos genderizados também contribuíram para a materialização desse resultado científico particular ("gênero-e-ciência-em-construção"): "objetos" e "sujeitos" são coproduzidos por meio de tipos específicos de práticas material-discursivas. A performance de masculinidade de Stern, marcada por gênero e classe (por exemplo, ao fumar o charuto), importou/pesou (Barad, 2007: 167).⁷⁰

Ou seja, “classe, nacionalismo, economia e gênero”, entre outras variáveis, compõem os aparatos de produção corporal que ajudam a materializar o *phenomenon* em questão. Tais “variáveis”, porém, não devem ser concebidas como entidades puramente ideacionais, mas sim enquanto práticas material-discursivas detentoras de concretude física, exemplarmente condensada na materialidade do charuto barato – sendo este próprio, como salienta a autora, um *phenomenon* (ou um ponto nodal material-semiótico, em termos harawayanos) produzido mediante intra-ações agenciais específicas⁷¹.

⁷⁰ Tradução livre. No original: “Apparatuses are not static laboratory setups but a dynamic set of open-ended practices, iteratively refined and reconfigured. [...] a cigar is among the significant materials that are relevant to the operation and success of the experiment. Not any cigar will do. Indeed, the cigar is a ‘condensation’ - a ‘nodal point’, as it were - of the workings of other apparatuses, including class, nationalism, economics, and gender, all of which are a part of this Stern-Gerlach apparatus. [...] in this case, material practices that contributed to the production of gendered individuals also contributed to the materialization of this particular scientific result (‘gender-and-science-in-the-making’): ‘objects’ and ‘subjects’ are coproduced through specific kinds of material-discursive practices. Stern’s gendered and classed performance of masculinity (e.g., through his cigar smoking) mattered”. (Barad, 2007: 167)

⁷¹ A compreensão baradiana dos aparatos, ao acentuar seu caráter relacional, dinâmico e mais-que-humano, apresenta claras afinidades com a Teoria Ator-Rede. Entretanto, um decisivo movimento de afastamento do realismo agencial em relação às proposições de autores como Bruno Latour e Michel Callon ocorre dada a ênfase de Barad no fato de que as próprias agências humanas e não-humanas não existem *a priori*, sendo a separação entre essas duas dimensões também o produto de cortes agenciais que emergem através de intra-ações específicas. Em outras palavras, ao invés de tomar o “humano” e o “não-humano” enquanto dimensões dadas (premissa que

Em suma, segundo a perspectiva realista agencial, *matéria* se trata de substância em seu devir diferencial intra-ativo – não uma facticidade pré-dada e autoevidente, um suporte passivo que aguarda as inscrições da “cultura”, uma propriedade de entidades diversas ou mesmo um efeito efêmero da pura produção linguística e da construção social, mas uma *atividade* ou um *processo* que se torna localmente determinado (lê-se: adquire uma existência contingencialmente estável e inteligível) mediante iterativas intra-ações. *Tais intra-ações envolvem, ao invés de “coisas” e “palavras”, phenomena (isto é, relações primárias) e aparatos de produção corporal (isto é, práticas material-discursivas mediante as quais fronteiras, propriedades e sentidos são produzidos).*

Portanto, o realismo agencial de Karen Barad caracteriza um deslocamento em relação aos regimes de sentido binários que pautam as contendas circulares travadas entre construtivistas e naturalistas. Enquanto os dois grupos agonísticos se dedicam a pendularmente professar a primazia do discurso ou da matéria, o posicionamento baradiano modifica radicalmente os termos do debate ao afirmar que práticas discursivas e fenômenos materiais não estabelecem entre si uma relação de exterioridade, mas de entrelaçamento mútuo, entendendo por “entrelaçamento” uma condição de ausência de existência separada e independente. Inserida nos marcos político-teóricos do realismo agencial, a tradicional indagação “qual é a dimensão determinante: matéria ou discurso?” é prontamente identificada como uma falsa questão, visto que:

fundamenta a fórmula aditiva geradora dos “híbridos” latourianos), o realismo agencial, assente em uma perspectiva pós-humanista, indaga acerca das práticas material-discursivas produtoras de fronteiras responsáveis por materializar “humano” e “não-humano” enquanto campos rigidamente apartados, evidenciando assim o caráter eminentemente ético-onto-epistemológico do funcionamento dos aparatos de produção corporal.

a materialidade é discursiva (isto é, *phenomena* materiais são inseparáveis dos aparatos de produção corporal; a matéria emerge da – e inclui como parte de seu ser a – contínua reconfiguração de suas fronteiras), assim como as práticas discursivas são sempre-já materiais (isto é, elas são contínuas [re]configurações materiais do mundo) (Barad, 2007: 151-152).⁷²

A segunda parte da presente tese é dedicada à operacionalização do realismo agencial baradiano e de demais referenciais teóricos vinculados ao neomaterialismo em análises empíricas situadas, visando assim ilustrar os potenciais dessas perspectivas para abordagens sociológicas e feministas do corpo. Previamente à etapa empírica, porém, cabe conduzirmos algumas discussões de ordem metodológica.

⁷² Tradução livre. No original: “In other words, materiality is discursive (i.e., material phenomena are inseparable from the apparatuses of bodily production; matter emerges out of, and includes as part of its being, the ongoing reconfiguring of boundaries), just as discursive practices are always already material (i.e., they are ongoing material [re]configurings of the world)” (Barad, 2007: 151-152).

Interlúdio

Capítulo 4

Materializando o neomaterialismo: um interlúdio metodológico

4.1. Pensar as práticas de pesquisa para além da modernidade

Sandra Harding (1987), há mais de três décadas, fez importantes distinções entre metodologia, método e epistemologia que continuam a iluminar nossas compreensões desses fundamentais aspectos de qualquer esforço investigativo e das relações estabelecidas entre eles. A autora definiu metodologia enquanto uma perspectiva ampla, caracterizada por indagações acerca dos modos como determinada estrutura teórica geral (por exemplo, a economia política marxista, a fenomenologia, etc.) deve ser operacionalizada em uma área de pesquisa. O método, por sua vez, refere-se às técnicas específicas a serem mobilizadas visando a coleta de evidências em um esforço investigativo particular. A tais conceitos subjaz a noção de epistemologia, uma teoria do conhecimento que define, entre outros elementos, o que pode ser identificado como um conhecimento válido, quem é (ou pode ser) o sujeito do conhecimento e o que é passível de ser conhecido.

Sem dúvida, questões epistemológicas terão implicações capitais em nossa compreensão dos modos como estruturas teóricas gerais podem ou devem ser aplicadas em disciplinas particulares e mediante quais métodos (Harding, 1987: 3). Ainda, e como bem nos lembram St. Pierre *et al.* (2016), qualquer esforço de produção de conhecimento parte de entendimentos acerca do que é o “real” (a

natureza e a composição daquilo que existe), de maneira que, da intersecção dessas reflexões ontológicas e da epistemologia, emergem metodologias e métodos.

As ciências sociais e suas convencionais reflexões metodológicas, enquanto produtos da *Weltanschauung* ocidental do século XIX, foram edificadas sobre pilares ontológicos, metafísicos e epistemológicos próprios da modernidade e do iluminismo. A compreensão moderna do que seria um trabalho empírico, por exemplo, é fortemente tributária da noção cartesiana de separação rígida entre sujeito e objeto: um pesquisador (o sujeito) estuda o mundo (o objeto) para conhecê-lo. A divisão da existência em termos desses dois campos (o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido) é uma pressuposição ontológica sobre o real que aceitamos de modo acrítico, isto é, figura como uma espécie de “fato” que tomamos como verdadeiro antes mesmo de iniciarmos nossos projetos de pesquisa em ciências sociais (St. Pierre *et al.*, 2016: 102).

O corte cartesiano entre conhecedor e conhecido enseja também uma compreensão particular acerca da materialidade do mundo. Os objetos que compõem o real, segundo uma metafísica individualista cartesiana tradicional, consistem em entidades ensimesmadas, estáveis, fixas, discretas e passivas. Visando evidenciar a pervasividade dessa visão moderna, John Law (2004) compila sete “princípios” ou crenças sobre o mundo – de fato, suposições de ordem ontológica e metafísica calcadas no cartesianismo – que implícita e irrefletidamente endossamos tanto em nossa vida cotidiana quanto em grande parte de nossas práticas de pesquisa: (1) princípio da exterioridade – cremos que há uma realidade exterior a nós; (2) princípio da independência – essa realidade é independente de nossas percepções; (3) princípio da anterioridade – essa realidade exterior existe

como tal antes de nós, nos precede; (4) princípio da determinação – a realidade é composta por um conjunto de formas “sólidas”, isto é, detentoras de características e limites claramente determinados; (5) princípio da singularidade – há apenas um mundo real, físico, o qual todos compartilhamos; (6) princípio da constância – objetos e suas propriedades permanecem os mesmos a menos que sejam perturbados por uma causa exterior e, (7) princípio da passividade – na esteira do princípio da constância, a materialidade que compõe a realidade é “desencantada”, destituída de qualquer agência.

Uma vez que, de início, nos comprometemos com tais princípios e organizamos o mundo hierárquica e dicotomicamente mediante a fixação de um *gap* ontológico entre sujeito e objeto, vemo-nos confrontados com uma problemática fundamental: como estabelecer diálogo entre esses “universos” apartados, de modo a permitir a produção do conhecimento?

A solução cartesiana a esta interrogação é celebre e continua a informar nossas pesquisas atuais. Ela consiste em inserir outra entidade à fórmula, a linguagem. Apartada ontologicamente das outras duas, a ela é atribuída uma função mediadora entre os polos que existem independentemente (sujeito e objeto). Temos, assim, o estabelecimento da tríade que marca o projeto epistemológico cartesiano e, por extensão, toda a epistemologia moderna – observador, palavras e coisas.

Tal quadro epistemológico é baseado em uma “filosofia da representação” (St. Pierre *et al.*, 2016), a ideia de que a linguagem pode “espelhar o mundo para a mente”. Esse entendimento suscita indagações acerca do nível de correspondência entre representações e a realidade material à qual as mesmas se referem. Nesses termos, a ontologia e a natureza dos objetos que compõem o mundo tornam-se

questões de *descoberta*, sendo papel das ciências e das “boas práticas” de pesquisa elaborar métodos que viabilizem a produção das melhores descrições dessa realidade dada, sob a égide do imperativo de “representar as coisas e as leis gerais que as regem como elas realmente são ‘lá fora’”. À linguagem, portanto, é reservado um caráter puramente mimético em relação aos seus referentes, sendo os objetos representados entendidos como de modo algum “marcados” pelas práticas representacionais ou pelo observador externo.

Desenvolvimentos teóricos principiados no século XX e que se estendem pelo século XXI cumpriram em desestabilizar todos os pontos dessa “sagrada família” moderna Sujeito-Linguagem-Objeto. O primeiro elo desta tríade, o Sujeito, talvez tenha sido a principal vítima do último século.

Iniciada já em meados do século XIX, pelas mãos de Nietzsche, a destruição da noção de uma subjetividade inata, autoconsciente e autônoma perpassará grande parte das teorizações de pensadoras e pensadores vinculadas/os ao pós-estruturalismo (Peters, 2000). Nesse profícuo quadro político-teórico florescente na segunda metade do século XX, as genealogias de Michel Foucault e sua radical historicização do sujeito iluminista, aproximando-o a uma ficção erigida no bojo do funcionamento de dispositivos de subjetivação próprios à sociedade disciplinar, alcançam lugar de destaque em termos de originalidade e influência.⁷³

De fato, podemos afirmar que o Sujeito, essa figura cartesiana autocentrada, intencional e atomizada, não só morreu no século XX, como o fez repetidas vezes,

⁷³ O sucesso de Foucault em efetivamente sepultar a figura do Sujeito é objeto de intenso debate. A título de exemplo, Habermas, ecoando as críticas anteriormente endereçadas ao pensador francês por Spivak (1988), afirma que o esforço genealógico de Foucault “segue o movimento de uma extinção radicalmente historicista do sujeito e termina em um subjetivismo irremediável” (Habermas, 2002: 387).

sob suas diversas alcunhas, facetas e disfarces, e pelas mãos dos mais variados algozes: faleceu como autor (Barthes, [1984] 2004), como Homem (Foucault, [1966] 1992), como consciência de si (Freud, [1938] 1964; Lacan, 1964), como Sujeito-ele-mesmo (Flax, 1987; Foucault, 1999; Althusser, 1996; Deleuze, 1988, entre tantas/os outras/os), etc.⁷⁴

A linguagem, por sua vez, tem sido radicalmente repensada, ao menos desde Wittgenstein, em termos de sua natureza, funções, formas de funcionamento e potencialidades. Como discutido anteriormente⁷⁵, posicionamentos que sublinham a instabilidade dos significados e o papel produtivo desempenhado pela linguagem em relação a seus pretensos referentes povoam abundantemente os trabalhos de pensadoras/es herdeiras/os da virada linguística desde meados da década de 1960. Tais teorizações cumpriram em desestabilizar os fundamentos do representacionismo (crença moderna que identifica o ideal de linguagem como pura correspondência ou reflexo do “real”), suplantando tal visada por um entendimento de práticas de linguagem como potências criadoras de realidade (a teoria dos atos de fala de J. L. Austin⁷⁶), e não apenas ferramentas descritivas. Pós-estruturalistas, feministas e teóricas/os *queer* estão entre as/os principais responsáveis pela edificação de alternativas ao representacionismo no decorrer da segunda metade

⁷⁴ Vale considerarmos nesse debate as numerosas críticas, principalmente feministas, que apontam o fato de, justamente no momento em que mulheres e demais grupos historicamente subalternizados começam a assumir o “lugar de sujeito” – isto é, se veem capacitados, devido a recém-conquistadas condições institucionais mínimas, a formular suas demandas em seus próprios termos –, surgem as posições pós-modernas para anunciar que “o sujeito está morto”.

⁷⁵ Ver Capítulo 2.

⁷⁶ Como se sabe, J. L. Austin diferenciará dois tipos gerais de enunciados, os constatativos, dedicados à descrição ou relato de um estado de coisas, e os performativos, que não apenas descrevem, mas *produzem* algo, razão pela qual não estão sujeitos à avaliação em termos de sua verdade ou falsidade. Estes são divididos em duas categorias: ilocucionários e perlocucionários, respectivamente, enunciados que dão existência àquilo que declaram e enunciados que produzem eventos como sua consequência (Austin, 1990).

do último século, sendo as teorizações de Judith Butler acerca da natureza performativa das práticas discursivas um importante e influente momento dessa radical redefinição da linguagem.

Finalmente, perspectivas historicistas emergentes no século XX, que desconfiam de qualquer referência a “invariantes culturais” e “infraestruturas não-construídas”, colocaram em xeque a noção fundacionista de objeto, subjacente às práticas de produção de conhecimento e seus critérios de justificação próprios da modernidade. Cabe salientar que, se, em um primeiro momento, a reinterpretação do estatuto do “objeto” cartesiano se deu sob forte influência do pensamento kantiano acerca dos limites do conhecimento, no decorrer da segunda metade do século passado tivemos a radicalização do debate, transcendendo o campo das problemáticas puramente epistemológicas. Nesse processo, observamos a crescente afirmação de que não nos confrontaríamos apenas com o fato de nossa condição histórica e simbólico-cultural caracterizar um impeditivo ao alcance do “real em si”, ocultado sob espessas camadas de discursos e normativas socio-historicamente variáveis. Os pilares metafísicos da modernidade também foram abalados no século XX, sendo a própria pressuposição de um fugidio objeto do conhecimento puro, “em si” (autossuficiente, estável e detentor de propriedades não-relacionais), alvo de escrutínio e crítica por parte de pensadoras/es diversas/os.

A inseparabilidade e coconstituição de agências de observação e objeto observado promulgada pela mecânica quântica, a natureza essencialmente relacional e agencial dos actantes humanos e não-humanos sublinhada pela sociologia das associações de Latour ou pelos *cyborgs* material-semióticos harawayanos e, mais recentemente, as novas ontologias propostas pelo

neomaterialismo, contribuíram para a popularização de uma visão que aponta para a existência daquilo que Slavoj Žižek, ecoando o princípio da indeterminação bohriano-baradiano, nomeia de uma irreduzível “incompletude ontológica do próprio objeto” (Žižek, 2013: 149). Estes e outros desafios contemporâneos às concepções que convencionalmente moldaram nossa percepção da realidade enquanto tal têm emergido no bojo de um movimento apontado por alguns como uma verdadeira “virada ontológica” nos atuais debates sociológicos, antropológicos e filosóficos.

Tendo em mente a indelével, íntima e necessária relação existente entre metodologia, epistemologia e ontologia, uma vez desestabilizados todos os pilares do projeto epistemológico moderno, assim como suas premissas ontológicas e metafísicas, seria esperado que fossem também radicalmente transformadas as formas como teorias gerais são pensadas com vistas à sua operacionalização e as perspectivas que orientam o levantamento e análise de evidências em esforços investigativos específicos. Em outras palavras, novas ontologias e epistemologias deveriam, presumivelmente, ser acompanhadas de novas metodologias.

Entretanto, o que atualmente constatamos em diversos projetos de investigação nas humanidades e ciências sociais é uma flagrante desconexão entre edifícios teóricos proponentes de ontologias e epistemologias críticas aos fundamentos modernos, cartesianos e humanistas – as chamadas “pós-teorias” (pós-modernismos, pós-estruturalismos, pós-humanismos, etc.) – e metodologias qualitativas humanistas convencionais (St. Pierre, 2018). De algum modo, buscase conciliar, por exemplo, revisões teóricas pós-estruturalistas sobre o caráter situado, parcial e performativo das práticas de produção de conhecimento e relatos minuciosos de entrevistas ou observações, norteados pelo ideal de produzir *descrições objetivas e confiáveis* das experiências e realidades estudadas. Os

resultados são estudos “fraturados”, acometidos por determinado *habitus principiorum*: professam obsessivamente pós-teorias, enquanto praticam seu oposto, mobilizando abordagens metodológicas calcadas no cartesianismo, muitas vezes marcadas por um residual positivismo.

No presente estudo, buscamos superar essa recorrente desconexão entre teoria e abordagem metodológica, visando estabelecer um necessário alinhamento entre epistemologia, ontologia e metodologia. Em particular, objetivamos resistir àquilo que Mary Daly (1985) nomeou de “metodolatria” (*methodolatry*), uma pervasiva forma de culto acrítico às abordagens metodológicas canônicas que redundava na tentativa de impô-las, a todo custo (isto é, mesmo ao arrepio dos compromissos epistemológicos e ontológicos do estudo particular), sobre qualquer esforço investigativo.

4.2. Uma abordagem metodológica qualitativa (auto)crítica

À luz de tais problemáticas e de nossos objetivos e compromissos político-teóricos, mobilizamos uma perspectiva metodológica qualitativa de viés *(auto)crítico*. Primeiramente, se faz imperioso um breve adendo dedicado a esclarecimentos de ordem terminológica.

A adjetivação *(auto)crítico* expressa aqui uma forma de criticidade que se realiza dupla e simultaneamente: (1) como movimento de “dobra sobre si” que interpela criticamente os próprios conceitos e premissas basilares às consagradas formas de pensar/fazer pesquisa qualitativa, evidenciando seus limites e insuficiências (remetendo à noção de “autocrítica”) e (2) enquanto superação dos marcos das preconizadas formas “contemplativas” de fazer pesquisa, isto é, dedicadas à simples descrição científica dos objetos e fenômenos sociais, de modo a introduzir, no horizonte da atividade teórica e analítica, a promoção de

transformações do real orientadas para a emancipação – aproximando-se, portanto, do familiar sentido de crítica (e a indelével relação desta com a *práxis*) como definido programaticamente por Max Horkheimer ([1937] 1989) e em operação nos esforços da Teoria Crítica.⁷⁷

No tocante aos modos como estabelecemos diálogo com as habituais abordagens qualitativas, destas retemos a ênfase no caráter situado e relacional dos processos de produção do conhecimento sociológico, questionando assim os fundamentos positivistas de validação do saber científico e as recorrentes pretensões de transcendência, neutralidade e universalismo que os acompanham.

Por outro lado, nos afastamos dos pressupostos ontológicos das metodologias qualitativas humanistas tradicionais legados pela metafísica individualista clássica, na medida em que entendemos que os isolamentos *a priori* de dimensões do mundo (material e discursivo, natural e cultural, etc.) e de entidades variadas (corpos humanos e não-humanos, dispositivos tecnológicos, normas de gênero, práticas de produção de conhecimento, etc.) invisibilizam os entrelaçamentos constitutivos daquilo que identificamos como material, corporal e real e o funcionamento dos aparatos responsáveis pela produção de tais “isolamentos”.

Ainda, como antídoto ao antropocentrismo moderno que subjaz às abordagens qualitativas tradicionais, evocamos o princípio de simetria generalizada (Latour, 1994), de modo a advogar pela necessidade de conferir igual importância

⁷⁷ A ancoragem da Teoria Crítica no “velho” materialismo (histórico) e sua autodeclarada posição enquanto promotora pós-metafísica da plena realização do projeto moderno do Esclarecimento são alguns dos fatores que demandam cautela a qualquer tentativa de aproximação ilimitada da mesma às perspectivas informadas pelos neomaterialismos. Apesar de debates sobre as possibilidades de conciliação da Teoria Crítica e dos neomaterialismos caracterizarem um campo de reflexão promissor e potencialmente profícuo (e ainda pouco explorado), discussões dessa natureza fogem ao escopo do presente trabalho. Ver, nesse sentido, Lettow (2016).

de tratamento a actantes humanos, não-humanos, cyborgs, etc., em meio às nossas práticas de pesquisa e análises, evitando assim a atribuição apriorística de “relevância agencial” e o estabelecimento de prioridade explicativa com base em premissas assentes no excepcionalismo humano.⁷⁸

Nesse sentido, ao endossar os fundamentos do realismo agencial baradiano, nossa pesquisa reconhece ser necessária a operacionalização de uma perspectiva metodológica qualitativa que (1) atente à natureza relacional e dinâmica do mundo, negando assim os fundamentos da metafísica individualista moderna; (2) ao negar a premissa de existência de um abismo ontológico entre sujeito e objeto, questione também separações rígidas entre discurso e matéria, teorização e pesquisa empírica, realizando-se enquanto simultânea e inextricavelmente “teorização empírica” ou “empíria teórica”; (3) reconheça, em uníssono com a onto-epistemologia realista agencial, que investigações envolvem práticas que contribuem para a produção da realidade e dos objetos de que falam (Law, 2004: 5), de modo a compreender que métodos e metodologias detêm dimensão material de existência, são formas particulares de engajamento no/com o mundo e partes

⁷⁸ Esse reconhecimento do papel crucial desempenhado por agências não-humanas nos processos relacionais que cumprem em constituir aquilo que chamamos de “real” figura como um dos principais alvos das críticas habitualmente endereçadas ao neomaterialismo. Analogamente a contestações direcionadas à Teoria Ator-Rede, essas críticas defendem que, ao deslocar a figura humana de sua tradicional posição de centralidade em relação aos demais actantes do mundo, o neomaterialismo estaria edificando um quadro especulativo de limitado potencial político e que pouco contribui para o avanço de necessárias transformações radicais das relações de poder vigentes – transformações estas vistas como dependentes de “conscious, spontaneous, and reflexive human subjects” (Boysen, 2018: 226). Rekret (2016) aprofunda tais críticas de natureza política afirmando que o neomaterialismo, ao formular suas considerações das separações ontológicas produzidas entre sujeito e objeto, humanos e não-humanos em termos éticos, obscurece as condições históricas responsáveis pela realização desses cortes agenciais excludentes, de modo a dar origem a uma vertente teórica materialista compatível com o capitalismo contemporâneo. Acreditamos que as análises empíricas que conduzimos na segunda parte da tese evidenciam o potencial político das perspectivas neomaterialistas e, em especial, do realismo agencial de Karen Barad, assim como desautorizam as alegações feitas por Rekret (2016) de que o neomaterialismo perde de vista a base material (condições históricas situadas) da qual emergem cortes agenciais particulares (nesse sentido, ver especificamente o Capítulo 5 e a historicização do “corpo epidérmico” que apresentamos na Conclusão).

dos aparatos material-discursivos que constituem os *phenomena* que alegam unicamente estudar; (4) conceba as dimensões éticas inerentes a qualquer prática de pesquisa assente em uma visada onto-epistemológica, identificando aquilo que Mol (2002) chama de *política ontológica* em funcionamento em qualquer processo de produção de conhecimento.

Cabe aqui dedicarmos algumas linhas adicionais à explicitação da importante dimensão ético-política aludida no último ponto. Entendemos ser necessária a atribuição de uma renovada centralidade à faceta ética dos processos de pesquisa, uma vez que, no quadro realista agencial, esta não mais pode se limitar à responsabilidade em produzir descrições precisas e fiéis de objetos radicalmente exteriores. Colapsado o império positivista e, com ele, a hegemonia dos critérios de definição de validade do conhecimento com base exclusivamente no grau em que este estabeleceria correspondência com uma imaginada realidade independente, cabe agora avançarmos visadas norteadas por uma “objetividade forte” (Harding, 1995), que reconheçam as práticas de produção do conhecimento como formas (situadas e parciais) de intervenção no mundo e, nesse sentido, articulem em seus critérios de justificação epistêmica considerações diretamente éticas e políticas sobre as consequências observadas ou esperadas dos diversos conhecimentos produzidos. Em outras palavras, informados pelo pragmatismo epistemológico, cremos que os saberes produzidos por qualquer esforço investigativo devem também ser avaliados à luz das possibilidades políticas que proporcionam, em termos de suas capacidades de facilitar ou impedir intervenções

no mundo dedicadas à efetiva realização de ideais utópico-normativos de igualdade, solidariedade e justiça social.⁷⁹

Isto posto, resta indagarmos: como uma pesquisa qualitativa (auto)crítica materializa-se na prática? Como um primeiro passo no sentido de responder a tal questionamento, acreditamos ser útil, anteriormente à definição clara dos métodos mobilizados para produção e análise de informações no presente estudo, expormos, *ex negativo*, alguns “caminhos” e norteadores de nosso esforço empírico.

Primeiramente, em nossas análises não buscamos “higienizar” a aparente “desordem” (como diria John Law) dos fluxos de agências, redes e relacionalidades complexas que marcam os *phenomena* de nosso interesse, visando que estes se adaptem (harmoniosa, porém artificialmente) às grelhas conceituais e interpretativas tradicionais. Tal negação implica, concretamente, que o texto gerado pelo trabalho empírico apresente repetidas transições de níveis de análise, tempos e espaços, que fogem a um ortodoxo “relato de pesquisa de campo” ou a uma linear “análise de discurso”, assim como seja forjado por/em uma intensa polifonia, própria de seu caráter relacional e *intra-ativo* (Barad, 2007).

Além disso, não objetivamos explicar ou desvendar quaisquer “realidades” pretensamente subjacentes a relações e práticas variadas que poderiam as obscurecer. Ao contrário, pretendemos sublinhar como tais “realidades” são produzidas *por*, e apenas adquirem existência *em*, práticas e relações, pautando-nos pelo conceito de *coisas-intra-phenomena* (Barad, 2007). Nesse quadro

⁷⁹ A nomeação de tais ideais não pretende falsear um imaginado sentido unívoco e consensual dos mesmos, ocultando sua natureza enquanto “conceitos essencialmente contestados” (Gallie, 1956), cujas próprias definições são terreno de intensas disputas.

analítico, não há *a priori* a ser explicado; não há nenhuma corporalidade ou subjetividade preexistente e ensimesmada, cuja realidade “em si” desvendaremos mediante a aplicação de métodos específicos, pois nada “é” sozinho – “to be is to be related” (Mol, 2002: 54).

Em suma, nos acompanha durante todo o esforço empírico a preocupação em pensar novas formas de nos situar e atuar, enquanto produtores de conhecimento (ou, mais propriamente, evocando a formulação deleuze-guattariana, *devir-pesquisadores*), em/com um mundo no qual “os objectos em si são menos reais que as relações entre eles” (Santos, 2008: 56).⁸⁰

4.3. Métodos

4.3.1. Produção de dados e participantes

No presente estudo, a perspectiva metodológica qualitativa (auto)crítica instancia-se na forma de um leque de procedimentos. À guisa de métodos empíricos para produção de informações, valemo-nos de entrevistas semi-estruturadas.

Segundo Manzini (1990), as entrevistas semi-estruturadas são caracterizadas pela definição de um assunto em torno do qual é desenvolvido um roteiro com perguntas principais, que serão complementadas por outras questões

⁸⁰ A essa altura, são evidentes as confluências de nossa perspectiva metodológica qualitativa (auto)crítica com as teorizações que formam aquilo que Elizabeth St. Pierre (2011) nomeou de “investigação pós-qualitativa” (*post qualitative inquiry*). Todavia, se nos acercamos dessa abordagem em nosso movimento de “dobra sobre si”, problematizando os fundamentos metateóricos das metodologias qualitativas tradicionais, da perspectiva pós-qualitativa nos afastamos na medida em que não renunciamos a uma valência diretamente política dos esforços de pesquisa e de seus objetivos. Em outras palavras, enquanto as reflexões pós-qualitativas se restringem a uma noção de *crítica* como pensada por Foucault e Derrida, sendo esta fortemente tributária da desconstrução (ver St. Pierre, 2018: 1047-1048), a perspectiva qualitativa (auto)crítica soma a tal dimensão um entendimento de *crítica* que opera de maneira a demandar das práticas de produção de conhecimento movimentos politicamente engajados em direção à superação das formas diversas de dominação vigentes.

inerentes às circunstâncias particulares da entrevista. Ainda de acordo com o autor, essa modalidade de entrevista diferencia-se das demais por permitir a emergência de informações de modo mais livre e flexível, não condicionando as respostas a uma rígida padronização de alternativas (Manzini, 1990: 154).

No âmbito da presente investigação, foram realizadas 14 entrevistas com 13 mulheres acometidas por uma forma rara de malformação do aparelho reprodutor, que se manifesta na ausência congênita do útero (ou presença do órgão em forma rudimentar) e agenesia vaginal (presença de 1/3 do canal vaginal) (Rabelo, 2018), conhecida na literatura médica como Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH)⁸¹. A condição é subdividida em dois tipos: MRKH tipo 1 ou forma típica e tipo 2 ou atípica. A forma típica é caracterizada pela alteração uterovaginal isolada e presença de remanescentes müllerianos simétricos e trompas normais, ao passo que a forma atípica inclui hipoplasia assimétrica dos remanescentes müllerianos, displasia das trompas e outras malformações associadas – as mais frequentes sendo malformações renais, anomalias esqueléticas e, mais raramente, perturbações auditivas e malformações cardíacas (Sousa *et al.*, 2014: 8-9)⁸². Apesar de pesquisas terem avançado hipóteses sobre as contribuições de fatores genéticos e ambientais para o desenvolvimento da Síndrome, sua etiologia permanece desconhecida (Sousa *et al.*, 2014: 8).

O grupo de participantes foi composto de mulheres com idade entre 20 e 46 anos, sendo 10 entrevistadas de nacionalidade brasileira (nove residentes no Brasil

⁸¹ Uma das participantes concedeu duas entrevistas, sendo a segunda delas dedicada ao aprofundamento e esclarecimento de tópicos mencionados brevemente na primeira oportunidade.

⁸² A variação mais severa do tipo 2, que envolve graves alterações em rins e esqueleto, é conhecida como MURCS (*Mullerian duct aplasia, Renal dysplasia and Cervical Somite anomalies*) (Borges *et al.*, 2012).

e uma residente em Portugal), duas entrevistadas de nacionalidade portuguesa (uma residente em Portugal e uma residente na Inglaterra) e uma entrevistada de nacionalidade espanhola (residente na França). A seleção de participantes se deu segundo técnica de amostragem em bola de neve.

As entrevistas foram realizadas via videochamadas entre os meses de maio e setembro de 2020⁸³, e conduzidas com base em um guião contendo perguntas formuladas de maneira propositadamente aberta, que versavam sobre as diversas dimensões das vivências encarnadas de mulheres com MRKH, tendo como interesse transversal o caráter relacional dos processos material-discursivos de constituição de seus corpos e propriedades corporais. Buscou-se encorajar as entrevistadas a falarem sobre seus corpos, sua condição e suas relações cotidianas com demais pessoas (parceiras/os, familiares, amigas/os, pessoal clínico) e actantes não-humanos (normas acerca da anatomia feminina, tecnologias terapêuticas, etc.). Dessa forma, as questões presentes no roteiro de entrevista almejavam interpelar os corpos e suas propriedades enquanto *phenomena*, isto é, como realidades relacionais cuja estabilidade, capacidades e limites são instanciados contextualmente mediante o funcionamento de uma miríade de “aparatos de produção corporal” (Haraway, 1988; Barad, 2007).

É de capital importância salientarmos que o afastamento de nossa abordagem metodológica em relação à perspectiva qualitativa tradicional não emana especificamente dos métodos particulares que mobilizamos para produção de informações empíricas. De fato, entrevistas têm sido extensivamente usadas

⁸³ A opção pela realização das entrevistas via videochamadas se deu tendo em vista critérios de conveniência (seria impossível nos deslocarmos para os 4 países onde as participantes residiam) e respondeu aos imperativos de afastamento social e confinamento impostos pela situação epidemiológica instaurada, a nível mundial, pela pandemia do novo coronavírus.

nas ciências sociais no decorrer de grande parte de sua história enquanto ramo científico, sendo que os primeiros escritos “sociológicos” (isto é, produzidos por sociólogos/os ou endereçados prioritariamente a estas/estes) a se debruçarem pormenorizada e sistematicamente sobre os potenciais e limitações dessa forma de “levantamento de dados empíricos” remetem aos primeiros manuais gerais de métodos de pesquisa em ciências sociais, publicados nas décadas de 1920 e 1930 (Platt, 2012: 11).

Entretanto, nossa pesquisa, diferentemente de investigações alicerçadas em metodologias qualitativas humanistas convencionais, não compreende o método de entrevistas como uma forma de produzir descrições rigidamente apartadas (temporal e espacialmente) de acontecimentos autônomos. De fato, conceber que entrevistas são mecanismos linguísticos de mediação que nos permitem acesso privilegiado àquilo que “realmente aconteceu” – *a experiência*, esse elusivo referente material exterior à linguagem e que parece sempre escapar à sua plena captura pela memória – presume determinada referencialidade da linguagem que só poderia ser endossada à custa da completa negação dos desenvolvimentos teóricos pós-estruturalistas acerca do caráter produtivo dos discursos em relação aos objetos que alegam representar.

Ao invés de negarmos o pós-estruturalismo, realizamos um movimento contrário, animado pela seguinte indagação: de quais maneiras é transformado o modo como compreendemos as relações estabelecidas entre “relatos” e *experiências* caso levemos realmente a sério as contribuições pós-estruturalistas?

Ao transpormos a lógica que fundamenta a teoria butleriana da performatividade do gênero (Butler, 2003) à problemática das relações entre *experiência* e “relatos” produzidos em entrevistas – estabelecendo determinada

homologia entre os termos matéria/sexo/experiência e discurso/gênero/relato –, temos que, assim como o gênero não consiste nos sentidos atribuídos a uma realidade sexual preexistente à sua articulação discursiva, mas figura enquanto um aparato discursivo através do qual se cria a ilusão do sexo como realidade pré-linguística, os “relatos” que tomam parte nas entrevistas não apenas articulam verbalmente experiências preexistentes, mas contribuem para a construção destas. Como aponta Guntram (2014), através de relatos e narrativas;

[...] indivíduos são capazes não só de relatar e descrever suas experiências para um público específico, mas as narrações também permitem que eles reinterpretem e negociem suas relações com o mundo e podem, portanto, ser centrais na formação de experiências (Guntram, 2014: 21)⁸⁴

Nos marcos de um quadro não-representacionista da linguagem, portanto, “relatos” são tomados não como enunciados constataivos que refletem determinada realidade independente, mas como práticas discursivas que performativamente atuam na produção de realidades, sentidos e vivências (Davies; Davies, 2007). Por sua vez, a *experiência*, um *topos* central das abordagens metodológicas qualitativas tradicionais, é agora compreendida como detentora também de uma fundamental dimensão discursiva, em detrimento da concepção que a caracteriza enquanto unicamente material (os fatos).

Propomos ainda, à luz do realismo agencial de Karen Barad, a problematização do tradicional ideal sonhado por pesquisadoras/es ao realizarem entrevistas, no que diz respeito à possibilidade de redução – ou mesmo completa eliminação – do espaço que separa o que é dito pela/o entrevistada/o e aquilo que

⁸⁴ Tradução livre. No original: “[...] individuals are able not only to recount and describe their experiences to a specific audience, but narrations also enable them to reinterpret and negotiate their relationships with the world and may thus be central in the formation of experiences” (Guntram, 2014: 21).

“realmente aconteceu”. Na esteira da radical relacionalidade promulgada por Barad, é possível afirmar que essa presumida lacuna entre aquilo que é contado e os “fatos” não indica um obstáculo de ordem epistemológica, decorrente de uma imaginada falha da/do informante em descrever fielmente uma experiência em todos os seus detalhes. Ao contrário: essa “falha” ou incompletude está inscrita ontologicamente na própria *experiência* “em si”, razão pela qual é incontornável.

O esforço de investigação que busca, através de relatos, alcançar imediatamente o que “realmente aconteceu” está fadado ao fracasso desde o início, pois presume a existência de um objeto (no caso, a *experiência*) independente e plenamente constituído *a priori*. *A experiência só alcança determinada estabilidade ontológica contingente no momento de sua aparente descrição*. Em uma leitura informada pelo realismo agencial, entrevistas figuram como oportunidades de preenchimento contextual da irreduzível lacuna constitutiva do “objeto”, permitindo a performance de acontecimentos enquanto realidades anteriores e completas em si. Em nosso estudo, mais que momentos de rememoração, entrevistas tornam-se eventos de cocriação.

Todavia, devemos atentar para o fato de diversos condicionantes materiais influenciarem o modo como se dá a construção performativa da *experiência* no momento das entrevistas.⁸⁵ Lisa Guntram, em sua discussão sobre as dificuldades por ela enfrentadas em uma pesquisa que envolveu a realização de entrevistas junto a mulheres com MRKH e Síndrome de Turner, descreve uma interação com

⁸⁵ Tal endosso das contribuições pós-estruturalistas anteriores, somado à sua complementação com uma renovada ênfase na materialidade das agências que compõem os *phenomena*, caracteriza um movimento comum ao neomaterialismo de interpelação de demais tradições intelectuais de maneira a dizer “sim, e também” (Dolphijn; Tuin, 2012).

um colega pesquisador, cujo comentário é revelador de determinada dimensão material muitas vezes negligenciada nos debates sobre práticas de pesquisa:

Como comentou um colega meu, um professor de cinquenta e poucos anos, não teria sido possível para ele realizar as mesmas entrevistas que eu fiz, tanto em termos das perguntas que fiz quanto da maneira como as fiz (Guntram, 2014: 46).⁸⁶

Tal comentário contribui de duas importantes maneiras para a discussão. Primeiramente, resgata “o pesquisador” de sua habitual posição mágica de observador desencarnado cartesiano, capaz de realizar “the god trick of seeing everything from nowhere” (Haraway, 1988: 581), ancorando-o corporalmente nas práticas materiais de produção do saber científico. Ademais, demonstra como a condição irremediavelmente encarnada do “sujeito do conhecimento” pode impactar o processo dinâmico de coprodução de experiências e relatos no momento da entrevista, atuando de modo a aumentar ou reduzir a distância entre entrevistador/a e entrevistada/o e, em última instância, construindo condições diferenciadas de confiança mútua que permitem (ou limitam) a emergência de determinados *phenomena* (informações, realidades, experiências, afetos, corpos, etc.) em detrimento de outros.

A consideração do caráter corporalmente situado daquele que realiza a pesquisa também responde, aqui, a um imperativo diretamente ético-político. O movimento de elisão do corpo daquele que conduz as entrevistas e escreve estas linhas (um homem cuja anatomia e funções fisiológicas se colocam em conformidade com os parâmetros de normalidade como definidos pelo saber médico vigente e que, em seu país de origem, é comumente heteroidentificado

⁸⁶ Tradução livre. No original: “As a colleague of mine, a male professor in his mid-fifties commented, it would not have been possible for him to conduct the same interviews as I had, in terms of either the questions I had asked or how I had asked them” (Guntram, 2014: 46).

enquanto branco⁸⁷) poderia ser interpretado como forma de perpetuação de uma estrutura euro-androcêntrica de poder e dominação que, no decorrer da história ocidental, teve seu funcionamento baseado na identificação do *cogito* e da consciência imaterial com o “Masculino” e o homem branco, à custa da condenação do “Feminino” e de grupos racializados à pura imanência corporal, à natureza e, por fim, ao papel inferiorizado de “Outro” da Razão. Dessa forma, os diversos vínculos subterrâneos estabelecidos entre a ocultação do caráter encarnado do sujeito produtor do conhecimento científico e dinâmicas longevas de exploração e opressão sexista e racista fazem do esforço de “situar” nossos corpos na pesquisa uma necessidade não apenas teórica, como eminentemente ético-política.

De fato, a natureza íntima e potencialmente sensível das temáticas tangenciadas pelas perguntas feitas às mulheres portadoras de MRKH em nossa pesquisa não permite que a relevância de tal “presença corporal” do entrevistador seja subestimada. Temos consciência que, sem dúvidas, outras falas emergiriam caso os entrelaçamentos constitutivos dessas entrevistas não tivessem envolvido, na qualidade de entrevistador, um homem cuja conformação física se adequa às concepções de normalidade anatômica e funcional masculina vigentes.⁸⁸

⁸⁷ Meu pai nasceu em território indígena, filho de um índio cuja etnia o memoricídio colonial não permite precisar e uma bisneta de imigrantes italianos. Durante toda sua vida, dado seu fenótipo claramente ameríndio, tem ostentado o apelido de “Índio”, alcunha que por vezes também foi direcionada a mim. O tom jocoso que geralmente, mas não sempre, acompanha os usos do apelido nos círculos sociais da classe média urbana paulista tenta dissimular seu efeito deliberadamente estigmatizante, derivado de um contexto no qual dominam associações racistas entre populações originárias e toda sorte de ideias primitivistas. É também presente na família de minha mãe, embora geracionalmente mais distante, a “mácula” do “sangue bugre”. Dessas vicissitudes familiares – sublinhe-se, nada invulgares na população brasileira – e vivências pessoais advém minha autoidentificação como indígena. Não obstante minha ascendência, via de regra sou heteroidentificado como branco em meu país de origem. Como resultado, é possível afirmar que vivencio uma curiosa condição de ser um “branco” de primeira geração.

⁸⁸ É importante salientar que, previamente às entrevistas, todas as participantes foram informadas, mediante uma carta de apresentação, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, a identidade do pesquisador responsável por conduzir as entrevistas e o teor das perguntas que lhes seriam feitas. No documento, além de garantias quanto ao completo anonimato da entrevistada, expomos

Porém, mais que demonstrar a fonte de uma “limitação epistemológica irremediável” de nosso esforço de investigação, derivada da especificidade física daquele que faz as perguntas (o modo como o caráter corporalmente situado do entrevistador afastou nossa investigação da possibilidade de apreensão da “verdade” das experiências vividas pelas entrevistadas), cremos que tal situação sublinha a natureza fundamentalmente relacional – ou, mais propriamente, intrativa (Barad, 2007) – do método de entrevistas, assim como aponta para o fato de que nunca possuímos o pleno controle sobre as agências materiais que constituem as nossas práticas de pesquisa.

Longe de perseguirmos uma posição de agente humano clássico e onipotente, em nossas entrevistas buscamos maneiras de inserir-nos produtivamente (ou “construtivamente”; ver adiante) na “*dança de agências*” (Pickering, 1995) que caracteriza a atividade científica. Nela, estamos constantemente negociando com actantes humanos e não-humanos – sobre os quais, muitas vezes, não temos controle –, em um processo dialógico dinâmico do qual emergem os contornos daquilo que, inicialmente, acreditávamos que iríamos simplesmente “observar” a uma distância segura.

“*Aprender a dançar*” – talvez essa seja uma boa metáfora para expressar aquilo que tentamos cumprir em nossa investigação empírica.

4.3.2. *Análise de dados*

que a ela seria reservado o pleno direito de interromper a entrevista a qualquer momento ou não responder a qualquer uma das perguntas feitas, sem a necessidade de apresentar justificativa.

Jackson (2013) menciona algumas características definidoras de abordagens qualitativas tradicionais no tocante a procedimentos de análise de dados. Segundo a autora,

a análise de dados tradicional em pesquisa qualitativa tende a práticas humanísticas e essencialistas de classificação e agrupamento de dados que parecem ser semelhantes e construção de temas a partir de dados similares, com base em coerência e padrões (Jackson, 2013: 742).⁸⁹

Sob a égide dos imperativos de similaridade, padronização e coerência, as práticas de análise qualitativa convencionais, especialmente quando falamos dos tratamentos despendidos a informações decorrentes de entrevistas, tendem a se aproximar de tentativas de produção de ordem e regularidade, na forma de categorias que apagam as diferenças e privilegiam a identidade entre coisas aparentemente semelhantes (Jackson, 2013: 742). Com isso, são invisibilizadas as relacionalidades complexas e as emergências inesperadas que, segundo as onto-epistemologias que assentam o realismo agencial, são o cerne dos processos de vir-a-ser dos *phenomena* que compõem o real. Em outras palavras, reconhecendo ser o mundo um perene fluxo intra-ativo de agências material-discursivas gerador de contingentes condições ontológicas, devemos atentar para as limitações inerentes a procedimentos analíticos tradicionais, cujos pontos de partida são realidades determinadas, formadas por unidades individualizadas de sentido e passíveis de codificação em termos de aderência a categorias gerais plenamente coerentes e estáveis.

Motivadas/os pelas insuficiências dos métodos de análise convencionais, autoras/os vinculadas/os ao neomaterialismo propuseram diferentes e criativos

⁸⁹ Tradução livre. No original: “traditional data analysis in qualitative research tends toward humanistic, essentialist practices of sorting and grouping data that appear to be similar and building themes from similar data based on coherence and patterns” (Jackson, 2013: 742).

modos de relacionar-se com dados produzidos em pesquisa (Barad, 2007; Jackson; Mazzei, 2012; Davies, 2014; Daza; Huckaby, 2014; Springgay; Truman, 2017; 2018). À luz de tais contribuições anteriores, elegemos a *leitura difrativa* (Barad, 2007) como nosso principal procedimento analítico.

Donna Haraway, em seu seminal *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan©_Meets_OncoMouse™* (2018 [1997]), propõe a noção de *difração* enquanto uma metáfora para expressar “outra forma de consciência crítica” (Haraway, 2018: 273) que deveria permear investigações calcadas nos novos modelos feministas de objetividade forte, de modo a suplantar a longeva metáfora óptica da *reflexão* que informa os processos de produção do conhecimento científico. Segundo a autora, a tradicional prática crítica da reflexividade, à semelhança do fenômeno físico que a inspira, promove o mero espelhamento ou replicação do “mesmo” em outro lugar. Nesse quadro, é presumida determinada oposição rígida entre o figurativo e o real, suscitando preocupações acerca dos estatutos a serem atribuídos a cópias e originais, o que garante as condições epistêmicas de perpetuação do impulso moderno e metafísico de busca por uma presença real e autêntica, que aguardaria para ser “descoberta”, por um conhecimento puro e objetivo, sob camadas de replicação que lhe seriam meros epifenômenos (Haraway, 2018: 16).

Contrastivamente, o principal interesse de uma forma difrativa de ver e pensar, segundo Haraway, é romper com a cadeia de repetição do “mesmo” *ad aeternum*, atentando para os processos mediante os quais diferenças são relacionadamente produzidas. Informada pelo fenômeno físico de difração – que, como vimos anteriormente, consiste no resultado da interação que toma parte no momento em que ondas encontram um obstáculo ou se sobrepõem umas às outras

–, tal forma de pensamento busca analisar como diferenças são criadas no mundo e quais efeitos elas têm sobre sujeitos e corpos, norteadas pelo imperativo ético-político de produzir “more promising interference patterns on the recording films of our lives and bodies” (Haraway, 2018: 16).

Partindo das teorizações de Haraway, Karen Barad (2007) irá superar os limites do uso metafórico do conceito, buscando sistematizar a leitura difrativa enquanto um método de análise. Para a autora, o principal aspecto do fenômeno físico de difração a ser retido por esforços analíticos situados diz respeito ao caráter coconstitutivo do movimento realizado por ondas quando estas se sobrepõem ou alcançam uma obstrução, dando origem a novas combinações de ondas e padrões de interferência construtiva e destrutiva.

Analogamente à forma como ondas, ao interferirem entre si ou com obstáculos, não reproduzem mecanicamente o “mesmo”, mas intra-ativamente materializam algo novo (isto é, produzem novas combinações e padrões de difração), Barad propõe o método difrativo enquanto uma prática de promoção de interferências entre contribuições de diversas áreas disciplinares e posições teóricas, visando observar como novos *phenomena* (novos construtos teóricos, corpos, subjetividades, alternativas políticas, fronteiras, etc.) emergem destes entrelaçamentos. Uma análise difrativa produz, de maneira relacional, algo ontologicamente novo, rompendo assim com o círculo vicioso da repetição, próprio da reflexão (Barad, 2007).

Em nossa tentativa de ler difrativamente visões “umas através das outras” (Barad, 2003: 803), mobilizamos o realismo agencial baradiano, assim como seus diálogos mutuamente construtivos com as proposições de Foucault, Butler e diversas/os outras/os autoras/es advindas/os das mais variadas áreas

disciplinares, enquanto grades de difração que, quando atravessadas pelos dados decorrentes das entrevistas, fazem emergir novas formas de pensar não apenas as vivências de mulheres com MRKH, mas também noções mais gerais como corpo, performatividade, materialização, práticas discursivas regulatórias, etc.

O foco de nosso modelo analítico reside em atentar para os momentos em que dados e teorias interferem entre si construtivamente, tomando como critério para aferição do nível de “construtividade” das interferências não apenas a medida em que as propostas resultantes ampliam ou desafiam o saber científico vigente sobre as problemáticas que nos são de interesse, mas também a intensidade com que as mesmas apontam alternativas políticas capazes de tornar vidas hoje vitimadas por estruturas sociais de poder-saber excludentes e opressivas, mais vivíveis (Butler, 2018).

Em suma, nosso esforço de *leitura difrativa*, mediante engajamentos simultâneos com dados e teorias diversas, almeja observar não o que é *entendido*, mas o que é dinâmica e intra-ativamente *produzido* diferencialmente pelos/nos entrelaçamentos da pesquisa. Em meio a tal abordagem, dados e construtos teóricos não mantêm determinado afastamento estanque ou fronteiras bem demarcadas, mas se produzem mutuamente – *become-with* (Haraway, 2008) – no decorrer do processo de leitura.

A seguir, procedemos à leitura difrativa dos relatos de nossas entrevistadas. Reconhecendo de antemão o caráter multifacetado da problemática de nosso interesse e o incontornável fato de, ao optarmos por uma forma específica de interpelação das falas das participantes, realizamos cortes agenciais excludentes – isto é, delimitamos de modo particular o *phenomenon* em questão, definindo assim visibilidades que implicam a invisibilização de demais aspectos que lhe são

constitutivos –, nossos esforços analítico-argumentativos se ocupam de duas “dimensões” particulares das vivências encarnadas de mulheres com MRKH, tomando-as enquanto exemplos analíticos que facilitam o desdobramento de nossas considerações político-teóricas. São estas (1) as capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH e (2) a agenésia vaginal congênita associada à Síndrome e os procedimentos médico-terapêuticos comumente mobilizados em seu tratamento.

Parte II

Corpos (não só) de carne e osso

Capítulo 5

A complexidade relacional das capacidades reprodutivas de mulheres com MRKH

5.1. Os limites de leituras biomédicas e construtivistas

Para investigadoras/es que pautam seus esforços analíticos de dados empíricos pela busca por homogeneidade, continuidades e repetição de temas, as falas das participantes da presente pesquisa figurariam como um enorme desafio. De fato, as entrevistas apresentaram teor marcadamente diversificado, sendo raros casos em que um tema específico foi abordado segundo uma mesma perspectiva, valorado de maneira comum ou hierarquizado, em termos de sua relevância em meio à experiência geral de viver com MRKH, de modo similar por mais de uma entrevistada.

Não obstante, um tema particular destacou-se não apenas por se fazer presente em praticamente todos os relatos, subvertendo assim a tendência geral à heterogeneidade, como também por ocupar, em diferentes falas, uma posição central, por vezes tomando a forma de elemento estruturante das vivências da entrevistada, em comparação com o qual demais dimensões da MRKH assumiram a condição de preocupações de segunda ordem. Referimo-nos às dificuldades reprodutivas associadas à Síndrome.

Em um dos relatos, **V**, atualmente com 46 anos, relembra o momento em que recebeu a notícia de ter MRKH. Curiosamente, em sua fala a ênfase é dada

não à recém-descoberta condição congênita rara, mas ao diagnóstico de infertilidade que a acompanhou:

V: Mudou tudo, tudo, tudo... [...] Eu queria me casar, eu queria ter filhos, e aí, quando você descobre que você não vai viver esse processo normal de todo mundo... Nossa, aquilo para mim foi a morte! Nossa, a infertilidade para mim foi a pior coisa.

Entrevistador: A infertilidade teve um papel importante, então...

V: Demais! Foi assim... me jogou no chão! Foi o que mais me fez sofrer e, de vez em quando, [ainda] me faz sofrer (*EV*, 24min 50s – 25min 50s). [...] Como é que uma menina descobre que não pode ser mãe e não vai chorar? (*EV*, 30min 05s)

Esse relato exemplifica o tom dominante que permeia as colocações das entrevistadas acerca das limitações reprodutivas que, de acordo com o discurso médico, são inerentes à Síndrome (Richards *et al.*, 2019; Heller-Boersma; Edmonds; Schmidt, 2009). Majoritariamente significada como fonte de sofrimento profundo (comparável, segundo **V**, à morte), a infertilidade é também compreendida reiteradamente pelas participantes do estudo como um fundamental obstáculo ao estabelecimento de relações amorosas duradouras e enquanto impeditivo à condução de uma vida “normal” – expressos, no trecho acima, via a menção a um pretérito desejo de “casar”⁹⁰ e à decretação da inviabilidade futura de vivenciar “processos normais de todo mundo”.

Nos debrucemos mais detidamente sobre essa relação entre MRKH e capacidades reprodutivas. Uma análise biomédica enfatizaria anomalias dos

⁹⁰ Nota-se na fala de **V** o funcionamento implícito da concepção normativa de casamento enquanto relação cuja finalidade inequívoca é a procriação, posição teleológica corrente desde a antiguidade clássica (Foucault, 2019: 36). Para a entrevistada, uma vez descoberta sua “inaptidão” à procriação, lhe é vedado, ou destituído de propósito, o antigo desejo de casar.

órgãos reprodutores femininos, identificando mulheres com MRKH enquanto portadoras de uma congênita “infertilidade devido a fator uterino absoluto” (*absolute uterine factor infertility*) – isto é, incapacidade de gerar filhos decorrente da ausência ou malformação do útero (Richards *et al.*, 2019). Tal entendimento é evidenciado na fala de **M**, que aos 17 anos, após a realização de um ultrassom, relata ter ouvido de um médico “você não tem útero e nunca vai poder ser mãe”. O mesmo tom fatalista permeia o relato de **A**, enfermeira com MRKH, que se refere à infertilidade como “aquilo que não tem solução”, em oposição à malformação vaginal.

Com base nessas colocações, fica claro que a visada biológica sobre a qual se assenta o discurso médico concebe as capacidades reprodutivas de mulheres com MRKH em termos estritamente causais, deterministas e universais: sendo o útero um dos principais órgãos do sistema reprodutor feminino, e tendo em vista que mulheres com MRKH não têm útero (ou o têm em forma rudimentar), conclui-se que mulheres com MRKH são invariavelmente incapazes de reprodução. Em outras palavras, ao definir a essência da infertilidade (ausência ou hipoplasia uterina), a biomedicina define a infertilidade como essência – enquanto uma limitação de ordem biológica “sem solução”, essencial a tais corpos em todos os espaços e tempos e responsável por condenar estas mulheres à experiência comum de “*nunca* poderem ser mães”.

Uma análise construtivista, em contraposição, se dedicaria à consideração dos modos como diferentes discursos significam as capacidades reprodutivas femininas e, nesse processo, definem formas socio-historicamente particulares de vivenciá-las. Uma abordagem dessa natureza, ao “focar na intervenção produtiva

das interpretações culturais e a importância do contexto” (Kirby, 2017: x)⁹¹, enfatizaria as insuficiências das leituras estritamente biológicas, acusando-as de realizarem uma indevida universalização do fenômeno e incorrerem em perniciosos reducionismos e essencialismos biológicos.

O inequívoco antiessencialismo do pensamento de Michel Foucault faz do autor (e das proposições pós-estruturalistas de modo mais geral) um referencial recorrentemente evocado por esforços construtivistas dedicados à desnaturalização de “incapacidades” ou “limitações” tradicionalmente concebidas pelo discurso médico como imanentes a determinados atributos corporais e biológicos (Feely, 2016). Uma característica fundamental dessas leituras é o deslocamento que promovem do foco de análise: de traços físicos, objeto de interesse da biomedicina, para as normas sociais que definem determinados atributos corporais como marcas indelévels de inferioridade e anormalidade (Minich, 2016).

Conforme discutido anteriormente, Foucault entende que, a partir do século XVIII, se estabelece no ocidente uma nova racionalidade política dominante que elege a vida, os corpos e seus mecanismos vitais enquanto objetos prioritários de interesse e controle. Nesse novo paradigma moderno, o exercício do poder é garantido mediante o funcionamento de um conjunto amplo de discursos, como por exemplo os discursos médico-científicos, responsáveis pela classificação e prescrição de respostas à diversidade humana. Tais tecnologias de poder-saber significam diferencialmente as propriedades físicas e biológicas dos corpos, funcionando como “práticas divisoras” (Foucault, 1995: 231) que, imbuídas na

⁹¹ Tradução livre. No original: “[focus] on the productive intervention of cultural interpretation and the difference that context makes” (Kirby, 2017: x).

autoridade conferida às ciências, simultaneamente *produzem e separam* subjetividades normais (sãos, sadios, aptos, etc.) e anormais (loucos, doentes, deficientes, etc.). Os critérios de “normalidade” que informam tal divisão hierárquica dos corpos, apesar de reivindicarem para si o estatuto de saberes objetivos e transcendentais, são socio-historicamente contingentes e, por conseguinte, eivados das relações de poder e dominação próprias à formação social da qual emergem, estando, na modernidade ocidental, intimamente ligados a um modelo de gestão da vida pautado pela maximização das capacidades produtivas a nível individual e coletivo (Dreyfus; Rabinow, 1995).

Nesse regime de biopoder, a infertilidade feminina é produzida enquanto “diferença pejorativa” (Braidotti, 2006: 130), uma vez que representaria uma forma de falência orgânica danosa à saúde e vitalidade não apenas do corpo individual (o sujeito), como também do “corpo social” (a população), que vê na otimização das capacidades reprodutivas das mulheres as precondições materiais para sua perpetuação em termos econômicos e políticos. Como aponta Silvia Federici, o potencial reprodutivo feminino é, na modernidade ocidental, revestido de importância socioeconômica central, na medida em que dele depende a produção e reprodução da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho (Federici, 2017: 17).

São estabelecidas e diferencialmente valoradas, assim, duas posições de sujeito opostas. De um lado, a celebrada figura da *mãe*, realizadora daquela que é entendida como a “principal função social da mulher” – qual seja, “produzir e criar filhos para gerar riqueza ou poderio bélico (na forma de novos trabalhadores e soldados)” (Zirbel, 2019: 127). De outro, sua antítese inferiorizada, a *mulher infértil*, compreendida como destituída das condições orgânicas necessárias à

maternidade (culturalmente construída enquanto desejo natural inerente à feminilidade) e à produção de corpos social e economicamente úteis.

As contribuições foucaultianas, portanto, oferecem valiosos pontos de partida para aproximações analíticas não-essencialistas das capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH. Com base nas teorizações do pensador francês, podemos vislumbrar claramente que o sofrimento e os prejuízos psicológicos e sociais, tão presentes nas falas de nossas entrevistadas quando tratando do diagnóstico de infertilidade, não são produtos naturais e inevitáveis de putativas limitações funcionais *per se*, mas sim efeitos das normativas culturais vigentes, que exaltam a fertilidade como atributo máximo da mulher e promulgam a maternidade enquanto fundamento da subjetividade feminina normal e desejável, relegando mulheres com MRKH à posição de indivíduos incompletos, presos a um corpo que seria a cópia malfeita do “modelo ideal”. Em outras palavras, a leitura foucaultiana desvela o caráter socio-historicamente situado e ideologicamente investido das definições modernas de normalidade corporal e funcional que se reivindicam plenamente objetivas, desinteressadas e a-históricas, demonstrando como os sentidos de “anormalidade” e “inferioridade” atribuídos aos corpos inférteis – portanto, a infertilidade enquanto inferioridade – são construídos em meio às dinâmicas de funcionamento dos dispositivos regulatórios do biopoder.⁹²

⁹² Estudos advindos da antropologia também endossam o questionamento construtivista da homogeneização da experiência da infertilidade feminina, subjacente às análises médico-biológicas, demonstrando as especificidades e variações locais das vivências sociais dessa condição. Nesse sentido, Héritier-Augé (1989) nos apresenta, por exemplo, que entre os Nuer da África Oriental, uma mulher casada que se mantém sem filhos após um determinado número de anos retorna à sua família de origem e passa a ser considerada pela comunidade como um homem, podendo até mesmo se reinserir em relações matrimoniais institucionalizadas na posição de “marido”. Já entre os Ekiti do sudoeste da Nigéria, a infertilidade é vivenciada pelas mulheres como um estigma cujos efeitos excludentes as acompanham mesmo após a morte. Ademola (1982) relata que, nessa comunidade, mulheres inférteis são ostracizadas e seus corpos são enterrados nos arredores da cidade junto aos de “pessoas dementes”.

No entanto, apesar de seus méritos, tal visada construtivista não parece ser suficientemente *radical* em seu esforço de desnaturalização, no exato sentido de, remetendo à célebre definição marxiana de radicalismo, não atingir as raízes ou fundamentos do problema que busca superar, o essencialismo biológico. De fato, o construtivismo cultural, ao situar nos textos, nos sentidos, enfim, nas epistemes, seu objeto praticamente exclusivo de escrutínio, implicitamente relega propriedades orgânicas e capacidades corporais à condição de espontaneidades biológicas preexistentes, estáveis e independentes, contrastando com o caráter construído, variável e relacional atribuído às estruturas linguísticas de inteligibilidade que as significam e definem os modos particulares como serão vivenciadas em cada contexto. Ou seja, a infertilidade “construída” culturalmente parece reter um estatuto ontológico à parte dessa construção, que foge ao alcance crítico-analítico do cientista social construtivista. Vislumbramos assim um traço característico das abordagens construtivistas de inspiração pós-estruturalista: sua dificuldade em discutir a materialidade corporal e a experiência encarnada.

Tal dificuldade em lidar com a “carne”, nos escritos de Foucault, assume a forma de um recurso relutante, mas persistente, a um excesso ontológico dos corpos impossível de ser capturado pelo discurso, nomeado de maneira variável pelo autor enquanto “corpos e seus prazeres”, “resistência” ou “loucura” (Dews, 1996: 58-60). Essa evocação foucaultiana de uma dimensão natural-fisiológica estável, estabelecida em oposição aos aparatos discursivos que a significam – passível de ser entendida enquanto uma prefiguração do butleriano “exterior constitutivo do discurso” – é problemática pois, entre outros efeitos perniciosos, replica a metafísica que fornece ao naturalismo e ao determinismo biológico suas bases.

Diante das persistentes insuficiências e limitações que transversalizam abordagens biomédicas e construtivistas, somos levados a indagar: haveria alguma forma de pensarmos as capacidades reprodutivas dos corpos de mulheres com MRKH como algo mais que um passivo “fato biológico” ao qual anexamos sentidos? Seria possível conferir a tais capacidades “elas mesmas”, e não apenas a seus sentidos, um caráter processual, emergente e relacional? Em caso afirmativo, quais seriam as relações que as constituem e, mais especificamente, que as constituem de modo variável? Ainda, quais são as problemáticas ético-políticas amplas suscitadas pelo funcionamento de tais forças constitutivas?

A seguir, sugerimos um modo alternativo de interpelação das capacidades reprodutivas dos corpos de mulheres com MRKH. Como veremos, perspectivadas via o realismo agencial de Karen Barad, fertilidade e infertilidade se apresentam enquanto *phenomena* sociomateriais em constante transformação, cuja complexidade tecnológica, política, econômica e social torna insustentável qualquer tipo de determinismo biológico.

5.2. Capacidades reprodutivas à luz do realismo agencial

J, portuguesa de 33 anos, descobriu ser uma “mulher Rokitansky”⁹³ aos 17 anos. À semelhança de **V**, ela afirma que o aspecto da Síndrome que “mais lhe custou” aceitar – em suas palavras, aquilo que caracterizou “a dor maior” – foi as restrições reprodutivas associadas à doença. Enquanto discorre sobre sua história e a de demais mulheres que convivem com o diagnóstico de infertilidade – **J**

⁹³ O uso da expressão “mulher Rokitansky” como forma de autoidentificação se fez presente em diversas entrevistas. Nesse sentido, é interessante notarmos os esforços de apropriação e ressignificação mediante os quais uma categoria biomédica patologizante se converte em fundamento para a formação de identidades individuais e coletivas, fenômeno este que reitera a potência da visada foucaultiana, em sua ênfase nas relações estabelecidas entre dispositivos discursivos de poder-saber e processos de subjetivação.

participa da Associação Portuguesa de Fertilidade e mantém forte ativismo político, assim como administra um site no qual compartilha sua história e de outras mulheres diagnosticadas como inférteis –, ela faz uma afirmação que parece desafiar os entendimentos amplamente compartilhados acerca das capacidades reprodutivas de mulheres com MRKH:

J: Nos casos de Rokitansky – é uma coisa curiosa –, nós somos inférteis, mas, ao mesmo tempo, não somos (EJ, 37min 38s).

À primeira vista, essa afirmação causa alguma estranheza. Afinal, o entendimento biomédico da infertilidade dos corpos com MRKH enquanto uma verdade biológica objetiva e passível de constatação empírica deixa pouco espaço para qualquer tentativa de relativização, o que empresta um caráter paradoxal e contraintuitivo ao comentário, algo que **J** parece reconhecer ao adjectivá-lo como “curioso”.

Leiamos difrativamente a fala de **J** através de um dos pilares do realismo agencial, o princípio da indeterminação. Como visto anteriormente, no âmbito da mecânica quântica, entes físicos podem apresentar características e propriedades variáveis dependendo das circunstâncias experimentais às quais são submetidos. No famoso experimento da dupla fenda, por exemplo, elétrons ora apresentam “natureza” ondulatória, ora corpuscular, alternando seu estatuto de acordo com modificações feitas no aparato mobilizado para sua observação. Assente nas teorizações anteriores de Niels Bohr, Barad aponta que tais resultados experimentais denunciam as insuficiências da metafísica individualista clássica, que promulga a existência de entidades autônomas e detentoras de atributos intrínsecos. Para a autora, “there are no inherently bounded and propertied things

that precede their intra-action with particular apparatuses” (Barad, 2012: 80) – isto é, a determinação da natureza de uma “entidade” depende da especificação dos aparatos mobilizados contextualmente no ato de sua aparente “observação”. Os arranjos físicos que caracterizam cada contexto experimental desempenham um papel produtivo – como coloca Barad (2007: 31), “proto-performativo” – em relação aos “objetos” que pretensamente apenas observariam a partir de uma posição de exterioridade. Segundo o princípio da indeterminação, portanto, entidades não possuem propriedades essenciais, preexistentes e alheias aos contextos; pelo contrário, são os aparatos em funcionamento em cada contexto particular os responsáveis pela resolução local da indeterminação ontológica dos “objetos”.

Ao aludir a determinada ambiguidade ontológica dos corpos de mulheres com MRKH, afirmando que eles são inférteis e também não o são, J aponta para o fato de atributos e capacidades corporais serem realidades relacionais (*phenomena*) que assumem conformações variáveis de acordo com os contextos nos quais se inserem, não se tratando de inflexíveis essências transcendentais preexistentes. Nesse quadro, capacidades reprodutivas e o “contexto” são vistos como não estabelecendo entre si uma relação de rígida exterioridade. As primeiras estão inextricavelmente entrelaçadas ao “social” e apenas alcançam suas instanciações particulares em meio a intra-ações com agências e práticas sociomateriais que, *prima facie*, aparentam ser rigidamente extracorporais, como fatores de ordem tecnológica, política, econômica, cultural, entre outros. Segundo o realismo agencial, tais fatores contextuais são “aparatos de produção corporal”, isto é, em semelhança aos arranjos laboratoriais no experimento da dupla fenda, consistem em agências que solucionam local e temporariamente a inerente indeterminação ontológica dos corpos com MRKH, materializando-os enquanto

capazes ou incapazes de reprodução. Não especificados os aparatos constitutivos em funcionamento em cada contexto, tais corpos não podem, a rigor, ser identificados inequivocamente como férteis ou inférteis.

Em suma, da aproximação das teorizações baradianas e da fala de **J** emerge um convite a resistirmos à tentação de atribuir aos corpos características e capacidades constantes, universais e independentes dos contextos e aparatos material-discursivos que as produzem. Estando os corpos sempre-já inseridos em contextos mutantes, o conjunto de seus atributos estará também em perene transformação, de acordo com as intra-ações que tomam parte em diferentes situações. Nesse sentido, tentativas de identificação de suas “essências eternas” (características que lhes seriam comuns em todos os espaços e tempos) são vistas enquanto esforços reféns da metafísica individualista clássica e sua ilusória crença na independência ontológica dos “objetos” do mundo.

Visando tecer carne nesses ossos teóricos (Tuana, 2008: 194), procedemos à análise de relatos que ilustram como os corpos com MRKH adquirem conformações ontológicas variáveis (enquanto férteis ou inférteis) de acordo com as intra-ações que tomam parte em diferentes contextos. Primeiramente, debruçamo-nos sobre o relato de **S**, uma “mulher Rokitansky” que, apesar de ter sido diagnosticada como infértil, se tornou mãe de uma filha biológica. Em seguida, analisamos as falas de **AL**, mulher que compartilha da mesma condição médico-patológica que **S** e do sonho de ser mãe mas, diferentemente dela, vivencia a reprodução enquanto uma impossibilidade.

Nossa leitura se dedica a desvelar alguns dos aparatos material-discursivos que intra-ativamente produzem tais corpos enquanto capazes ou incapazes de reprodução, evidenciando também como, destas intra-ações constitutivas,

emergem novos sentidos e implicações ético-políticas passíveis de consideração crítica no concernente aos modos como reiteram ou desafiam relações de poder assimétricas e práticas regulatórias.

Nesse sentido, propomos uma compreensão das capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH enquanto *phenomena* sociomateriais, efeitos de intra-ações particulares que englobam agências biológicas, tecnológicas, políticas, econômicas e culturais, em oposição aos entendimentos habituais que as identificam como rígidos fatos naturais dados.

5.2.1. Fazendo fertilidade

Inicialmente, a história de **S** não parece ser dotada de qualquer excepcionalidade quando comparada aos percursos de outras mulheres com MRKH. Em 1995, quando tinha 17 anos, ela decidiu agendar uma consulta médica com um ginecologista devido ao fato de não ter menstruado. Após a realização de diversos exames (ultrassonografias, urografia, entre outros), aos quais se seguiu um período de incerteza por parte dos profissionais de saúde quanto à natureza de seu quadro, **S** recebeu o diagnóstico de MRKH. Em uníssono com grande parte das entrevistadas, ela indica a infertilidade como a principal fonte de sofrimento relacionada à Síndrome:

S: [os exames] detalharam que eu tinha Síndrome de Rokitansky. Aí “aquele terror”! Depois que descobri, comecei a fazer terapia, depois desisti. Mas é uma dor constante, né? Porque você carrega o sonho de ser mãe, e tudo fica meio que destruído. Depois, vieram com o tempo as possibilidades (ES, 2min 35s – 2min 57s).

É nesse momento que a história de **S** começa a se afastar daquelas relatadas pela maioria das participantes da pesquisa. As “possibilidades” às quais se refere consistem nas Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas (NTRCs), cuja presença no contexto brasileiro de 1995, apesar de ainda incipiente⁹⁴, começava a moldar o imaginário de mulheres diagnosticadas como inférteis que sonhavam com a possibilidade de um dia ter filhos biológicos.⁹⁵

S relata que um ginecologista foi o responsável por apresentar-lhe a técnica de *gestação de substituição*. Também conhecida como barriga solidária, maternidade por substituição ou barriga de aluguel, a gestação de substituição é uma modalidade de reprodução medicamente assistida em que uma doadora “cede” temporariamente seu útero para gestar o filho de outra mulher que, devido a fatores variados, não pode levar a cabo a gravidez. O “casal encomendante” (Santos, 2010) passa por um processo de fertilização *in vitro* (FIV), mediante o qual um embrião é gerado em laboratório a partir de seus óvulos e espermatozóides. Este embrião é transferido para o útero da doadora temporária, que concorda em realizar a gestação e, ao nascimento, “entregar” a criança para os pais biológicos. Apesar da malformação uterina, a função ovariana de mulheres com MRKH é normal (Borges et al., 2012), tornando possível para **S** se valer da técnica como meio de, finalmente, alcançar a tão desejada maternidade biológica.

⁹⁴ Segundo Pereira (2011: 62), no início da década de 1990, o Brasil contava com pouco mais de 10 clínicas de Reprodução Assistida.

⁹⁵ Cabe assinalar brevemente que, quando tratando do contexto brasileiro do início da década de 1990, o imaginário popular acerca das NTRCs foi marcadamente impactado pelos discursos midiáticos, que retratavam essas novas tecnologias de modo a atribuir-lhes potenciais quase “mágicos”. Nesse sentido, se destaca a telenovela *Barriga de Aluguel*, transmitida pela TV Globo entre 1990 e 1991, obra considerada por Corrêa (1997) como a realização midiática mais importante no processo de reestruturação do imaginário popular sobre a reprodução humana à luz das novas formas tecnológicas.

Essa explanação esquemática confere à gestação de substituição a aparência de uma sequência de atos médicos bem controlados, vinculados segundo uma mecânica simples e produtores de resultados previsíveis. Tal imagem idealizada – ou mesmo “higienizada” –, entretanto, não resiste a uma aproximação atenta àquilo que Annemarie Mol (2002), em seus esforços praxiográficos, chama de “manipulações práticas” implicadas na performance local de qualquer “objeto” biotecnológico.

Debrucemo-nos brevemente sobre a complexidade material inerente à técnica em questão. A primeira etapa de um processo “tradicional” de gestação de substituição envolve a manipulação hormonal da futura “mãe biológica”, objetivando o amadurecimento de diversos folículos ovarianos. Essa hiperestimulação ovariana visa induzir a criação de um grande número de óvulos a serem fecundados *in vitro* (Corrêa, 1998: 127-128). Em seguida, é feita a coleta dos óvulos por punção sob controle ecográfico, valendo-se de anestesia (local ou geral). Conforme descreve Rotania (2001), esse procedimento é realizado via a introdução sucessiva de uma grande agulha em cada um dos folículos maduros; o conteúdo é aspirado com a ajuda de uma seringa ou de uma bomba a vácuo e imediatamente levado ao laboratório. A próxima etapa consiste na fertilização das células reprodutivas femininas fora do corpo da mulher, também conhecida como “fase *in vitro*”. A fecundação externa requer equipamento adequado (placa de petri, micromanipuladores de gametas, equipamentos de visualização microscópica, entre outros), assim como “temperatura regulada a 37° C, obscuridade, leve alcalinidade (ph= 7,3 a 7,5) e pressão osmótica mantida em cerca de 280-290 miliosmóis/kg” (Rotania, 2001: 85-86). Após a fertilização, é iniciada a fase de cultivo embrionário, realizada em tubos de plástico alojados em uma caixa provida

de um termostato. O meio nutriente onde é feito o cultivo contém diversas substâncias em concentrações variáveis (albumina, sais minerais, aminoácidos, vitaminas, etc.) e é tradicionalmente acrescido de soro sanguíneo humano (Rotania, 2001: 86). No dia seguinte à fecundação, o ovo é submetido a observação microscópica. Caso sejam detectados mais de dois núcleos, ele é descartado, “pois se for fecundado por vários espermatozóides corre o risco de desenvolver um feto anormal” (Rotania, 2001: 86). Quando o embrião atinge cerca de 128 células, é realizado o procedimento de transferência para o útero da doadora temporária via sonda vaginal (Bueno; Menezes, 2015). Finalmente, é esperado que da transferência decorra uma gravidez e, por fim, um nascimento sadio.

Diante dessa multitude de procedimentos, etapas e materiais – aqui apresentados de maneira extremamente sintética –, se torna insustentável a concepção reificadora tradicional que identifica as NTRCs enquanto artefatos tecnológicos dados, detentores de limites bem definidos e autoevidentes, que aguardam passivamente para serem usados a qualquer momento por um sujeito cartesiano onipotente. À luz do realismo agencial, a gestação de substituição é compreendida, simultaneamente, como um *aparato de produção corporal* envolvido nas intra-ações que materializam variavelmente as capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH e como, “ela própria”, um *phenomenon* performado localmente por uma ampla gama de práticas envolvendo uma miríade de agências materiais. A materialização da gestação de substituição depende da ação coordenada e espaço-temporalmente distribuída de actantes heterogêneos, dos quais podemos mencionar, *por ora*, óvulos, placas de petri, médicos de diferentes especialidades (ginecologistas, embriologistas, etc.), microscópios, espermatozóides, seringas, aminoácidos, útero e tubos plásticos.

Mais do que sublinhar a natureza relacional da gestação de substituição, devemos também acentuar que, em meio às suas intra-ações constitutivas, a figura humana não ocupa uma posição hierárquica superior ou transcendentalmente privilegiada no tocante às possibilidades de controle sobre o processo como um todo. Pelo contrário: como atestam as relativamente baixas taxas de sucesso de tratamentos de infertilidade – de 30% a 40% dos casos resultam em gravidez (Spar, 2006)⁹⁶ –, o funcionamento de agências materiais não-humanas muitas vezes frustra as expectativas de médicos e mulheres que buscam por técnicas de reprodução assistida. Algo tão simples quanto uma imprevista variação de temperatura no momento da fertilização *in vitro* pode ser decisivo para o insucesso do processo geral de gestação de substituição. Essas “falhas”, quando ocorrem, evidenciam o papel fulcral desempenhado por actantes não-humanos nas práticas médico-científicas.

Nesse sentido, vislumbramos que aparatos não são meros arranjos materiais organizados de modo a satisfazer interesses humanos particulares, mas sim emergem de uma complexa “dança de agências” materiais (Pickering, 1995), em meio a qual a própria noção habitual de “agência” como apanágio de uma pretensa subjetividade humanista liberal dotada de pleno controle sobre o mundo não-humano é radicalmente desestabilizada. Aqui, o conceito de “agência” é ressignificado enquanto uma sempre instável e flutuante capacidade compartilhada pelos “componentes” de um *phenomenon* de influenciar o processo intra-ativo de sua própria materialização (Santos, 2017).

⁹⁶ Um levantamento realizado na Austrália e na Nova Zelândia acerca dos resultados especificamente das gestações de substituição ocorridas naqueles países durante o ano de 2014 aponta taxas de sucesso significativamente mais baixas: gravidez foi gerada em 29,9% dos casos e nascimentos vivos ocorreram em apenas 22,9% deles (Harris *et al.*, 2016).

No caso de **S**, essa dimensão de imponderabilidade intrínseca às NTRCs, decorrente de agências materiais alheias ao controle humano, se fez presente já nas primeiras etapas do processo de gestação de substituição. Como referido anteriormente, após ter tomado conhecimento da técnica via um ginecologista, a entrevistada realizou duas consultas com diferentes profissionais especializados em reprodução humana medicamente assistida. **S** relata como se deu seu primeiro contato com Doutor X, que viria a conduzir o processo que levaria ao nascimento de sua filha:

S: [após a primeira consulta com um especialista em reprodução assistida⁹⁷] passou um tempo. Aí eu fui procurar o Hospital Z, com o Doutor X. Ele falou: “Vamos refazer todos os exames [...] Vamos tentar”. [...] Aí minha prima cedeu [seu útero] para fazer. Mas, quando ela foi fazer os exames, ela já tinha tido três gestações e o útero dela estava “muito fino”. Aí ele [o médico] falou: “É muito risco [...] não é certeza de que vai dar certo”. Aí uma outra prima “sugeriu” fazer. Fizemos todos os procedimentos [novamente] e ela foi a barriga solidária (ES, 10min 13s – 11min 07s).

A espessura de um útero considerado “muito fino” é uma agência material que põe em risco as intra-ações responsáveis pela materialização “a contento” da gestação de substituição. Resistente às vontades do médico, de **S** e de sua prima, tal agência interpela-os – como coloca Barad (1998: 116), “*kicks back*” –, de modo a demandar reconfigurações radicais do aparato. O ser humano, antes pensado como figura invariavelmente proativa em meio às relações que estabelece com

⁹⁷ Retomaremos essa consulta inicial adiante.

demais forças, parece agora ocupar uma posição reativa. Nesse sentido, somos convidados a vislumbrar o fato de as técnicas de reprodução assistida – por vezes apontadas como epítome do desenvolvimento tecnológico e científico, cujos potenciais transformadores consolidariam o “humano” enquanto “senhor” incontestável das demais agências materiais do mundo – serem performadas “não por indivíduos intencionais [*willful individuals*], mas pelo arranjo material amplo do qual ‘nós’ somos uma ‘parte’” (Barad, 2007: 178)⁹⁸.

Um ponto fundamental, porém, deve ser sublinhado. Para o realismo agencial, os “aparatos de produção corporal” não são *materiais* apenas no sentido de terem uma “presença” concreta, mas também por serem socialmente condicionados, sempre “dependentes de uma rede complexa de práticas sociais e ideológicas” (Žižek, 2013: 700). Nesse sentido, caso detivéssemos nossa análise dos aparatos envolvidos na produção da gestação de substituição de **S** – e, por conseguinte, na produção de seu corpo como apto à procriação – às dimensões tangíveis das NTRCs (placas de petri, microscópios, etc.), estaríamos incorrendo em uma simplificação reificante da problemática. Tal visada cegaria quanto ao fato desses “objetos” biotecnológicos caracterizarem instanciações contextuais de práticas sociomateriais diversas, estando, assim, inextricavelmente entrelaçados a discursos regulatórios, normativas sociais e complexas dinâmicas de poder-saber.

Visando ilustrar os modos como forças sociopolíticas aparentemente ideacionais e abstratas compõem os aparatos constitutivos das capacidades reprodutivas de **S**, voltamos brevemente nossa atenção a um dos medicamentos utilizados pela entrevistada no decorrer do processo de gestação de substituição.

⁹⁸ Tradução livre. No original: “not by willful individuals but by the larger material arrangement of which ‘we’ are a ‘part’” (Barad, 2007: 178).

Figurando como uma das mais populares drogas relacionadas a procedimentos de fertilização *in vitro*, o *Menopur* é utilizado por milhões de mulheres ao redor do mundo como estimulante de crescimento folicular para coleta de óvulos (Roberts, 2007: 192). A substância ativa do medicamento consiste na menotropina (também chamada de gonadotropina menopáusica humana, ou HMG), sendo os dois principais hormônios que a compõem (hormônio folículo estimulante – FSH e hormônio luteinizante – LH) obtidos a partir da urina de mulheres em período pós-menopausa (origem referenciada no nome da substância). No caso particular do *Menopur*, os hormônios FSH e LH são obtidos junto a mulheres pós-menopáusicas de uma aldeia na Argentina, cuja urina é coletada e purificada pela companhia farmacêutica suíça Ferring, responsável pela produção e comercialização do medicamento ao redor do mundo. Segundo Celia Roberts (2007: 192), essas mulheres, participantes praticamente invisíveis dos fluxos produtivos que constituem o trilionário mercado farmacêutico global⁹⁹, não recebem qualquer tipo de remuneração pela cessão de sua urina, sendo que um representante da empresa, quando indagado pela autora, não soube responder como as mesmas são “incentivadas” a participar desse processo.

O *Menopur* é uma biotecnologia que emerge de entrelaçamentos material-discursivos complexos. Podemos afirmar, por exemplo, que o processo produtivo do medicamento cristaliza uma tendência ampla de conversão de materiais biológicos de origem humana em *loci* de contemporâneos processos de acumulação primitiva. Sob a égide do neoliberalismo, até mesmo os dejetos corporais (urina, placenta, entre outros), antes compreendidos como resíduos

⁹⁹ Gastos globais com medicamentos alcançaram a marca de 1,2 trilhões de dólares em 2018 e devem ultrapassar 1,5 trilhões até 2023 (Aitken *et al.*, 2019).

biológicos plenamente descartáveis, se transformam em mercadorias detentoras de valor monetário e sujeitas às leis do mercado (Kroløkke, 2018), transfiguração esta que evidencia um movimento socioeconômico recente em direção àquilo que algumas/alguns autoras/as têm chamado de “biocapitalismo” (Rajan, 2006; Weinbaum, 2019)¹⁰⁰.

Apesar da aparente novidade radical e do caráter “pós-moderno” do fenômeno que o termo “biocapitalismo” busca nomear, o quadro político e econômico que referencia apresenta diversas permanências e continuidades em relação a regimes de exploração capitalista historicamente anteriores, especialmente no que diz respeito a modos de divisão mundial do trabalho assentes em epistemes racistas e patriarcais.

De fato, podemos argumentar que o *Menopur* emerge de fluxos internacionais de biocapital estruturados por divisões que replicam, em muitos níveis, formas coloniais de organização mundial do trabalho: em meio à cadeia produtiva do medicamento, mulheres geralmente racializadas de países do Sul Global são reduzidas a corpos biodisponíveis (Kroløkke, 2018: 39), dos quais se pode extrair, de maneira não-remunerada, *biocommodities* que serão as bases para o desenvolvimento de produtos a serem explorados comercialmente – e de modo extremamente lucrativo – por grandes corporações do Norte Global. Em outras palavras, apesar de envolverem os mais recentes desenvolvimentos tecnocientíficos, os fluxos transnacionais de biovalor (Waldby, 2000) que constituem o medicamento seguem uma lógica organizativa estratificada nada

¹⁰⁰ De maneira sucinta, o termo “biocapitalismo” remete às dinâmicas que, possibilitadas pelas novas biotecnologias surgidas a partir da segunda metade do século XX, cumprem em mercantilizar a própria vida biológica humana mediante a comercialização de produtos como urina, óvulos, espermatozoides, células tronco e órgãos em um pujante mercado global.

nova: a extração capitalista e o trabalho não-remunerado recaem sobre os corpos femininos e racializados do Sul; o controle sobre os meios técnicos de produção e o direito sobre os lucros decorrentes da comercialização do produto final se concentram nas mãos dos poderosos “senhores” – grandes corporações – do Norte.

Dessa forma, compreendemos o *Menopur* enquanto um ponto nodal material-semiótico que vincula o corpo de **S** a um amplo leque de práticas sociomateriais passíveis de consideração crítica. À luz do realismo agencial, o medicamento passa a ser visto como, mais que um inocente produto físico detentor de limites autoevidentes, uma condensação do funcionamento de outros aparatos, incluindo neocolonialismo, biocapitalismo, androcentrismo, racismo, geopolítica, neoliberalismo e o complexo médico-industrial global, todos partes do aparato material-discursivo amplo responsável pela produção do corpo de **S** como apto à procriação. Nesse caso particular, a visada relacional proporcionada pelo realismo agencial também nos permite vislumbrar que as mesmas práticas materiais que constituem um produto farmacêutico contribuem para a materialização e perpetuação de relações assimétricas de poder em termos de classe, raça e sexo, evidenciando assim os liames estabelecidos entre o funcionamento do capitalismo global contemporâneo e formas coloniais de dominação e exploração.

Ao nos referirmos aos aparatos de produção corporal que tomam parte no caso de **S** enquanto realidades *material-discursivas*, não pretendemos sublinhar apenas que estes detêm uma natureza heterogênea – são “compostos” por agências que, como vimos, podem ser compreendidas tanto em termos de sua tangibilidade física quanto em relação aos seus inextrincáveis entrelaçamentos com práticas discursivas regulatórias e dinâmicas socio-historicamente situadas de

poder-saber –, como também que seu funcionamento é gerador, simultaneamente, de materialidades e de discursos; isto é, sua atuação (re)formula o “real” ao nível dos corpos, em toda a sua concretude ontológica, e dos sentidos, em toda a sua potência epistêmica e implicações ético-políticas.

De imediato, se faz evidente o papel materialmente constitutivo desempenhado por aparatos como a gestação de substituição em relação aos corpos físicos – afinal, tal técnica está ativamente envolvida em um esforço orientado para a materialização de novos corpos humanos. Caso consideremos apenas a etapa inicial de estimulação ovariana realizada por **S**, observamos que, nela, a carnalidade corporal e sua composição hormonal são radicalmente transformadas via drogas que, como vimos, consubstanciam o funcionamento de diversas práticas sociomateriais. Analogamente ao emblemático OncoMouse™ de Donna Haraway (2018 [1997]), um rato de laboratório materialmente reconfigurado por biotecnologias para conter genes produtores de câncer de mama, o corpo de **S** é reconfigurado tecnicamente a nível fisiológico, em um processo de “molecularização do social” (Davis, 2017) que dissolve separações rígidas entre o “social” e o “biológico”. Outra aproximação em relação à figura harawayana é possível: estudos têm mostrado uma associação entre procedimentos de estimulação ovariana e maior risco de câncer (Arditti, 1997), em especial câncer de ovário e de mama (Katz *et al.*, 2008).

Além desse claro papel produtivo desempenhado em relação à materialidade corporal, os aparatos em funcionamento no caso de **S** também operam cortes agenciais produtores de importantes reverberações epistemológicas. Em outras palavras, remetendo à formulação butleriana, tais aparatos de produção corporal e seus resultados tanto *pesam* quanto *importam*

(*matter*) – isto é, rearranjam simultaneamente condições materiais e de inteligibilidade.

Analisemos um trecho da fala da entrevistada, no qual ela verbaliza alguns de seus sentimentos sobre a experiência de se tornar mãe mediante a gestação de substituição:

S: Quando você, [mulher com MRKH], pensa na maternidade, você depende de uma terceira pessoa para fazer isso por você. [...] é uma coisa que você tem que trabalhar dia e noite – uma sensação de que um pedacinho seu está se formando em outra pessoa. Você tem que ter esse desprendimento de outra pessoa gerar o seu filho (ES, 24min 55s – 25min 15s).

Vemos que representações enraizadas da reprodução humana são radicalmente transformadas pelo funcionamento da gestação de substituição. Como coloca Carla Lam (2015: 4), tal técnica suscita uma nova “consciência reprodutiva”, em meio a qual o processo biológico de geração de uma vida humana não mais se vê reduzido a dois participantes doadores de gametas. A compreensão hegemônica acerca da procriação como um arranjo entre duas partes, sustentáculo epistêmico da família nuclear, é desafiada pela emergência de um novo regime reprodutivo coletivo, protagonizado por aquela que cede óvulos, aquele que cede espermatozoides e “uma terceira pessoa” (doadora temporária), tríade que poderia justificavelmente ser ampliada de maneira a abarcar médicos e demais profissionais responsáveis por viabilizar as condições técnicas dessa modalidade de reprodução assistida.

Além de transformar aquilo que compreendemos acerca do processo reprodutivo humano, esses aparatos material-discursivos também modificam

drasticamente os sentidos da maternidade. Se, na década de 1960, a pílula contraceptiva cumpriu em separar a prática sexual da procriação, gerando diversos efeitos em termos políticos e epistemológicos, três décadas depois a gestação de substituição performaria outro corte agencial, separando a gravidez da maternidade.

Tal separação tem consequências epistêmicas importantes. Virgínia Ferreira (1999) acentua que um de seus principais efeitos é a culturalização da maternidade: uma vez repartida entre duas mulheres, a atribuição da maternidade se torna um ato social, isto é, a definição de quem é a “verdadeira mãe” figura agora como um entendimento convencionado entre aquela que doa os óvulos e aquela que doa temporariamente o útero. Nesse sentido, “a maternidade ‘ganha’ foros de reconhecimento cultural” (Ferreira, 1999: 37), se aproximando do caráter inferencial e incerto tradicionalmente identificado como exclusivo da paternidade.

Conjuntamente às dimensões ontológicas e epistemológicas, tais separações agenciais operadas pelos aparatos biotecnológicos também “importam/pesam” (*matter*) em termos políticos. Shulamith Firestone é a mais famosa representante daquilo que se convencionou chamar de “feminismo tecnofílico”, uma importante vertente do pensamento político-teórico feminista que compreende que transformações radicais das vigentes estruturas androcêntricas de poder dependeriam do surgimento de tecnologias reprodutivas capazes de progressivamente libertar as mulheres da “tirania da reprodução biológica” (Firestone, 1970: 193). À primeira vista, a gestação de substituição, *perspectivada a partir da posição da mãe encomendante*, parece se tratar de um passo importante em direção a essas tecnologias emancipatórias celebradas pela autora, uma vez que reduz consideravelmente o impacto da reprodução sobre o corpo, libertando-o

de processos complexos – que Firestone (1970: 188) opta por nomear de “bárbaros” – como a gravidez e o parto.

Não obstante, as biotecnologias disponíveis ainda não são capazes de realizar a ectogênese (criação de vida humana completamente fora do corpo). Cabe lembrarmos que a gestação de substituição não prescinde do corpo feminino, mas sim terceiriza o trabalho gestacional, a ser realizado por outra mulher que não a mãe encomendante. Nesse sentido, vejamos algumas das reais implicações ético-políticas suscitadas por essa “terceirização” a partir de um trecho da entrevista de **S**, no qual a participante discorre sobre sua primeira consulta com um profissional especializado em reprodução medicamente assistida:

S: Cheguei a fazer uma consulta com “ele” [a entrevistada se refere a um dos mais renomados médicos especializados em reprodução assistida que atuou no Brasil entre as décadas de 1990 e 2000]. Fui eu e meu esposo [...] Minha cunhada queria fazer para mim – queria ser a barriga solidária, na época. Aí [o médico] falou: “Se tem alguém disponível, já vamos fazer agora” [...] Ele falou: “Se sua cunhada não quiser, eu tenho várias meninas que são do interior, você paga 15 mil e elas geram para você, e vem a documentação toda”. Tipo, como se fosse um comércio! Aí nós achamos muito estranha a tática dele (*ES*, 9min 35s – 10min 12s).

A oferta feita pelo médico – que não foi aceita por **S** e seu esposo e contraria as resoluções que regulamentam a reprodução assistida no Brasil¹⁰¹ – demonstra

¹⁰¹ A gestação de substituição é atualmente regulamentada no Brasil pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.168/2017, que proíbe que o acordo entre casal encomendante e doadora temporária tenha fins lucrativos ou comerciais. Essa gratuidade é prevista em Resoluções Federais desde 1992 (Carlos, 2018).

a possibilidade de mercantilização da vida e das funções biológicas aberta pela separação de maternidade e experiência gestacional. No trecho, a gestação é submetida à gramática do mercado, sendo tratada pelo profissional como um serviço qualquer, ao qual se atribui um valor monetário específico. A nível global, essa dinâmica responsável por fazer da gravidez algo “como se fosse um comércio” é encarnada em um pujante mercado de turismo reprodutivo, que oferece a pacientes/consumidores diagnosticados como inférteis, em sua maioria abastados cidadãos de países ocidentais, a possibilidade de “alugar” úteros de mulheres em países do Sul Global, onde as legislações pertinentes ao tema tendem a ser mais permissivas e os custos econômicos de “serviços gestacionais” são mais baixos (Weinbaum, 2019). A título de exemplo, até 2015 (ano em que o mercado foi regulado), a Índia era considerada por muitas/os autoras/es como uma “fábrica de bebês” (Markens, 2007), onde casais dos Estados Unidos ou da Inglaterra podiam contratar doadoras temporárias para gerar seus filhos por cerca de um terço dos custos praticados em seus países de origem (Lam, 2015: 23).

Adicionalmente a essa mercantilização do processo reprodutivo alicerçada em divisões neocoloniais – que, novamente, fazem do Sul Global “a pele e o útero” do sistema biocapitalista mundial (Preciado, 2019: 295) –, outra consequência eticamente problemática da terceirização gestacional deriva do modo como a mesma enseja um movimento duplo de fragmentação corporal e despersonalização da mulher que leva a cabo a gravidez. O termo popularmente utilizado no Brasil e em Portugal para se referir à gestação de substituição, “barriga de aluguel/barriga de aluguer”, evidencia como tal arranjo reprodutivo, quando submetido à lógica do mercado, se assenta em uma redução da doadora temporária a seus órgãos (a “barriga”, representando o útero), tomados enquanto objetos relativamente

autônomos a serem alugados por tempo determinado. Ademais, o médico consultado por **S**, ao afirmar “ter (sic) várias meninas do interior” disponíveis para gerar, equipara tais mulheres a unidades reprodutivas anônimas e intercambiáveis, destituindo-as de suas subjetividades e intencionalidade – em suma, de predicados de humanidade. Segundo Chazan (2003), esse processo de desumanização faz surgir “corpos sem Pessoa”, de modo que as gestantes de substituição se veem relegadas à condição de meros receptáculos biológicos temporários do embrião/feto. Em outras palavras, a gestação de substituição, quando transmutada em serviço, produz um contexto no qual a subjetivação normativa da mulher encomendante enquanto “mãe” se dá à custa da objetificação da doadora temporária enquanto útero ou invólucro tecnomaternal. Dessa forma, observamos como a técnica, na qualidade de aparato de produção corporal, guia a execução de um corte agencial que separa localmente “sujeito” e “objeto” – respectivamente, “mãe biológica” e “corpo gerador”.

Até aqui, dedicamo-nos a evidenciar a complexidade relacional inerente ao processo responsável por materializar o corpo de **S**, uma mulher Rokitansky previamente diagnosticada enquanto infértil, como apto à procriação. À luz do realismo agencial, compreendemos a conformação particular de suas capacidades reprodutivas como um *phenomenon*, isto é, uma realidade processual e ontologicamente relacional que emerge na intersecção de uma ampla e heterogênea rede de práticas sociomateriais e agências humanas e não-humanas que inclui, *inter alia*, instrumentos laboratoriais; profissionais de saúde de diversas especialidades; fluxos transnacionais de biocapital; neocolonialismo; o complexo médico-industrial global; grandes corporações farmacêuticas; questões geopolíticas e a urina de mulheres em período pós-menopausa de uma aldeia na

Argentina. Vimos ainda, informados pelo posicionamento ético-onto-epistemológico baradiano (Barad, 2007: 185), que esses aparatos de produção corporal contribuem para a materialização não apenas das capacidades reprodutivas da entrevistada, como também de novos sentidos acerca de reprodução humana e maternidade, produzindo consequências epistemológicas e ético-políticas de vulto.

A seguir, damos continuidade ao nosso percurso analítico-argumentativo mediante a leitura do relato da participante **AL**. Esta, diferentemente de **S**, vivencia a reprodução enquanto uma impossibilidade.

5.2.2. Fazendo infertilidade

AL, brasileira de 34 anos, descobriu ter MRKH na adolescência. Aos 15 anos, devido a constantes cólicas e ausência de menstruação, ela foi levada por sua mãe a um ginecologista. Esta primeira consulta foi sucedida por outras três, com diferentes profissionais, até a realização de exames de imagem (ultrassonografia e ressonância magnética), que constataram as malformações características da Síndrome. Em consonância com muitas das demais participantes, **AL** demonstra, ao lembrar o momento em que recebeu o diagnóstico de infertilidade, como este se fez a principal e mais duradoura fonte de sofrimento associada à MRKH:

AL: A Síndrome eu até conseguiria “levar”, mas a parte do médico falar “Você não vai poder gerar, você não vai poder ter filhos” foi a pior notícia que eu tive. Foi o pior choque da minha vida! Até hoje é a pior notícia. Hoje mesmo eu estava me martirizando sozinha. Eu falei “Meu Deus, por que eu nasci assim? Por que Deus me escolheu para nascer assim? Por que tinha que ser eu?” (*EALII*, 16min 30s – 16min 54s).

Aos olhos de algumas/alguns, o tom fatalista que permeia as colocações da entrevistada acerca das restrições reprodutivas relacionadas à Síndrome pode parecer injustificado. Apontariam essas/esses leitoras/es que, afinal, desenvolvimentos tecnocientíficos ocorridos nas últimas décadas do século XX viabilizaram as condições tecnológicas para que, atualmente, todas as mulheres Rokitansky que assim o desejarem possam ter filhos biológicos, subvertendo uma “limitação orgânica” anteriormente concebida como incontornável.

Tal leitura, além de marcada por uma irreal crença na eficácia absoluta das biotecnologias conceptivas existentes, se alicerça na suposição de que as mesmas estão igualmente disponíveis a todos os sujeitos, cegando assim quanto à heterogeneidade das posições ocupadas por mulheres diagnosticadas como inférteis em diferentes contextos históricos e geográficos, que ensejam condições diferenciadas de acesso às NTRCs. Como aponta Adamson (2009), apesar de cerca de 9% da população mundial vivenciar alguma forma de restrição de capacidades reprodutivas, apenas uma pequena parcela desse grupo pode aceder às atuais biotecnologias conceptivas, devido a constrangimentos decorrentes de um amplo leque de fatores, que se estendem de questões religiosas e culturais a regulações governamentais (Adamson, 2009: 351).

Dessa forma, temos que, embora existam condições tecnológicas para que mulheres com MRKH se reproduzam, a mobilização destes mecanismos não depende do voluntarismo de uma pretensa subjetividade autônoma e onipotente (tal figura humanista de sujeito plenamente “livre” é inconcebível no modelo baradiano); pelo contrário, uma miríade de forças contextuais – muitas das quais alheias ao controle do indivíduo – intra-agem de modo a produzir enormes obstáculos de acesso a tais biotecnologias para largos grupos que poderiam se

beneficiar de seu uso, atuando, por conseguinte, diretamente sobre as reais chances desses corpos procriarem.

Informados pelo entendimento baradiano de que entidades não possuem propriedades essenciais, estáveis e ontologicamente isoláveis das agências material-discursivas que definem suas condições situadas de possibilidade, compreendemos que esses fatores contextuais restritivos devem ser entendidos enquanto aparatos de produção corporal que cumprem em solucionar local e temporariamente a indeterminação ontológica dos corpos com MRKH, materializando-os enquanto incapazes de reprodução. A partir dessa perspectiva, propomos a suspensão da crença largamente difundida de que a infertilidade é uma característica essencial dos corpos de mulheres Rokitansky, em prol de uma nova leitura que sublinha o modo como tal limitação pretensamente natural é produzida por/em uma ampla rede de práticas material-discursivas. Mais especificamente, sugerimos que a infertilidade vivenciada pela participante **AL**, longe de se tratar de uma essência biológica fixa, não-relacional e determinada pela ausência congênita de um útero, é um *phenomenon* sociomaterial, isto é, consiste em uma realidade relacional *iterativamente performada* por/em intra-ações socio-historicamente específicas que envolvem uma multitude de agências e práticas heterogêneas.

Nesse ponto, se faz imperioso um breve esclarecimento acerca da concepção particular de performatividade à qual nos reportamos. Se, por um lado, nos aproximamos do sentido butleriano de performatividade ao afirmarmos que, assim como o gênero, a infertilidade não é uma qualidade natural, mas uma realidade que apenas adquire existência na medida em que é performada por práticas diversas (práticas estas que reivindicam estabelecer relação de rígida exterioridade com uma pretensa “verdade essencial” à qual reportariam), por outro,

nos distanciamos das teorizações pós-estruturalistas e sua ênfase estritamente linguístico-discursiva ao acentuarmos que os potenciais produtivos das práticas performativas não são limitados ao nível das estruturas de inteligibilidade social, mas alcançam os corpos e seus predicados em toda a sua dimensão ontológica – isto é, a “incapacidade mesma” de ter filhos é produzida, e não apenas seus sentidos. Ainda, outro afastamento em relação às abordagens performativas de inspiração pós-estruturalista se dá à medida em que compreendemos que os agenciamentos envolvidos nos processos de constituição de corpos e suas capacidades emanam tanto de actantes humanos quanto não-humanos, transcendendo assim o antropocentrismo que permeia, por exemplo, a teoria da performatividade de gênero butleriana, em prol de uma nova concepção materialista e pós-humanista de performatividade (Barad, 2003; 2007).

Apresentados nossos pressupostos, ilustremos nossas posições a partir da análise de alguns dos aparatos material-discursivos responsáveis por produzir a condição de infertilidade vivenciada por **AL**. De fato, um dos principais aspectos invisibilizados pelos discursos que celebram acriticamente o imaginado alcance irrestrito dos benefícios das NTRCs consiste nas fundamentais barreiras econômicas que condicionam o acesso a tais técnicas. Devido ao fato de envolverem múltiplos profissionais de saúde altamente especializados, custosos medicamentos e sofisticada infraestrutura laboratorial, procedimentos de reprodução medicamente assistida tendem a ser extremamente caros, fator que cumpre em excluir grupos vitimados por privações econômicas da possibilidade de usufruir dos mesmos. A nível global, tais inequidades se expressam claramente no modo como mulheres pobres de países da periferia do sistema capitalista internacional, apesar de apresentarem as mais altas taxas de infertilidade

(resultantes de fatores como desproporcional exposição a poluentes ambientais e desnutrição), se tratarem do grupo menos propenso a utilizar as NTRCs (Weinbaum, 2019: 206).

AL, que atualmente se esforça para conseguir realizar um desejado procedimento de gestação de substituição, à medida que discorre sobre as múltiplas dificuldades que tem enfrentado nesse árduo processo (comparável, segundo a entrevistada, a uma “luta”), atribui fundamental importância a obstáculos de ordem econômica:

AL: Esse lado do financeiro, para mim, é um obstáculo enorme [...]. Hoje nós [**AL** e seu marido] estamos lutando – eu “corro atrás” de “vaquinhas” online e de rifas. Nós vamos tentando assim, porque não temos mais de onde tirar [recursos]. Só [temos] o salário dele. E nós pagamos aluguel (*EALII*, 9min 33s – 10min 13s).

Nesse trecho, observamos a confluência de diversos fatores de cariz econômico que cumprem em afastar a entrevistada da realização da gestação de substituição e, por conseguinte, de seu sonho da maternidade biológica. **AL** está atualmente desempregada, o que faz do salário de seu marido a única fonte de renda do núcleo familiar. As dificuldades financeiras enfrentadas pelo casal são agudizadas pelo fato de viverem em um imóvel alugado, tornando escasso qualquer tipo de excedente passível de ser utilizado para pagamento das dispendiosas taxas cobradas por clínicas de reprodução assistida¹⁰². Nesse

¹⁰² **S**, participante cuja história analisamos na seção anterior, menciona que o custo total do procedimento de gestação de substituição que resultou no nascimento de sua filha, realizado em 2014, foi de 25 mil reais. A título de breve contextualização em meio à realidade econômica brasileira, temos que, comparado a dados referentes ao mesmo ano, esse valor se mostra 34 vezes maior que o salário mínimo e cerca de 20 vezes maior que a média de renda *per capita* da população.

contexto, motivada por seu inabalável desejo de se tornar mãe, a entrevistada recorre a doações de terceiros – que têm, até o momento, se mostrado insuficientes.

Em outro trecho de sua fala, a participante salienta:

AL: Eu tenho ovulação normal e as outras meninas [com MRKH] também têm. *Temos condições de ter nosso filho biológico, não temos condições financeiras* (EALI, 43min 16s – 43min 30s).

Com essa afirmação, **AL** promove um importante deslocamento em relação aos discursos biomédicos que identificam em dimensões anátomo-fisiológicas os elementos determinantes da infertilidade, apontando para o modo como barreiras de cunho financeiro desempenham um papel fundamental em meio aos processos de materialização variável das capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH. Aqui, longe de uma inevitabilidade natural, a infertilidade assume a forma de condição economicamente induzida.

Tais colocações incitam-nos a reconsiderar os habituais entendimentos acerca das restrições reprodutivas vivenciadas por mulheres com MRKH. Em detrimento de concepções biologizantes, que as definem como monolíticos “fatos naturais” situados em uma dimensão alheia e preexistente à influência do “social”, somos convidados a pensar as capacidades reprodutivas desses corpos como realidades relacionais e indissociáveis de dinâmicas econômicas e estruturas de classe. Mulheres com MRKH posicionadas nos estratos mais baixos da pirâmide socioeconômica dispõem de chances consideravelmente menores de se reproduzirem do que mulheres pertencentes às classes mais abastadas, decorrentes não de qualquer traço anátomo-fisiológico que as diferenciaria

“organicamente” destas últimas, mas porque elas são financeiramente menos capazes de acessar procedimentos de reprodução medicamente assistida. No caso de **AL**, fatores como desemprego, o acelerado empobrecimento da classe trabalhadora, a deterioração persistente dos salários e rarefeitas perspectivas de ocupação estável figuram como importantes aparatos material-discursivos que, em sentido forte, contribuem para a produção e mantimento de sua “incapacidade reprodutiva”. Em outras palavras, na chave de uma leitura realista agencial informada pelas teorizações foucaultianas acerca das dinâmicas contemporâneas de funcionamento do biopoder, é possível afirmar que **AL** e demais mulheres Rokitansky ocupantes de posições desprivilegiadas em uma matriz de desigualdade socioeconômica, afinal, não são natural e irremediavelmente incapazes de reprodução, mas sim *economicamente esterilizadas*.

Cabe ressaltar, porém, que o reconhecimento desse importante papel constitutivo desempenhado por fatores de ordem econômica em meio às dinâmicas relacionais que garantem conformações específicas às capacidades reprodutivas dos corpos com MRKH não equivale a uma identificação da economia enquanto causa única e determinante do *phenomenon* infertilidade – afinal, um movimento dessa natureza incorreria na mesma lógica determinista e monofatorial estruturante das leituras biomédicas que inicialmente nos dispusemos a criticar. Para Barad (2007: 394), “causality is an entangled affair”, uma questão de como múltiplos aparatos intra-ativos estabilizam contingencialmente os *phenomena* dos quais também são parte; em suma, diz respeito a uma problemática relacional que não presume causas singulares ou determinismos. Analisemos como tal modelo de causalidade complexa e multifatorial promulgado pelo realismo agencial é evidenciado na fala de **AL**:

AL: É muito cara [a gestação de substituição].
Então isso dificulta para quem não tem condições [...] E convênio não cobre, o Sistema Único de Saúde não faz, então tudo impede (EALI, 21min 47s – 22min 08s).

Segundo a participante, a realização de seu sonho de ter filhos biológicos é “impedida” pela atuação conjunta de diversos fatores (exemplificados por restrições financeiras, falta de cobertura de convênios de saúde e ausência de oferta de biotecnologias conceptivas no sistema público), e não por qualquer uma dessas agências tomada isoladamente. Dessa forma, vislumbramos como variáveis de ordem econômica não esgotam o aparato material-discursivo amplo atuante no caso de **AL**, mas intra-agem com demais forças e práticas sociomateriais de modos complexos. Evocando a formulação de Andrew Pickering, vemos que a infertilidade emerge de complexas “danças de agências”, sendo que, nestas, nenhum actante “dança” sozinho.

Nossa leitura, entretanto, se mostraria refém daquilo que Barad (2003: 812) nomeia de uma pervasiva e limitante tendência à “coisificação” (*thingification*) – a redução de relações complexas a “coisas” – caso se detivesse na análise dos aparatos listados pela entrevistada em sua fala anterior enquanto meros “objetos” fixos, ensimesmados e detentores de limites autoevidentes. De modo a nos afastarmos dessa simplificação reificante que acomete e limita posições político-teóricas outras – segundo o realismo agencial, sintomática de uma latente filiação destas aos pressupostos da metafísica individualista clássica –, ilustramos a seguir como os entrelaçamentos constitutivos das restrições reprodutivas de mulheres com MRKH envolvem uma profusão de agências heterogêneas, que se estendem

para muito além de quaisquer fronteiras óbvias, a partir da análise de um dos actantes mencionados por **AL**, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar da Constituição brasileira (1988) reconhecer que o planejamento familiar, incluindo a assistência à concepção no SUS, é direito de todo cidadão, como parte de uma política ampla de saúde pública pautada pelos pilares da universalidade, gratuidade e integralidade (§ 7º do art. 226 da Constituição, Incisos 1º e 3º)¹⁰³, diversos estudos demonstram que tal democratização estatal do acesso às biotecnologias conceptivas tem, no país, se limitado ao nível formal. Na prática, são numerosos os fatores que impedem que mulheres com MRKH incapazes de custear os procedimentos em clínicas privadas realizem, junto à rede pública de saúde brasileira, modalidades de reprodução medicamente assistida como a gestação de substituição, dos quais podemos mencionar: a oferta de um número restrito de técnicas e limitada às de menor complexidade, via de regra excluindo a fertilização *in vitro* (Alfano, 2014); a existência de enormes filas de espera que podem se estender por vários anos, frustrando as necessidades de mulheres com idades mais avançadas (Souza, 2014); o fato de, devido à falta de recursos, nos poucos hospitais públicos detentores de condições técnicas para realização de ciclos de fertilização *in vitro* ser muitas vezes necessário o custeio particular dos dispendiosos medicamentos utilizados (Souza, 2014; Costa, 2014; Corrêa; Loyola, 2015), entre outros.

¹⁰³ A Constituição brasileira coloca que é dever do Estado garantir acesso dos cidadãos a “todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção” (§ 7º do art. 226 da Constituição, Incisos 1º e 3º).

Na esteira da afirmação baradiana de que “intra-ações iterativamente reconfiguram o que é possível e impossível”¹⁰⁴ (Barad, 2007: 177), podemos afirmar que um sistema público de saúde precário é uma agência sociopolítica componente das intra-ações responsáveis por, atualmente, limitar o horizonte do possível, em termos reprodutivos, para muitas mulheres com MRKH. À luz do realismo agencial, longas filas, infraestrutura hospitalar precária e escassez de recursos médicos não são meras realidades materiais plenamente apartadas de um corpo dotado de características reprodutivas preexistentes, mas sim actantes que intra-agem com forças e processos econômicos e biológicos de modo a ativar e reiteradamente performar o *phenomenon* infertilidade enquanto propriedade essencial do corpo de **AL**.

Todavia, conforme apontado anteriormente, não podemos isolar os aparatos de produção corporal das forças sociomateriais que os conformam localmente de modos particulares, sob pena de incorrerem em reificações que nos reconduziriam ao plano da metafísica individualista clássica. Devemos ter em mente que aparatos são “eles próprios” *phenomena* “produzidos e retrabalhados por meio de uma dinâmica de iterativa intra-atividade”¹⁰⁵ (Barad, 2007: 230). Nesse sentido, cabe salientar que o Sistema Único de Saúde brasileiro é uma entidade relacional (composta por prédios, equipamentos médicos, tecnologias da informação, profissionais de diversas especialidades, políticas públicas, legislações, etc.), cuja conformação presente é tecida pelo funcionamento de uma rede ampla de práticas sociais, discursos ideológicos e dinâmicas de (bio)poder.

¹⁰⁴ Tradução livre. No original: “intra-actions iteratively reconfigure what is possible and what is impossible” (Barad, 2007: 177).

¹⁰⁵ Tradução livre. No original: “produced and reworked through a dynamics of iterative intra-activity” (Barad, 2007: 230).

Podemos, por exemplo, apontar para o modo como a hodierna precariedade da oferta de técnicas conceptivas no sistema público de saúde brasileiro cristaliza localmente um processo global de “desmantelamento do Estado social” promovido pela racionalidade política neoliberal no decorrer das últimas três décadas (Brown, 2019). Por meio de medidas como draconianas políticas de austeridade que limitam os investimentos estatais em serviços públicos, tal racionalidade cumpriu em “tornar os sistemas de saúde em países em desenvolvimento moribundos para a maior parte de suas populações”¹⁰⁶ (Wilbert, 2006: 3), convertendo a efetiva assistência à saúde (não apenas no âmbito reprodutivo, como também no tocante aos serviços mais elementares à vida), anteriormente pensada enquanto um direito fundamental, em uma mercadoria – uma “área de investimento privado que deve ser gerida de modo a gerar o máximo lucro para os investidores” (Santos, 2020: 20). Na prática, essa precarização induzida dos sistemas públicos de saúde – que caminha *pari passu* ao crescimento dos lucrativos mercados de planos de saúde privados e de clínicas de reprodução assistida – cumpre em retirar de mulheres com MRKH vitimadas por privações econômicas (e geralmente racializadas) sua única chance de acesso às biotecnologias conceptivas, sendo vivenciada pelas mesmas enquanto uma espécie de condenação inapelável à infertilidade.

Devemos atentar também para o fato dessa limitada oferta atual de técnicas conceptivas no sistema público, que contrasta com a ampla disponibilização de métodos e biotecnologias *contraceptivas* via Programas de Planejamento Familiar no SUS¹⁰⁷, instanciar processos de gestão biopolítica próprios ao contexto

¹⁰⁶ Tradução livre. No original: “healthcare systems in the developing world have been rendered moribund for the majority of their populations” (Wilbert, 2006: 3).

¹⁰⁷ Apesar da Lei do Planejamento Familiar, em vigor desde 1996, prever o direito de acesso amplo dos cidadãos a técnicas tanto contraceptivas quanto conceptivas, temos que, *de facto*, tais

brasileiro – nomeadamente, esforços que buscam, desde a década de 1980, deter uma temida “explosão demográfica” e suas implicações econômicas (ver Pereira, 2011: 61-62). Tais esforços, por sua vez, devem ser contextualizados em meio a uma longa tradição discursiva responsável por localizar em países do Sul Global determinada “hiper-fertilidade”, posição esta cujas raízes remontam a modelos biopolíticos nada novos de claro teor racista e eugenista: como coloca Telles (2014: 17), elites brancas na América Latina têm se preocupado desde os tempos coloniais com a ideia de que “suas populações não-brancas, geralmente grandes, poderiam impedir o desenvolvimento nacional”¹⁰⁸. Cabe ressaltar que, se, contemporaneamente, tais temores se expressam em uma tendencial priorização, nas políticas públicas desses países voltadas especificamente à saúde reprodutiva, de métodos contraceptivos de adesão voluntária, em um passado não tão distante os mesmos se materializaram em agressivas campanhas de esterilização forçada em massa de populações pobres e racializadas (das quais o caso peruano é o exemplo mais conhecido).

Logo, a visada realista agencial, ao atentar para os entrelaçamentos material-semióticos responsáveis por tecer a vigente precariedade que marca a oferta pública das NTRCs no contexto brasileiro, nos permite vislumbrar um quadro no qual dinâmicas sociopolíticas globais e processos históricos de gestão biopolítica, *prima facie* ostensivamente exteriores às experiências encarnadas de mulheres com MRKH, se articulam localmente de modo a contribuir para a

programas são pautados por um claro viés restritivo, sendo limitados, no sistema público de saúde, quase que exclusivamente a métodos contraceptivos (Corrêa e Loyola, 2015).

¹⁰⁸ Tradução livre. No original: “their often large, nonwhite populations might imperil national development” (Telles, 2014: 17).

materialização (e iterativa rematerialização) das restrições reprodutivas vivenciadas por **AL** e demais mulheres Rokitansky.

Ainda, essa leitura informada pela ontologia relacional baradiana, à medida em que traça os caminhos que vinculam materialmente a racionalidade político-econômica atualmente hegemônica e predicados corporais, estabelece condições epistêmicas para a formulação de novas questões que, acreditamos, podem contribuir para esforços orientados à crítica do corrente processo de destruição e/ou privatização, a nível global, de bens e serviços públicos vitais a populações subalternizadas. cremos que, em uma conjuntura como a presente, na qual uma crise global de saúde pública sem precedentes na história recente desvela de maneira dramática – ou, como prefere Boaventura de Sousa Santos (2020), mesmo cruel – o resultado danoso que décadas de hegemonia neoliberal tiveram sobre os sistemas públicos de saúde ao redor do mundo, indagações como “*quais são os efeitos corporais de políticas de austeridade fiscal?*” ou “*como o neoliberalismo produz diferencialmente marcas sobre corpos racializados?*” se mostram não apenas teoricamente instigantes, mas também politicamente prementes.

Em suma, com base em nossa leitura difrativa do caso de **AL** através do realismo agencial, podemos afirmar que a infertilidade não existe nos corpos com MRKH de maneira independente das relações sociais. De fato, no decorrer de nosso percurso analítico-argumentativo, observamos que a restrição reprodutiva vivenciada pela participante não pode ser reduzida a uma mera facticidade biológica monolítica – como afirmam as leituras biomédicas e endossam, de forma implícita, as visadas construtivistas –, mas deve ser compreendida enquanto uma *prática*. À luz das proposições baradianas, a infertilidade vivenciada por **AL** e muitas outras mulheres com MRKH assume a forma de um *phenomenon*

sociomaterial complexo, que é iterativamente performado como essência por intra-ações estabelecidas contextualmente entre uma multitude de agências material-discursivas heterogêneas, incluindo desemprego, longevas estruturas de desigualdade econômica, assimetrias de classe, negligência estatal, neoliberalismo, políticas de austeridade, sistemas públicos de saúde precarizados e biopolítica.

Fundamentalmente, essa nova compreensão relacional e processual acerca de capacidades reprodutivas rearranja os horizontes daquilo que é tradicionalmente tomado como “naturalmente” possível e impossível para os corpos com MRKH. O “natural”, aqui, figura enquanto um agente que se relaciona e se transforma com outros elementos, humanos e não-humanos (Alaimo; Hekman, 2008), denotando não mais realidades dadas, fixas e a-históricas, mas condições ontológicas fugazmente estabelecidas mediante intra-ações diversas. Nesse quadro, a perpetuação da infertilidade de um corpo com MRKH é vista como dependente de sua iteração constante, que se dá mediante a atuação coordenada de um conjunto específico de aparatos de produção corporal. Esse caráter repetitivo, como ocorre na teoria da performatividade de gênero butleriana, abre espaço para transformações. Não sendo uma inevitabilidade biológica, portanto, cabe indagarmos acerca de quais agências, práticas, políticas e – nos permitimos aqui uma espécie de “antropocentrismo estratégico” – *sujeitos* são responsáveis por produzir e reproduzir corpos inférteis.

Capítulo 6

Discursos que pesam: materializando normas nos tratamentos de agenesia vaginal associada à MRKH

Não há nada de abstrato acerca do poder que as ciências e as teorias têm de agir materialmente e verdadeiramente sobre os nossos corpos e as nossas mentes [...]¹⁰⁹

Monique Wittig, *The Straight Mind*

No seu seminal *Bodies that Matter*, Judith Butler argumenta que normas regulatórias e práticas discursivas estão associadas não apenas a processos de formação subjetiva – estes, abordados anteriormente pela autora em *Gender Trouble* a partir de sua teoria da performatividade de gênero –, mas também à produção da própria materialidade dos corpos. Pautada pela ênfase foucaultiana na faceta positiva/produzida das dinâmicas de poder-saber que tomam parte na modernidade, Butler afirma que o corpo e as diferenças sexuais devem ser compreendidos como resultados de processos historicamente contingentes e ideologicamente investidos de *materialização*, em detrimento das habituais compreensões naturalistas que os entendem como facticidades biológicas dadas e pré-discursivas.

Entretanto, no decorrer de sua argumentação, observamos que a noção de “materialização” proposta pela autora e os potenciais constitutivos atribuídos por

¹⁰⁹ Tradução livre. No original: “There is nothing abstract about the power that sciences and theories have, to act materially and actually upon our bodies and our minds [...]” (Wittig, 1990: 53).

ela às práticas discursivas são majoritariamente circunscritos aos domínios da linguagem, dos sentidos e das estruturas de inteligibilidade, ênfase que enseja uma subteorização do corpo físico e das dimensões materiais das práticas regulatórias através das quais corpos são performados. Conforme analisamos pormenorizadamente no Capítulo 2, a teoria butleriana da “materialização” corporal é alicerçada na premissa de equivalência entre “produção” discursiva e produção material, de tal maneira que, nela, a ideia de “construção” se vê reduzida a sinônimo de “significação”¹¹⁰. Em outras palavras, “Butler não está falando de substância física quando trata de matéria e de materialização” (Davis, 2010: 159)¹¹¹, mas das maneiras como corpos são variavelmente interpretados e adquirem sentidos na/pela linguagem.

Por exemplo, quando afirma, já nas primeiras páginas de *Bodies that Matter*, que normas regulatórias atuam de modo a materializar o sexo do corpo segundo um imperativo heterossexual (Butler, 1993: 1-2), a autora está, de fato, pontuando que nossas percepções acerca daquilo que conta como natural, normal e “real” se dão sempre internamente a determinados regimes políticos de “verdade”, sendo que estruturas de inteligibilidade impregnadas por ideais heteronormativos cumprem em condicionar nossos entendimentos dos corpos, garantindo que diferenças sexuais binárias sejam percebidas enquanto “realidades naturais” e autoevidentes. Ou seja, após atentarmos para os reais sentidos que determinados termos adquirem em meio às proposições butlerianas (nomeadamente, noções como “constituir”, “produzir” e “materializar”), uma afirmação que, à primeira vista,

¹¹⁰ Ver Capítulo 2, em especial a seção “*Butler, performatividade e materialização*”.

¹¹¹ Tradução livre. No original: “Butler is not talking of physical substance when she speaks of matter and materialization” (Davis, 2010: 159).

parece dotada de teor materialista contundente – “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo” (Butler, 1993: 2)¹¹² – ganha contornos metafóricos; afinal, as teorizações que a sustentam se restringem ao âmbito das problemáticas de “produção” (as aspas são aqui fundamentais) simbólica e epistemológica, falhando em explicitar como as normas regulatórias e os discursos poderiam *literalmente produzir* a materialidade somática em toda sua irreduzível carnalidade ontológica.

Haveria, porém, alguma forma de literalizarmos as alegações pós-estruturalistas de que os corpos são produzidos discursivamente? Seria realmente possível que o poder e as normas regulatórias construam corpos para além do nível conceitual? Se sim, como isso se daria? Ainda, quais seriam as modificações a serem feitas nos entendimentos que habitualmente nutrimos acerca da natureza das “práticas discursivas”, que nos permitiriam realizar essa superação dos limites linguísticos e epistemológicos que marcam posições construtivistas sobre os corpos?

No presente capítulo, buscamos demonstrar brevemente que as contribuições do realismo agencial podem iluminar nossos entendimentos acerca das relações estabelecidas entre práticas discursivas e a materialidade dos corpos, no sentido de tensionar, ao ponto de munir de literalidade, a máxima pós-estruturalista de que os discursos “formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 1969: 67). Para tanto, nos debruçamos sobre a agenesia vaginal

¹¹² Tradução livre. No original: “the regulatory norms of ‘sex’ work in a performative fashion to constitute the materiality of bodies and, more specifically, to materialize the body's sex” (Butler, 1993: 2).

– malformação congênita caracterizada pela ausência ou hipoplasia severa dos dois terços superiores do canal vaginal (Coutinho, 2011) – associada à Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser, focando, em especial, nos tratamentos aos quais mulheres com MRKH são submetidas visando a construção de uma neovagina.

Iniciamos nossa trajetória analítico-argumentativa convocando as falas da participante **J**, que remetem ao momento em que ela foi primeiramente informada sobre o fato de sofrer de agenesia vaginal. Em um diálogo direto com as contribuições da tradição pós-estruturalista, abordamos tal relato de modo a desvelar algumas das premissas que subjazem à definição biomédica do que seria uma vagina “normal”, evidenciando assim como entendimentos científicos da anatomia feminina (em particular, os critérios médicos que embasam a identificação de determinadas conformações genitais como patológicas), pretensamente objetivos e alheios a relações de poder, são estruturados por normas regulatórias e discursos sociopolíticos específicos. Esse momento inicial de nossa análise – no qual, em termos mais propriamente foucaultianos, elucidamos como o poder (falocêntrico e heteronormativo) produz e opera através do saber (médico-anatômico) – visa ilustrar brevemente os potenciais e os limites das teorizações pós-estruturalistas acerca dos processos de “materialização” corporal.

Em seguida, informados pela radical reformulação materialista da noção de “discurso” promovida pelo realismo agencial (a renovada ênfase bohriana-baradiana no caráter materialmente incorporado de conceitos e epistemes), nos debruçamos sobre os tratamentos da agenesia vaginal indicados a mulheres com MRKH. Argumentamos que tais intervenções médico-terapêuticas figuram enquanto *loci* privilegiados para que possamos vislumbrar como o poder e as

normas regulatórias operam localmente seus potenciais produtivos e disciplinares sobre os corpos a nível ontológico, físico e carnal, e não apenas epistêmico, garantindo assim um lastro materialista às posições construtivistas de inspiração pós-estruturalista apresentadas anteriormente.

6.1. Genitália Política: afinal, que vaginas “importam”?

J, participante portuguesa atualmente com 33 anos, relembra um acontecimento que, em suas palavras, a “fez questionar tudo”: o momento em que, quando tinha 17 anos, recebeu o diagnóstico de agenesia vaginal associado à MRKH. Diferentemente de grande parte das demais entrevistadas, **J** relata que o principal fator motivador de sua primeira consulta com uma ginecologista não foi a ausência de menstruação, mas as diversas tentativas frustradas de ter relações sexuais envolvendo penetração vaginal:

J: Depois de tantas tentativas para ter relações e todas sem sucesso, pensei que alguma coisa não estava bem [...] Foi quando fui à consulta e a médica tentou introduzir [no canal vaginal] um “cotonete” – um cotonete assim, muito grande –, não conseguiu e disse-me: “*A J não tem vagina!*”. Esse foi o primeiro baque. A nível psicológico, foi muito doloroso. Porque não se diz um diagnóstico assim [...]. Porque a mulher que entrou não seria a mesma que ia sair daquele consultório, em um espaço de 15 minutos (*EJ*, 5min 34s – 7min 08s).

Reconhecendo de antemão a multiplicidade de problemáticas passíveis de serem abordadas a partir da fala de **J**¹¹³, debruçamo-nos especificamente sobre o

¹¹³ Poderíamos, por exemplo, mediante uma perspectiva foucaultiana, explorar como o relato evidencia a autoridade de que goza na contemporaneidade o saber médico enquanto mecanismo privilegiado de produção de “verdades” sobre indivíduos e corpos, o que lhe garante uma posição de centralidade em meio a processos de subjetivação e assujeitamento que ocorrem sob a égide

peculiar enunciado proferido pela ginecologista: “A **J** não tem vagina!”. Notemos, inicialmente, que tal afirmação é, em seguida, contestada pela participante, que sublinha o fato das malformações associadas à MRKH não acometerem a totalidade do órgão genital feminino, mas serem restritas a parte do canal vaginal:

J: A vagina está lá e, ao olho nu, é perfeitamente normal. Com os lábios maiores, menores, uretra... Estão lá – é tudo igual (EJ, 9min 00s – 9min 10s).¹¹⁴

Cabe, nesse sentido, indagarmos: qual é a definição marcadamente restrita de “vagina” a qual a profissional médica se reporta para identificar contrastivamente a genitália de **J** – que, excetuando-se os dois terços superiores do canal vaginal, se mostra “perfeitamente normal” e “igual” às genitálias de demais mulheres – como uma “não-vagina”? Quais são os parâmetros de normalidade vaginal que sustentam a significação da anatomia genital da participante como uma variação

do biopoder. Outra leitura possível poderia se valer da visada butleriana, de modo a analisar como o enunciado proferido pela ginecologista após o exame com o “cotonete” se trata de um ato de fala performativo de caráter patologizante, cujo efeito imediato é deslocar o indivíduo ao qual se endereça para uma nova posição de sujeito marcada por sentidos de anormalidade e abjeção, desestabilizando radicalmente os sentimentos mais profundos de **J** sobre sua própria subjetividade encarnada.

¹¹⁴ Seria possível levantar a hipótese de que a discordância entre as posições de **J** e da ginecologista se deve a tensões entre os entendimentos corriqueiros (não-especializados) e “técnicos” (médico-científicos) do termo “vagina”. Enquanto, na literatura médica, “vagina” tem como seu referente anatômico especificamente o canal que se estende do colo do útero até o vestíbulo (Dilly, 1995) – ou seja, a parte interna e tubular do órgão genital feminino –, os usos corriqueiros do termo tendem a se referir ao órgão genital como um todo ou à genitália externa (vulva), em particular (Braun, 2000: 18). Todavia, mesmo se assumirmos que a colocação da ginecologista teve como alvo o referente “técnico” da noção de “vagina” (ou seja, o canal), ela ainda causa alguma estranheza, afinal, conforme aponta a literatura científica, a MRKH afeta *parte* do canal vaginal (dois terços superiores), causando seu encurtamento (Herlin *et al.*, 2018: 746; Sousa *et al.*; 2014: 8; Borges *et al.*, 2012: 134; Rabelo, 2018: 54), um quadro marcadamente diferente daquele sugerido pela afirmação totalizante “a **J** não tem vagina”. Como acentuam Almeida e Cunha (2012: 42), em casos de MRKH “os dois terços superiores da vagina são aplásicos, *existindo uma vagina resquicial derivada do seio uro-genital*”, de modo que “the lower part of the vagina is usually unaffected” (Ledig; Wieacker, 2018: 3). Nos dedicamos a explorar na presente seção exatamente as razões pelas quais esse encurtamento do canal vaginal ganha tamanha centralidade nos discursos médicos, ao ponto de fundamentar a afirmação de ausência total da vagina.

patológica que requer tratamento/ “correção”? Em suma: o que “conta” como uma vagina e que vaginas “importam” (*matter*)¹¹⁵?

Um breve resgate etimológico e histórico pode nos oferecer algumas pistas iniciais. Advinda do latim, a palavra “*vagina*” significava originalmente bainha ou um suporte para o *gladius*, espada romana cujo nome era popularmente utilizado para se referir ao pênis (Fernandes, 1999). Nesse sentido, o próprio termo, ao “representar a vagina como um receptáculo passivo que aguarda penetração da mesma forma que uma bainha aguarda uma espada” (Kitzinger, 1983: 38)¹¹⁶, estabelece algumas associações simbólicas que se pretendem essenciais ao órgão que nomeia (passividade, disponibilidade, receptividade ao falo, etc.), assim como afirma determinada complementaridade “natural” entre pênis e vagina. Tal entendimento da genitália feminina como sendo, fundamentalmente, um mero “buraco-envelope” para o órgão masculino (Irigaray, 2018: 61) se faz presente na história da medicina desde Galeno, para quem a vagina se tratava de um pênis voltado para dentro (Laqueur, 2001: 16). A trajetória do desenvolvimento do saber científico anatômico atesta o poder e a longevidade da visada galênica sobre o corpo feminino: “por séculos, desenhos anatômicos da genitália interna das mulheres apresentariam uma semelhança perturbadora [*uncanny*] com a genitália externa do homem” (Tuana, 1988: 42)¹¹⁷. De fato, a iconografia anatômica

¹¹⁵ No decorrer da presente seção, fazemos repetidas alusões à noção de “importar” como uma das facetas da ideia de “*matter*” tal como mobilizada por Judith Butler (1993). Nessa altura de nossa exposição, nos referimos especificamente à dimensão epistemológica do argumento butleriano, definindo um órgão ou um corpo que “importa” enquanto aquele que se posiciona internamente ao campo da inteligibilidade cultural circunscrito pelos parâmetros hegemônicos de normalidade anatômica.

¹¹⁶ Tradução livre. No original: “represent the vagina as a passive receptacle awaiting penetration as a scabbard awaits a sword” (Kitzinger, 1983: 38).

¹¹⁷ Tradução livre. No original: “for centuries, anatomical drawings of women’s internal genitalia would bear an uncanny resemblance to man’s external genitalia” (Tuana, 1988: 42).

renascentista da vagina é caracterizada por retratar o órgão como sendo “projetado” para ter um pênis em seu interior (Laqueur, 2001).

Apesar do declínio do modelo de sexo único a partir do século XVIII e das grandes mudanças que se seguiram no tocante aos entendimentos da anatomia genital feminina (Laqueur, 2001), a compreensão da vagina como se tratando de, primordialmente, um receptáculo passivo para o pênis, continuará permeando o saber biomédico e o senso comum modernos. Como nos mostra Virginia Braun (2000: 26-27), uma ampla variedade de textos contemporâneos (que se estendem da literatura médica e ginecológica a dicionários) define a vagina a partir de sua imaginada “função natural” (mais propriamente, função normativa), qual seja: ser penetrada por um pênis durante o coito. A autora sublinha que, em meio aos entendimentos hegemônicos sobre o órgão, “penetrative heterosexual is not a *potential* activity a woman's vagina could be part of, but the central activity that it is *meant* to do” (Braun, 2000: 143). Desse modo, vemos que as definições científicas e populares sobre o que uma vagina “é” parecem já ser marcadas por um esforço sociopolítico implícito de delimitação de suas funções e de seus usos “normais”.

Tal “imperativo penetrativo” que marca os entendimentos acerca da genitália feminina se expressa claramente nos atuais procedimentos cirúrgicos de reconstrução vaginal aos quais crianças intersexuais são submetidas. Como nos mostra Kessler (1998) ao analisar os critérios mobilizados por profissionais de saúde para aferir os níveis de sucesso dessas intervenções, uma vagina de “bom” tamanho é tipicamente definida como aquela capaz de acomodar um pênis “normal”. Em outras palavras, a reconstrução de uma vagina se torna, nesses casos, sinônimo de construção cirúrgica de um orifício penetrável; “adequação” e “normalidade anatômica” se convertem, aos olhos da biomedicina, em funções da

capacidade ou incapacidade do órgão tomar parte em práticas heterossexuais centradas no coito.

Podemos afirmar, portanto, que concepções biomédicas acerca da anatomia sexual feminina, longe de caracterizarem saberes científicos plenamente desinteressados e alheios a dinâmicas de poder, figuram enquanto dispositivos discursivos de regulação anátomo-política (Foucault, 1999) saturados de compreensões falocêntricas e heteronormativas. Ao definirem a vagina como “única e exclusivamente aquele orifício que pode receber um pênis adulto” (Preciado, 2014: 135), tais discursos promulgam um inquebrantável vínculo de dependência e subordinação da genitália feminina em relação ao órgão sexual masculino que, entre outros efeitos, cumpre em elidir qualquer possibilidade de consideração da vagina em sua singularidade. Ainda, essas definições são erigidas a partir de um quadro que claramente presume a heterossexualidade como norma (afinal, o que caracteriza uma genitália feminina “normal” é, em última instância, sua capacidade de ser penetrada pelo pênis), de modo a “construírem” a vagina como “um objeto heterossexual” (Braun, 2000: 157).

É a partir dessa leitura que podemos lançar luz sobre a célebre resposta dada por Monique Wittig a uma indagação sobre sua genitália. Alain Touraine, em entrevista, narra o famoso acontecimento:

Monique Wittig visitou uma faculdade na Nova Inglaterra, deu uma conferência e no final alguém, uma mulher, perguntou: “Sra. Wittig, você tem vagina?”. Ela respondeu: “É óbvio que não. Sou lésbica. [...]”¹¹⁸ (Adelman, 2004: 172)

¹¹⁸ Em *Gender Trouble*, ao comentar algumas das críticas feitas por Wittig à acentuada valorização das especificidades anatômicas femininas nas teorizações de Irigaray, Judith Butler menciona brevemente um acontecimento parecido: “Numa conferência no Vassar College, perguntaram a Wittig se ela tinha uma vagina, e ela respondeu que não” (Butler, 2003: 221).

O que Wittig busca evidenciar com tal provocação é que, analogamente ao modo como, em sua compreensão, lésbicas não são mulheres, devido ao fato da noção de “mulher” não se reportar a uma mera categoria biológica, mas nomear uma classe política definida pelas relações de servidão simbólica, econômica e política que estabelece com homens – relações opressivas das quais “lésbicas escapam quando rejeitam tornar-se ou seguir sendo heterossexuais” (Wittig, 1993: 108)¹¹⁹ –, lésbicas também não podem ter vagina, visto que esta não se trata de um autoevidente órgão biológico, mas diz respeito a uma entidade anatômico-política definida por uma relação sócio-sexual específica com o pênis, esta, igualmente rejeitada por aquelas que quebram o “contrato heterossexual” (Wittig, 1990).

A proximidade entre a colocação de Wittig “as lésbicas não têm vagina” (Preciado, 2014: 135) e a fala da ginecologista “a J não tem vagina” se deve exatamente ao fato de ambas evocarem – visando objetivos marcadamente diferentes e produzindo efeitos praticamente opostos – o fundamento falocêntrico e heteronormativo do entendimento hegemônico da genitália feminina, qual seja: uma “vagina” que não é/não pode ser penetrada por um pênis (seja devido a uma negação deliberada das práticas penetrativas heterossexuais, seja por conta do encurtamento congênito do canal vaginal) não é, propriamente, uma vagina – ou, em termos butlerianos, não é uma vagina que “importe” (*matter*).

Como coloca Preciado (2014), a heteronormatividade e o falocentrismo operam seus potenciais disciplinares sobre corpos e práticas sexuais (também) mediante a produção de uma “ordem anatômico-política” referendada pelo discurso

¹¹⁹ Tradução livre. No original: “lesbians escape by refusing to become or to stay heterosexual” (Wittig, 1993: 108).

biomédico, na qual corpos “normais” são definidos como aqueles cuja conformação anatômica os habilita a tomar parte em relações heterossexuais específicas – nomeadamente, relações penetrativas entre vagina e pênis.

A aparente sinédoque que marca a afirmação da ginecologista ao diagnosticar **J** – o modo como a malformação de uma parte específica do órgão genital (dois terços superiores do canal vaginal) enseja a afirmação da ausência do órgão como um todo – revela a sutil pervasividade desses discursos normativos em meio às compreensões e ao olhar biomédicos. A parte privilegiada pela profissional e por ela selecionada para representar o “todo” é exatamente aquela que viabilizaria, em condições “normais”, a penetração peniana, e não, por exemplo, o clitóris, “parte” que não tem qualquer outra função além do prazer da mulher (Braun, 2000: 19). Nesse quadro, a contestação de **J** ao diagnóstico pode ser compreendida enquanto, em determinado sentido, um ato de resistência em relação às interpelações normativas do biopoder e do “imperativo penetrativo”. Ao contrariar a afirmação da profissional e sublinhar que *sua genitália, mesmo não sendo penetrável, é uma vagina*, a participante está promovendo um radical deslocamento dos tradicionais critérios subjacentes às definições hegemônicas do que “conta” como uma vagina, de modo a atribuir a outros traços, que não aqueles delimitados por parâmetros heterossexistas e falocêntricos, o estatuto de elementos definidores do órgão genital feminino.

Em suma, é um regime epistemológico historicamente contingente e pautado por critérios heterossexuais normativos (o “imperativo penetrativo”) que forma a percepção sobre os corpos e faz com que os discursos biomédicos considerem os órgãos genitais de **J** e de demais mulheres com MRKH como não se tratando de expressões normais e legítimas da variabilidade anatômica feminina, mas

exceções patológicas que demandam “correção”. Nesse sentido, segundo uma visada butleriana, seria possível afirmar que o enunciado proferido pela ginecologista após examinar a participante ilustra exemplarmente como o poder e os discursos operam de maneira performativa suas capacidades produtivas sobre os corpos: mais que uma mera constatação objetiva de uma verdade biológica pré-discursiva, a declaração “a J não tem vagina” caracteriza um ato de fala performativo que, investido de teor normativo e a serviço de objetivos regulatórios do biopoder, “produz” o corpo da participante enquanto “anormal”.

Eis que, nesse ponto, vislumbramos uma espécie de limite das perspectivas construtivistas de inspiração pós-estruturalista. Desvelado o caráter normativo e ideologicamente investido das práticas linguístico-discursivas que significam os corpos, nos confrontamos com o fato de que tal análise ainda parece conceber determinada exterioridade entre “práticas discursivas” e “carne”, não esclarecendo como as primeiras poderiam *literalmente* construir a última. Sem dúvida, a conformação genital de J não é essencialmente dotada de um caráter patológico *per se* e as estruturas de inteligibilidade socio-historicamente situadas por meio das quais sua anatomia nos é “dada” condicionam nossos entendimentos pretensamente mais elementares e imunes a injunções regulatórias sobre sua materialidade corporal. Todavia, seriam tais fatores o bastante para justificar a categórica afirmação butleriana de que discursos normativos *materializam os corpos*? De fato, a teoria da “materialização” corporal proposta por Butler parece não responder a uma indagação fundamental: através de que mecanismos e mediante que processos situados, as definições culturais do que seria uma anatomia genital feminina “normal” realmente *performam* ou *constituem* o corpo em toda sua irreduzível tangibilidade física?

A seguir, buscamos ilustrar, mediante análise do relato da participante **J** acerca dos procedimentos terapêuticos aos quais foi submetida para tratamento da agenésia vaginal associada à MRKH, como o realismo agencial de Karen Barad pode contribuir para o esforço de adjetivação material das colocações pós-estruturalistas acerca dos potenciais constitutivos dos discursos e do poder regulatório, de modo a nos apresentar caminhos para a edificação de um quadro político-teórico no qual “constructedness does not deny materiality” (Barad, 1996: 181).

6.2. Do verbo à carne

Em uma breve passagem de sua famosa obra *Os Monólogos da Vagina*, Eve Ensler relata um encontro com uma “bela jovem garota em Oklahoma”. Esta lhe contou como descobriu, aos 14 anos, sofrer de agenésia vaginal associada à MRKH:

Ela estava brincando com a amiga. Elas compararam seus órgãos genitais e ela percebeu que os dela eram diferentes, algo estava errado. Ela foi ao ginecologista com seu pai, de quem era próxima, e o médico descobriu que na verdade ela não tinha vagina ou útero. Seu pai estava com o coração partido, tentando reprimir suas lágrimas e tristeza para que sua filha não se sentisse mal. No caminho do médico para casa, em uma nobre tentativa de confortá-la, ele disse: “Não se preocupe, querida. Tudo vai ficar bem. Na verdade, tudo vai ficar ótimo. *Nós vamos comprar a melhor vagina caseira [homemade pussy] da América. E quando você conhecer seu marido, ele saberá que mandamos fazer especialmente para ele*”. (Ensler, 2001: 99-100, ênfase nossa)¹²⁰

A fala do pai evidencia um fato curioso: as modificações corporais às quais a menina seria submetida, como forma de tratamento de sua recém-descoberta

¹²⁰ Tradução livre. No original: “She was playing with her girlfriend. They compared their genitals and she realized hers were different, something was wrong. She went to the gynecologist with her father, the parent she was close to, and the doctor discovered that in fact she did not have a vagina or a uterus. Her father was heartbroken, trying to repress his tears and sadness so his daughter would not feel bad. On the way home from the doctor, in a noble attempt to comfort her, he said, ‘Don’t worry, darlin’. This is all gonna be just fine. As a matter of fact, it’s gonna be great. We’re gonna get you the best homemade pussy in America. And when you meet your husband, he’s gonna know we had it made specially for him”. (Ensler, 2001: 99-100)

malformação genital, teriam como meta principal satisfazer não necessariamente a própria garota, mas um vindouro marido; de fato, conforme colocado ao final do trecho, a “nova vagina” seria construída “especialmente para ele”. Ou seja, a “solução” preconizada pelo pai consiste, em última instância, na realização de procedimentos que habilitarão o órgão genital de sua filha a ser futuramente penetrado por um pênis durante o coito. Vemos, portanto, que a longeva ênfase cultural no papel receptivo da vagina e o teor falocêntrico e heteronormativo que permeia as definições biomédicas e populares do órgão estruturam, no trecho, os entendimentos sobre procedimentos indicados para o tratamento da garota.

É interessante notar que, apesar da linguagem leiga, a fala do pai retrata com fidelidade os pressupostos e os objetivos gerais que pautam os procedimentos terapêuticos conduzidos por profissionais médicos em casos de MRKH. De fato, o saber biomédico é inequívoco ao estabelecer o que seria o “tratamento” indicado para a agenesia vaginal associada à Síndrome: construir, mediante métodos cirúrgicos ou não cirúrgicos¹²¹, uma vagina “funcional”, entendida como uma cavidade cuja profundidade e largura permitam a penetração peniana durante o coito (Herlin *et al.*, 2018: 746). Esther Leidolf (2006), ao discorrer sobre sua vivência

¹²¹ Em meio aos procedimentos não cirúrgicos, se destaca o método de Frank, considerado na literatura médica como o tratamento de primeira linha (Sousa *et al.*, 2014; Herlin *et al.*, 2018). Este consiste em um processo de dilatação mediante o qual a cavidade vaginal rudimentar é distendida e alargada via o uso de dilatadores fálcos de comprimento e diâmetro progressivamente maiores (Dornelas, 2011). Entre as técnicas cirúrgicas mais utilizadas, temos a operação de Abbe-McIndoe, operação de Wharton-Sheares-George e técnica de Vecchietti. A operação de Abbe-McIndoe envolve a introdução, no canal cirurgicamente criado, de um molde vaginal rígido de formato fálco revestido de enxerto cutâneo; o procedimento de Wharton-Sheares-George consiste na dissecação do espaço vésico-retal e dilatação dos canais müllerianos vestigiários, de modo a criar dois túneis separados por um septo central posteriormente excisado para formar uma cavidade única; já a técnica de Vecchietti promove a dilatação mediante uso de uma “oliva” acrílica inserida na fosseta vaginal e conectada por fios a um mecanismo de tração colocado no abdômen (Sousa *et al.*, 2014; Herlin *et al.*, 2018; Schätz; Huber; Wenzl, 2005; Piazza, 2014). Como afirmam Sousa *et al.* (2014), independentemente da técnica utilizada, a construção cirúrgica de uma neocavidade vaginal implica a utilização, no pós-operatório, de dilatadores vaginais que devem ser manejados pela própria paciente, objetivando evitar o fechamento do canal.

enquanto uma mulher Rokitansky lésbica que, na adolescência, foi submetida compulsoriamente a uma vaginoplastia, evidencia tais critérios de normalidade funcional que pautam os processos terapêuticos de construção de um novo canal vaginal: “as I have been repeatedly told by my various physicians over the years, a functional vagina is one ‘that will be able to accept a normal size penis’” (Leidolf, 2006: 80).

Podemos observar, portanto, que o regime epistemológico anteriormente nomeado de “imperativo penetrativo” (um conjunto de entendimentos sobre a anatomia genital feminina estruturado por parâmetros de normalidade falocêntricos e que presumem a heterossexualidade) parece, aqui, transcender a esfera abstrata dos “sentidos” e da inteligibilidade cultural, alcançando determinado “suporte” no plano objetivo, na forma de práticas materiais que cumprem em *literalmente* construir os corpos segundo ideais anátomo-políticos específicos.

Nesse ponto, para explorarmos mais detidamente as relações estabelecidas entre o “discursivo” e o “material” em meio aos tratamentos aos quais mulheres com MRKH são submetidas, cabe retomarmos algumas proposições do realismo agencial. Conforme abordado anteriormente, no quadro epistemológico desenvolvido por Niels Bohr, conceitos teóricos não são vistos enquanto elementos puramente ideacionais, mas se tratam de arranjos materiais específicos (Barad, 2007: 196). Bohr formula tal entendimento com base em suas análises de experimentos dedicados à observação de partículas. O físico dinamarquês demonstra, por exemplo, que a noção de “posição” apenas alcança sentido em contexto laboratorial quando um aparato observacional rígido e detentor de partes fixas é mobilizado, o que desautoriza o entendimento habitual de “posição” enquanto um conceito puramente abstrato e portador de sentidos determinados

independentemente das especificidades da prática experimental concreta (Barad, 2003: 814).

Informada pela ênfase bohriana dada à natureza intrinsecamente material dos conceitos, Karen Barad (2007) busca complementar as teorizações pós-estruturalistas sobre as relações estabelecidas entre poder e materialidade corporal sublinhando as dimensões materiais das práticas regulatórias. Para a autora, da mesma forma que conceitos teóricos são incorporados em arranjos físicos particulares que lhes garantem sentido, “o discurso é possibilitado por práticas materiais específicas” (Barad, 2007: 148)¹²². Desse modo, Barad propõe que aspectos aparentemente abstratos do mundo tais como normas sociais, epistemes e assimetrias de poder (racismo, sexismo, etc.), longe de serem meras formulações linguísticas ideacionais que estabelecem relação de exterioridade com o “real”, consistem em práticas materiais situadas – são aparatos de produção corporal detentores de presença física. No quadro realista agencial, práticas discursivas são redefinidas como “specific material (re)configurings of the world through which the determination of boundaries, properties, and meanings is differentially enacted” (Barad, 2007: 148). Ou seja, Barad reformula a noção foucaultiana de “práticas discursivas” à luz da ênfase dada por Niels Bohr à natureza materialmente incorporada dos conceitos, de modo a acentuar como o poder-saber detém uma dimensão de existência concreta – “an ontological thereness” (Barad, 2007: 210) – na forma de práticas material-discursivas (ou “aparatos de produção corporal”).

Observemos como tal atenção baradiana às dimensões materiais do poder regulatório podem iluminar nossas compreensões dos tratamentos conduzidos no

¹²² Tradução livre. No original: “discourse is made possible through specific material practices” (Barad, 2007: 148).

caso de **J**. A participante relata que, poucos meses após ter recebido o diagnóstico de agenesia vaginal associado à MRKH, foi submetida a um procedimento cirúrgico para construção de um novo canal vaginal. Após um doloroso período pós-operatório no hospital¹²³, **J** pôde dar continuidade ao tratamento em casa. Ela relata que essa etapa envolveu a utilização de moldes que deveriam ser introduzidos na neocavidade vaginal com frequência variável, objetivando consolidar a profundidade e a largura criadas cirurgicamente. Um desses moldes – o qual, nas palavras da entrevistada, além de ser desconfortável, causou “um certo impacto psicológico” devido a sua forma “realista” – chama atenção:

J: [...] Nós temos que usar isto [**J** apresenta o “molde” – *um dildo que imita fielmente um pênis*], porque não há nenhum recurso ajustado. Tu estás a passar por um processo de Rokitansky, no qual ainda nem começastes a ter relações sexuais, e tens que pôr [na neocavidade vaginal] uma “pilhina” de silicone, que vais comprar numa sex-shop!

Entrevistador: Este “molde” foi comprado por você, em uma sex-shop?

J: Sim. E fui comprar com outra rapariga Rokitansky, que já tinha sido operada [...] Éramos eu e ela na sex-shop a comprar uma “pilhina” (*EJ*, 28min 55s – 29min 34s).¹²⁴

¹²³ No caso específico de **J**, o profissional médico responsável por seu tratamento optou por mobilizar uma técnica cirúrgica conhecida como vaginoplastia de Wilflingseder. Esta envolve a dissecação do espaço vésico-retal e introdução de um molde vaginal de formato fálico revestido de tecido retirado do intestino delgado da paciente (Karim *et al.*, 1995). A entrevistada relembra que se seguiu à operação um período de 13 dias de repouso, no qual ela teve que permanecer no hospital, deitada e imóvel, com a prótese vaginal introduzida na cavidade recém-construída.

¹²⁴ Cabe ressaltar que o uso de um dildo “realista” é prescrito diretamente pelos profissionais médicos. A “outra rapariga Rokitansky” à qual **J** faz referência é **A**, também participante da pesquisa. Ela informa que, após ter sido operada, o profissional médico responsável (o mesmo profissional que conduziu o tratamento de **J**) a acompanhou até uma sex-shop para realizar a compra do dildo.

O trecho é revelador da indissociabilidade das práticas médico-terapêuticas às quais mulheres com MRKH são submetidas e discursos falocêntricos e heteronormativos que definem a vagina enquanto um mero “‘abrigo’ do sexo masculino” (Irigaray, 2018: 61). De fato, o uso de um dildo “realista” – isto é, que imita fielmente seu referente anatômico (o pênis) – como instrumento para conformação da anatomia genital de J torna claro que tais tratamentos, longe de serem procedimentos voltados à simples produção de um órgão, caracterizam esforços dedicados a moldar corpos para que estes se adequem a práticas sexuais normativas – nomeadamente, práticas heterossexuais penetrativas entre pênis e vagina. Como afirma Leidolf (2006), desvelando os entrelaçamentos material-discursivos estruturantes das terapêuticas indicadas a mulheres com MRKH: “*We are literally molded to fit societal values*” (Leidolf, 2006: 58).

Nesse quadro, o dildo pode ser compreendido enquanto um aparato material-discursivo de produção corporal, cujo funcionamento cumpre em presentificar, *na carne*, uma norma regulatória anteriormente concebida como restrita às esferas abstratas da linguagem e das ideias: o imperativo penetrativo. Mais que um simples objeto, ele é uma espécie de “vetor material-semiótico”, uma sedimentação local de um processo de gestão anátomo-política dos corpos femininos pautado por ideais falocêntricos e heteronormativos. O dildo marca a instância física mediante a qual enunciados biomédicos que definem a vagina enquanto um órgão naturalmente “designed to fit the penis” (Moore; Clarke, 1995: 285) operam seus efeitos performativos (literalmente *produzem aquilo que declaram*) e *materializam* corpos segundo demandas culturais normativas. A eficácia constitutiva e materializadora do poder disciplinar é, aqui, observável em toda sua dimensão empírica.

É importante salientar que, analogamente ao entendimento butleriano de performatividade enquanto “a prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (Butler, 1993: 2)¹²⁵, o efeito substancializador dos aparatos material-discursivos em funcionamento no caso de J não deriva de um “ato ou evento singular”, mas depende de determinada “repetição estilizada de atos” (Butler, 2003: 200). Como relatado pela entrevistada e demais participantes, o procedimento cirúrgico é apenas o início de um longo processo de “manutenção” do canal vaginal, marcado pela necessidade de uso contínuo ou intermitente do dildo. Carvalho *et al.* (2007) afirmam que, em casos de MRKH, a “manutenção da cavidade neovaginal adequada” depende da “adesão da paciente às recomendações quanto ao uso do molde vaginal pós-operatório” e da “prática de exercícios com o mesmo” (Carvalho *et al.*, 2007: 622). Nesse sentido, compreendendo o dildo como um aparato material-discursivo que instancia localmente demandas culturais normativas, seu uso terapêutico reiterado se mostra enquanto um modo de “inculcar repetidamente uma norma” (Butler, 1993: 8). Portanto, vemos que, nos casos de mulheres com MRKH, o processo performativo de materialização de um corpo “normal” e “adequado” não é redutível à reiteração de atos de fala, como parecem promulgar os usos butlerianos da noção de performatividade em meio a seus debates sobre materialização (evidenciando, assim, os limites linguístico-discursivos que marcam muitas das apropriações pós-estruturalistas do conceito), mas envolve também a repetição de práticas materiais situadas, voltadas para a estabilização da conformação anatômica segundo um modelo específico de normalidade genital heterossexualmente definida. Em outras

¹²⁵ Tradução livre. No original: “the reiterative and citational practice by which discourse produces the effects that it names” (Butler, 1993: 2).

palavras, a “normalidade anatômica” é performada mediante a reiteração continuada de práticas material-discursivas.

Em suma, o advento da perspectiva realista agencial garante uma fundamental complementação materialista às visadas construtivistas de inspiração pós-estruturalista, sublinhando o fato de que qualquer teoria da materialização corporal estará fatalmente limitada caso não reconheça os mecanismos materiais a partir dos quais o poder regulatório opera localmente e as transformações concretas implicadas nos processos de constituição performativa dos corpos. Dito de outra forma, as contribuições baradianas nos permitem reconhecer que processos de materialização corporal nunca são apenas epistêmicos, mas se tratam sempre-já de dinâmicas inextricavelmente material-discursivas.

Ao analisar o caso de **J** à luz das proposições de Karen Barad, vislumbramos que o falocentrismo e a heteronormatividade não se restringem a condicionar as interpretações culturais dos corpos de mulheres com MRKH, mas atuam de maneira a constituir tais corpos em toda sua irreduzível concretude ontológica. Isso é possível pois, no quadro baradiano, normas culturais não são enunciados linguísticos abstratos, mas se tratam de aparatos material-discursivos de produção corporal. As intervenções médicas “corretivas” às quais mulheres com MRKH são tradicionalmente submetidas instanciam e suportam regimes político-epistemológicos particulares, figurando como os mecanismos material-semióticos através dos quais normas e o poder regulatório exercem seus potenciais produtivos e disciplinares sobre os corpos não apenas na esfera dos sentidos, mas no âmbito da materialidade anatômica e carnal.

Desvelada a natureza intrinsecamente material das práticas regulatórias, não se faz de modo algum misteriosa a eficácia constitutiva de seu funcionamento,

sendo possível afirmar – sem recurso às aspas, à linguagem metafórica ou à redução da *soma* a mera posição discursiva – que, efetivamente, *normas culturais atuam performativamente de modo a materializarem corpos*.

Conclusão

O corpo como *Phenomenon*

Por que nossos corpos devem terminar na pele, ou incluir, na melhor das hipóteses, seres encapsulados por pele?¹²⁶

Donna Haraway, *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*

A contundente indagação de Donna Haraway direciona-se criticamente à integridade corporal que fundamenta a definição moderna de ser humano. Em oposição à perspectiva cartesiana que, como vimos, compreende o sujeito enquanto idealidade racional e centrada, cujo sustentáculo material é um corpo inerte, detentor de propriedades essenciais e fronteiras inerentes que o separam inequivocamente do ambiente no qual se situa e com o qual estabelece “relação” de absoluta exterioridade, Haraway produzirá um extenso e influente edifício teórico cuja tônica é a crítica ao atomismo e ao individualismo estruturantes de binarismos tradicionais como natureza/cultura, objeto/sujeito, outro/mesmo, etc.

Especificamente acerca do corpo humano, a pensadora norte-americana defenderá que, no contexto contemporâneo, marcado pelo rápido desenvolvimento e ubiquidade das biotecnologias e tecnociências, as fronteiras sólidas que pretensamente apartavam a materialidade corporal dos demais “objetos do mundo” se desmancham no ar. Em nossos tempos, a figura de um corpo autossuficiente e

¹²⁶ Tradução livre. No original: “Why should our bodies end at the skin, or include at best other beings encapsulated by skin?” (Haraway, 1991: 178).

puramente “biológico” é suplantada pelo corpo híbrido, uma materialidade biossocial em contínua formação e transformação, que emerge na/pela “interação” com tecnologias como a engenharia genética, as próteses eletrônicas, os implantes sintéticos, as novas tecnologias reprodutivas, os dispositivos comunicacionais, entre outras. Essa entidade relacional, uma espécie de quimera ou mosaico corporal, é epitomizada por Haraway em sua célebre imagem do *cyborg*, “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura da realidade social tanto quanto da ficção” (Haraway, 1991: 149)¹²⁷.

Os escritos de Haraway posteriores ao seu hoje clássico *Cyborg Manifesto* aprofundam sua concepção dos corpos humanos enquanto pontos nodais contingentes em redes que congregam actantes humanos e não-humanos, assim como desautorizam a redução do caráter eminentemente relacional da materialidade corpórea a um efeito recente dos desenvolvimentos das novas tecnologias surgidas a partir de meados do século XX, algo que a imagem cibernética e pós-moderna do *cyborg* poderia erroneamente levar a crer. Em *Manifesto das Espécies Companheiras* (2003), por exemplo, a autora elege como seu principal foco o longo processo (co)evolutivo humano, defendendo que emergimos, enquanto espécie, de uma história evolutiva na qual cães e uma miríade de outras espécies e agências não-humanas foram importantes atores. Reportando-se especificamente às relações entre humanos e cães, Haraway afirma que estas são “co-constitutive relationships in which none of the partners pre-exist the relating” (Haraway, 2003: 12). Tal colocação, que sublinha a interdependência entre entidades anteriormente compreendidas como rigidamente

¹²⁷ Tradução livre. No original: “a cybernetic organism, a hybrid of machine and organism, a creature of social reality as well as a creature of fiction” (Haraway, 1991: 149).

apartadas, parece aproximar as teorizações harawayanas do quadro teórico realista agencial. Essa confluência de concepções entre Barad e Haraway será plenamente reconhecida por esta em *When Species Meet* (2008), obra na qual a bióloga norte-americana adota o conceito baradiano de intra-ação, afirmando assim que os corpos humanos e não-humanos não estabelecem entre si uma relação de simples interação edificada sobre uma condição de inerente separabilidade, mas sim de inextricável entrelaçamento e separabilidade agencial – não são coisas em si, mas coisas-intra-*phenomenon*, isto é, são entidades que se materializam diferencialmente em/mediante dinâmicas intra-ativas de contínua construção e reconstrução de fronteiras.

Assim como os escritos de Donna Haraway, trabalhos de diversas/os outras/os autoras/es têm desafiado a concepção individualista dos corpos e o presumido caráter essencial e fixo das fronteiras corporais. A título de breve exemplificação, Judith Butler tem, no bojo de suas recentes considerações sobre a dimensão de vulnerabilidade (ou precariedade) que, segundo ela, marca toda existência social corporificada¹²⁸, endossado crescentemente um posicionamento assente em determinada *ontologia relacional*, chegando a ensaiar uma “visão alternativa do corpo” mediante a qual se reconhece que “parte do que constituiu um corpo (e, no momento, essa é uma afirmação ontológica) é a sua dependência de outros corpos e de redes de apoio”, de modo a identificar que “conceber os corpos individuais como completamente distintos um do outro não está, de forma alguma,

¹²⁸ A esse respeito, ver *Quadros de Guerra* (2015), obra na qual Butler faz uma interessante distinção entre uma condição de vulnerabilidade/precariedade inerente a todo vivente e formas de precarização induzida que vitimam diferencialmente populações específicas.

certo” (Butler, 2016: 16)¹²⁹. Stacy Alaimo (2010), por sua vez, ao teorizar, a partir dos estudos ambientais, os “corpos tóxicos” – expressão que, segundo a autora, no atual momento histórico descreve a condição encarnada de virtualmente todos os seres humanos –, propõe uma visão atenta aos “fluxos, intercâmbios e inter-relações entre corporalidade humana e o mundo mais-que-humano” (Alaimo, 2010: 142)¹³⁰, sintetizada pela autora na noção de “trans-corporalidade” [*trans-corporeality*].

Nossas leituras dos relatos de mulheres com MRKH à luz das proposições baradianas reverberam essa necessidade de formulação de novos entendimentos acerca dos corpos, que atentem para a natureza ontologicamente relacional e processual da matéria. De fato, os corpos com os quais nos defrontamos em nossas análises – corpos cujas propriedades aparentemente mais essenciais e inatas (capacidades reprodutivas e a própria conformação anatômica) emergem de complexas dinâmicas relacionais envolvendo uma miríade de agências heterogêneas (forças de ordem econômica, política, tecnológica, cultural, etc.) – podem ser vistos como os testemunhos materiais das insuficiências dos entendimentos atualmente hegemônicos acerca da materialidade corporal. Dessa forma, visando contribuir para o corrente esforço de edificação de uma visão alternativa de corpo que expresse, a nível teórico, sua complexidade material-discursiva, propomos, fundamentados na ontologia relacional promulgada pelo realismo agencial, a noção/perspectiva analítica do *corpo como phenomenon*.

¹²⁹ Tradução livre. No original: “part of what a body is (and this is for the moment an ontological claim) is its dependency on other bodies and networks of support [...] it is not altogether right to conceive of individual bodies as completely distinct from one another” (Butler, 2016: 16).

¹³⁰ Tradução livre. No original: “flows, interchanges, and interrelations between human corporeality and the more-than-human world” (Alaimo, 2010: 142).

Pensar o corpo humano sob a óptica da noção baradiana de *phenomenon* implica compreendê-lo enquanto relações intra-ativas nas quais nenhum dos “componentes” que são materializados nos/pelos processos intra-ativos preexiste a estes processos e detém qualquer essência pré-dada. Desse modo, entidades presumidamente separadas, tais como a fisicalidade encapsulada pela pele, corpos não-humanos, tecnologias biomédicas, medicamentos, alimentos, poluentes ambientais, assim como leis, fatores econômicos, normas sociais, políticas de Estado, assimetrias de classe, racismo, sexismo e práticas de produção de conhecimento passam a ser consideradas como uma totalidade entrelaçada, sendo suas fronteiras – portanto, a distinção entre uma e outra – emergentes internamente ao *phenomenon* que compõem.

A materialização diferencial destes “componentes”, culminando no surgimento de um corpo humano reconhecido como autonomamente fechado em si mesmo e inequivocamente delimitado pela pele, decorre da realização de cortes agenciais, sendo estes norteados por aparatos de produção corporal particulares. Em especial, a perspectiva que entende o *corpo como phenomenon* permite-nos vislumbrar que o corpo humano monádico tradicional, uma espécie de átomo rigidamente apartado das demais entidades que o circundam e com as quais estabelecerá absoluta relação de alteridade, não é um dado autoevidente; pelo contrário, tal identificação é resultado de intra-ações culturais e historicamente específicas de aparatos material-discursivos, que definem critérios contingentes de individuação dos corpos.

Um passo crucial no sentido de estabelecer essa nova compreensão relacional do corpo humano é dado ao levarmos a sério o desafio proposto por Donna Haraway à integridade corporal moderna, sintetizado na indagação que dá

início a esta seção (“*Por que nossos corpos devem terminar na pele [...]?*”). Mais especificamente, a conceituação do corpo como *phenomenon* depende de, e contribui para, uma radical crítica àquilo que nomeamos de *modelo corporal epidérmico*.

Tal expressão adquire aqui duas acepções particulares. Por um lado, designa, em sentido literal, o modelo corporal epistêmica e culturalmente prevalecente no ocidente, baseado no entendimento de que os limites do corpo humano coincidem com os limites da epiderme, visão que cumpre em caracterizar esta última enquanto a fronteira autoevidente e fixa que separa rigidamente os domínios do corporal e do extracorporal (ou os campos do “Mesmo” e do “Outro”, do “verdadeiro” e do acessório, do interno e do externo). Concomitantemente, valendo-nos do sentido conotativo de “epidérmico”, a expressão “modelo corporal epidérmico” também busca expressar a *superficialidade* e o reducionismo inerentes a tal forma tradicional de identificação do corpo exclusivamente com base na pele, uma vez que a mesma invisibiliza a miríade de aparatos material-discursivos que constituem e são partes indissociáveis do *phenomenon* em questão.

De fato, as análises pontuais conduzidas na presente tese nos permitem vislumbrar um corpo cujos entrelaçamentos constitutivos tornam inadequada a identificação da pele como sua fronteira última e incontestável. No Capítulo 5, ao interpelarmos as vivências das participantes **S** e **AL** a partir da perspectiva realista agencial, observamos que fatores ostensivamente exteriores aos limites definidos pela epiderme figuram enquanto aparatos material-discursivos que cumprem em produzir intra-ativamente condições ontológicas contingentes de fertilidade e infertilidade. No Capítulo 6, o relato de **J** nos mostra como normas sociais estão inextricavelmente entrelaçadas à conformação anatômica de mulheres com MRKH

submetidas a intervenções médico-terapêuticas. Em meio às vivências das mulheres Rokitansky, as diferenças entre o “corporal” e o “social” se mostram enquanto relações de exterioridade-intra-*phenomenon*, produtos de cortes agenciais operados por discursos específicos, e não derivados de inocentes constatações objetivas de fronteiras rígidas existentes *a priori*.¹³¹

A noção atualmente hegemônica de “corpo epidérmico”, à qual contrapomos a concepção relacional e processual de *corpo como phenomenon*, é passível de um resgate genealógico, demonstrando assim o fato da mesma não se tratar de um entendimento “natural” e a-histórico, imune a questionamentos, ou o único modelo possível de compreensão acerca dos corpos e seus limites. Segundo Linda Nash (2006), a concepção corporal euro-americana predominante até meados do século XIX era a do “corpo ecológico”, sendo este “caracterizado por uma troca

¹³¹ A afirmação de que corpos são conjuntos vivos de relações, cuja aparência de isolamento e autossuficiência é produzida, e não essencial, parece não ser excepcionalmente controversa à luz de dados atuais das ciências biológicas. A iniciativa internacional *Human Microbiome Project* estimou que os microrganismos que vivem no corpo humano superam quantitativamente células somáticas e germinativas humanas em uma proporção de 10 para 1 (Turnbaugh *et al.*, 2007: 804); ou seja, a maior parte das células que compõem aquilo que entendemos como “nossos corpos” não são de fato “nossas”, mas de microrganismos como fungos, bactérias e demais entidades não-humanas. Esse complexo e dinâmico ecossistema corporal, também chamado de microbioma, é moldado na/pela relação com fatores diversos, tais como dietas, variáveis ambientais, comportamentos, etc. (Conlon; Bird, 2014). O recente movimento de consolidação do conceito de simbiose enquanto um princípio central na biologia contemporânea é também sintomático da crise da visão essencialista de “individualidade” que tradicionalmente embasou estudos em áreas como genética, imunologia, evolução, desenvolvimento, anatomia e fisiologia. Gilbert, Sapp e Tauber (2012) acentuam que pesquisas realizadas nas últimas décadas (especialmente no tocante a novas análises de ácidos nucleicos) e recentes descobertas que apontam para o fato da simbiose ser a regra no reino animal, e não a exceção, cumpriram em pôr em xeque os modos científicos convencionais de pensar as fronteiras entre organismos, promovendo uma radical transformação da concepção clássica de individualidade biológica. Como afirmam os autores, “animals cannot be considered individuals by anatomical or physiological criteria because a diversity of symbionts are both present and functional in completing metabolic pathways and serving other physiological functions” (Gilbert; Sapp; Tauber, 2012: 325-326). Dessa forma, vemos que a noção de corpo epidérmico tem sido alvo de críticas advindas de outras áreas disciplinares, que cumprem em evidenciar seu caráter não apenas teórica e politicamente limitante, mas também empiricamente injustificado.

constante entre dentro e fora, por fluxos diversos, e por sua estreita dependência do ambiente circundante” (Nash, 2006: 12)¹³². Como afirma a autora:

Para os americanos do século XIX, o corpo em si não era uma entidade claramente delimitada, separada e distinta de seus arredores; em vez disso, era poroso e permeável. *A pele não fechava um indivíduo, separando-o do mundo*. O corpo fluía para o ambiente, e o ambiente infiltrava-se em um corpo individual – através do ar que se respirava, da comida que se comia, da água que se bebia (Nash, 2006: 24-25, ênfase nossa).¹³³

A título de ilustração, Nash aponta que “até o final do século XIX, a maioria dos euro-americanos acreditava que era a própria permeabilidade do corpo que criava sua raça e que a raça de uma pessoa estava sujeita a mudar em um novo local” (Nash, 2006: 13)¹³⁴. Similarmente, colonos estabelecidos na Califórnia à época usavam sua própria saúde física como “uma poderosa maneira de entender os ambientes locais”:

Em suas discussões sobre miasma e outras doenças endêmicas, os colonos reconheceram que não podiam controlar totalmente ou mesmo prever os resultados de suas intervenções ambientais; essas intervenções seriam registradas em seus próprios corpos (Nash, 2006: 50)¹³⁵.

Leone (2018), mediante extensa revisão historiográfica, reitera o posicionamento de Nash, afirmando que era generalizada entre os norte-americanos do século XIX a compreensão de seus corpos “não como unidades

¹³² Tradução livre. No original: “characterized by a constant exchange between inside and outside, by fluxes and flows, and by its close dependence on the surrounding environment” (Nash, 2006: 12).

¹³³ Tradução livre. No original: “For nineteenth-century Americans, the body itself was not a clearly bounded entity, separate and distinct from its surroundings; rather, it was porous and permeable. The skin did not close off an individual, separating him or her from the larger world. The body flowed into the environment, and the environment seeped into an individual body —through the air one breathed, the food one ate, the water one drank” (Nash, 2006: 24-25).

¹³⁴ Tradução livre. No original: “until the late nineteenth century, most Euro-Americans believed that it was the very permeability of the body that created its race and that a person’s race was liable to change in a new location” (Nash, 2006: 13).

¹³⁵ Tradução livre. No original: “In their discussions of miasma and other endemic diseases settlers acknowledged that they could not fully control or even predict the results of their environmental interventions; those interventions, moreover, would be registered in their own bodies” (Nash, 2006: 50).

individuais distintas e fechadas, ameaçadas por forças externas invasivas, mas como entidades orgânicas e permeáveis, moldadas por todos os fatores dentro de seu ambiente” (Leone, 2018: 9-10).¹³⁶¹³⁷

Será apenas a partir das últimas décadas do século XIX que essa noção de corpo relacional dominante na episteme oitocentista (um verdadeiro entrelaçamento somático-ambiental) será paulatinamente suplantada por aquilo que nomeamos de “corpo epidérmico”, sendo este:

o corpo da medicina alopática ocidental e do capitalismo de consumo americano, o corpo que é definido nos livros de medicina, o corpo que é composto de partes discretas e delimitado por sua pele; em outras palavras, a ideia do corpo que a maioria de nós toma como tão evidente que não requer nenhum comentário (Nash, 2006: 11-12).¹³⁸

Essa breve incursão genealógica cumpre em desvelar a vicissitudes daquilo que condicionamo-nos/fomos condicionados a compreender em termos de um perene “saber objetivo” transhistórico e alheio a variações culturais. Podemos, assim, observar que o paradigma corporal epidérmico hodierno, que reitera a “convenção moderna de corpos plenamente delimitados, separados e distintos um do outro” (Shildrick, 2014: 16)¹³⁹, consiste em uma invenção relativamente recente, que se torna dominante *pari passu* a um movimento de hegemonização global de

¹³⁶ Tradução livre. No original: “not as distinct, closed off individual units imperiled by invasive outside forces, but instead as organic and permeable entities shaped by all of the factors within their environment” (Leone, 2018: 9-10).

¹³⁷ Para demais estudos que corroboram a ideia de que, até finais do século XIX, era paradigmática na cultura euro-americana a visão dos corpos como “unidades permeáveis existentes dentro do ambiente, em oposição aos corpos aparentemente impenetráveis e fechados que a ciência médica apresentou nos últimos 130 anos” (Leone, 2018: 9), ver Valencius (2002), Mitman (2007) e Langston (2011).

¹³⁸ Tradução livre. No original: “the body of Western allopathic medicine and American consumer capitalism, the body that is defined in medical textbooks, the body that is composed of discrete parts and bounded by its skin; in other words, the idea of the body that most of us take as so self-evident that it requires no comment” (Nash, 2006: 11-12).

¹³⁹ Tradução livre. No original: “modernist convention of fully bounded bodies, separate and distinct from one another” (Shildrick, 2014: 16).

um modo de vida que promulga o individualismo radical enquanto fundamento político e econômico, alçando a autossuficiência ao nível de imperativo moral. Em outras palavras, é possível afirmar que o “corpo epidérmico”, essa unidade biológica pretensamente isolada da realidade social, figura enquanto o sustentáculo material de uma noção liberal hegemônica de sujeito, o *homo clausus* (Elias, 2001), pensado como indivíduo independente e ensimesmado, uma espécie de “mônada sem janelas” em relação à qual o mundo inteiro, “incluindo todas as outras pessoas, representa o ‘mundo externo’” (Elias, 2001: 61).

A noção de corpo como *phenomenon*, por sua vez, ao promulgar que os corpos não se tratam de entidades com fronteiras ou propriedades inerentes, mas consistem em realidades ontologicamente relacionais, que apenas adquirem fronteiras e propriedades mediante intra-ações particulares, permite-nos resistir às forças ideológicas de desconexão que forjam a fantasia do corpo epidérmico como entidade inerentemente estável e fechada em si. Tal visada possibilita que vislumbremos o caráter ético e político do estabelecimento das demarcações corporais inexoráveis com as quais estamos familiarizados, lançando luz sobre o funcionamento dos aparatos cultural e historicamente situados que operam tais cortes agenciais excludentes.

Se faz importante sublinhar que a noção de corpo como *phenomenon* não implica o entendimento da materialidade corporal como uma totalidade amorfa, cujos limites poderiam ser ampliados indefinidamente ao ponto de englobarem “tudo”, o que impossibilitaria qualquer mobilização da ideia de corpo enquanto categoria analítica. Reconhecemos a possibilidade, e mesmo a necessidade, de realização de separações entre o “corporal” e o “extracorporal”. O que a perspectiva do *corpo como phenomenon* evidencia é que essas distinções não são

simplesmente “constatadas” por um observador externo, mas são cortes agenciais *produzidos* provisoriamente, tendo em mente propósitos particulares e contextos específicos. Tal visada acentua que devemos ter “responsabilidade epistêmica sobre as distinções que empregamos” (Tuana, 2008: 192), uma vez que as mesmas *importam* nos mais diversos sentidos do termo (isto é, produzem efeitos não apenas epistêmicos, mas também ontológicos, éticos e políticos).

Reportando-nos especificamente ao âmbito teórico, cremos que a ideia de corpo como *phenomenon* contribui para os contemporâneos debates sociológicos e feministas sobre corpo no sentido de possibilitar o reconhecimento da natureza ontologicamente relacional da materialidade corporal, compreensão que liberta-nos das tradicionais incomensurabilidades insolúveis e tensões binárias entre natureza e cultura, matéria e discurso, corpos humanos e não-humanos, naturalismo e construtivismo, entre outras, às quais fomos conduzidos por uma limitante definição do corpo pautada por critérios epidérmicos. Fundamentalmente, essa nova conceituação evidencia que a verdadeira “entidade” material à qual qualquer propriedade corporal remete não se trata de um autômato cartesiano estritamente biológico e existente *a priori*, mas consiste em uma totalidade relacional que inclui, como parte inextricável de seu ser, todos os aparatos material-discursivos que a constituem e que são nela/por ela constituídos diferencialmente, sendo que estes se estendem muito além dos limites definidos pela pele.

Dessa forma, alicerçados no realismo agencial de Karen Barad, apresentamos um possível caminho de reabilitação da temática da materialidade dos corpos nos debates feministas, de modo a não sucumbir a versões puramente linguísticas ou estritamente biológicas da corporeidade. O corpo como *phenomenon* é um corpo-devir simultaneamente concreto e contingente, real e

dúctil; uma entidade dinâmica em contínua reconfiguração de fronteiras e atributos, que nos desafia a repensar as intra-ações complexas que nos constituem e as perenes relações que estabelecemos com um “Outro” que é sempre-já parte de nós.

No tocante às possibilidades políticas amplas abertas por essa nova visada, entendemos que o corpo como *phenomenon* pode contribuir de modo a fomentar um necessário sentido tangível de interdependência e responsabilidade em relação àquilo tradicionalmente compreendido como extracorporal e “estrangeiro”, encorajando assim a emergência de um novo *ethos* sociopolítico que, ao privilegiar o entrelaçamento à separabilidade, se coloca nos antípodas dos imperativos de individualismo, desconexão competitiva, resguardo paranoico de “fronteiras impermeáveis” e autossuficiência que alicerçam a racionalidade sociopolítica atualmente hegemônica. Em outras palavras, o âmago do potencial político dessa nova concepção reside no fato de a mesma colocar em evidência que a interdependência e a abertura ao “Outro” (um “Outro” nunca absoluto, mas sempre-já “nós”) não são opções, mas condições existenciais incontornáveis, ecoando a máxima de Donna Haraway “to be one is always to *become with many*” (Haraway, 2008: 4).

Estudos futuros que se dediquem a interpelar sociologicamente as vivências de mulheres com MRKH podem se aprofundar nos modos como as relações sociais destas junto a parceiras/os e familiares são impactadas pelo diagnóstico da Síndrome e pelas práticas terapêuticas às quais são submetidas, temáticas apenas tangenciadas pela presente investigação. As maneiras como processos de subjetivação se desenvolvem, nestes casos, sob a égide de discursos biomédicos patologizantes – fenômeno sintetizado no uso recorrente, por parte das

entrevistadas, da expressão “mulher Rokitansky” como forma de autoidentificação – evidencia a possibilidade de aproximações futuras da temática via referenciais pós-estruturalistas, em particular via a perspectiva foucaultiana. Articulações entre posicionamentos neomaterialistas e os estudos *queer* poderiam também se aprofundar criticamente nos modos como, dada a hegemonia de discursos que cumprem em vincular noções de masculinidade e feminilidade a traços anatômicos, a autopercepção de mulheres com MRKH em termos de gênero é por vezes impactada pelo diagnóstico da Síndrome.

No tocante a investigações futuras que pretendam mobilizar, em outros campos empíricos, as proposições neomaterialistas e, mais especificamente, o realismo agencial de Karen Barad, as possibilidades são inúmeras. Por exemplo, estudos sobre as condições de saúde de populações subalternizadas e racializadas (em especial, no caso brasileiro, populações originárias) podem se valer de uma concepção ontologicamente relacional de corpo, de modo a evidenciar como racismo ambiental e políticas estatais figuram enquanto aparatos material-discursivos responsáveis por materializar corpos doentes e, por fim, produzir morte de grupos identificados como “indesejáveis”. Nesse sentido, contribuirão enormemente, em termos políticos e teóricos, investigações futuras que busquem explorar criticamente as maneiras como a existência e persistência de aparatos material-discursivos como racismo, sexismo e neoliberalismo transmutam, para determinados corpos-sujeitos, uma condição geral de interdependência e relacionalidade ontológica em uma condição particular de precariedade induzida. Todos os corpos são pontos nodais; todavia, devido a dinâmicas de exploração e opressão que vitimam diferencialmente grupos específicos, determinados “nós” são *produzidos* como mais facilmente desatáveis que outros.

Em um momento histórico como o presente, no qual visões de futuro parecem se resignar aos limites estreitos impostos pelo modelo de vida vigente, a imaginação sociológica e feminista pode desempenhar um papel fundamental na necessária tarefa de pensar novos mundos possíveis, mais justos, solidários e igualitários. Buscamos demonstrar no decorrer destas páginas que a visada neomaterialista oferece promissoras ferramentas para esses prementes esforços imaginativos.

Referências Bibliográficas

- Adamson, G. David (2009). Global cultural and socioeconomic factors that influence access to assisted reproductive technologies. *Women's Health*, 5(4): 351–358.
- Adelman, Miriam (2004). Sexo, gênero, sujeito: uma entrevista com Alain Touraine. *Revista de Sociologia e Política*, 23: 169-174.
- Ademola, Ade (1982). Changes in the patterns of marriage and divorce in a Yoruba town. *Rural Africana*, 14: 1-24.
- Ahmed, Sara (2008). Open Forum. Imaginary Prohibitions: Some Preliminary Remarks on the Founding Gestures of the 'New Materialism'. *European Journal of Women's Studies*, 15(1): 23-39.
- Alaimo, Stacy (2010). *Bodily natures: science, environment, and the material self*. Bloomington: Indiana University Press.
- Alaimo, Stacy (2008). Trans-corporeal Feminisms and the Ethical Space of Nature. In Stacy Alaimo & Susan Hekman (Eds.), *Material Feminism*. Bloomington: Indiana University Press: 237-264.
- Alfano, Bianca (2014). *Reprodução assistida: a organização da atenção às infertilidades e o acesso às técnicas reprodutivas em dois serviços público-universitários no Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Almeida, Joana R. & Cunha, Teresa M. (2012). Patologia da Vagina em Ressonância Magnética. *Acta Radiológica Portuguesa*, Vol.XXIV, nº 94: 41-47.
- Althusser, Louis (1996). Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In Slavoj Žižek (Ed.), *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto: 105-142.
- Arditti, Rita (1997). Commercializing Motherhood. In Alexis Jetter; Annelise Orleck & Diana Taylor (Eds.), *The Politics of Motherhood: Activist Voices from Left to Right*. Hanover: University Press of New England: 322-333.
- Aristóteles. (1957). *Les parties des animaux*. Paris: Les Belles Lettres.
- Assis, Jesus de P. (1993). Kuhn e as ciências sociais. *Estudos Avançados*, 7(19): 133-164.
- Aitken, Murray; Kleinrock, Michael; Simorellis, Alana & Nass, Deanna (2019). *The global use of medicine in 2019 and outlook to 2023*. Parsippany, NJ: IQVIA Institute for Human Data Science.
- Austin, John L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barad, Karen (2007). *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham & London: Duke University Press.
- Barad, Karen (1996). Meeting the Universe Halfway: Realism and Social Constructivism Without Contradiction. In Lynn Nelson & Jack Nelson (Eds.), *Feminism, Science, and Philosophy of Science*. Great Britain: Kluwer Academic Publishers: 161-194.
- Barad, Karen (1998). Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality. *Differences*, 10: 87-128.

- Barad, Karen (2012). Intra-actions [Interview with Adam Kleinman]. *Mousse Magazine*, 34: 76–81.
- Barad, Karen (2003). Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 28(3): 801–31.
- Barthes, Roland (2004). *A morte do autor. O rumor da língua*. (Mário Laranjeira, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Beauvoir, Simone de (1967a). *O Segundo Sexo: fatos e mitos (Vol. 1)*. (2ª ed). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Beauvoir, Simone de (1967b). *O Segundo Sexo: a experiência vivida (Vol. 2)*. (2ª ed). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Berman, Ruth (1997). Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In Alison Jaggar & Susan Bordo (Eds.), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record - Rosa dos Tempos: 241-275.
- Birkhead, Tim (2000). "Hidden Choices of Females". *Natural History*, 11: 66-72.
- Bloch, R. Howard (1991). *Medieval misogyny and the invention of Western Romantic love*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Bordo, Susan (1996). *Unbearable weight: feminism, Western culture, and the body*. Berkeley: University of California Press.
- Bohr, Niels (1949). Discussion with Einstein on Epistemological Problems in Atomic Physics. In Paul Arthur Schilpp (Ed.), *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. Illinois: Open Court: 201–241.
- Borges, Mariana; Pires, Maria; Monteiro, Denise & Santos, Suely (2012). Forma atípica da síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser com malformação renal e displasia cervicotorácica (associação de MURCS). *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 34(3): 133-138.
- Boysen, Benjamin (2018). The embarrassment of being human. *Orbis Litterarum*, 73(3), 225-242.
- Braidotti, Rosi (2006). *Transpositions: On Nomadic Ethics*. Cambridge: Polity Press.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado federal, Centro Gráfico.
- Braun, Virginia (2000). *The vagina: an analysis*. Tese de Doutorado em Filosofia, Loughborough University.
- Bray, Abigail & Colebrook, Claire (1998). The Haunted Flesh: Corporeal Feminism and the Politics of (Dis)embodiment. *Signs*, 24(1): 35– 67.
- Brown, Wendy (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. (Eduardo Altheman C. Santos & Isabela Sanches, Trad.). São Paulo: Politeia.
- Butler, Judith (1993). *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex*. London: Routledge.
- Butler, Judith (1994). Gender as Performance: An Interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*, 67: 32-39.
- Butler, Judith (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. (Fernanda Siqueira Miguens, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Butler, Judith (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. (Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão & Arnaldo Marques da Cunha, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2016). Rethinking vulnerability and resistance. In Judith Butler et al. (Eds.), *Vulnerability in Resistance*. Durham & London: Duke University Press: 12-27.
- Butler, Judith (1997a). *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press.
- Butler, Judith (1997b). *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge.
- Butler, Judith (2008). Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In Ana Isabel Crespo et al. (Eds.), *Variações sobre sexo e gênero*. Lisboa: Livros Horizonte: 154-172.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. (Renato Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carlos, Paula P. (2018). Gestação de Substituição no Contexto Sócio-Jurídico da América do Sul: O Caso do Brasil, da Argentina e do Uruguai. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, 1: 1183-1198.
- Carvalho, Bruno R.; Reis, Rosana M.; Moura, Marcos D.; Lara, L cia A. S.; Nogueira, Ant nio A. & Ferriani, Rui A. (2007). Neovaginoplastia com membrana amniótica na síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 29(12): 619-624.
- Casta on, Gustavo A. (2009). *Construtivismo Social: A ciência sem sujeito e sem mundo*. Dissertação de Mestrado em Filosofia: Lógica e Metafísica, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Chazan, Lilian K. (2003). O corpo transparente e o panóptico expandido: considerações sobre as tecnologias de imagem nas reconfigurações da pessoa contemporânea. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 13(1): 193-214.
- Colebrook, Claire (2000). From Radical Representations to Corporeal Becomings: The Feminist Philosophy of Lloyd, Grosz, and Gatens. *Hypatia*, 15: 76–93.
- Conlon, Michael & Bird, Anthony (2014). The impact of diet and lifestyle on gut microbiota and human health. *Nutrients*, 7(1): 17-44.
- Connell, Raewyn (1987). *Gender and Power*. Cambridge: Polity Press.
- Corrêa, Marilena (1997). As novas tecnologias reprodutivas: uma revolução a ser assimilada. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 7(1): 69-98.
- Corrêa, Marilena (1998). Novas Tecnologias Reprodutivas: bem-vindas reflexões feministas. *Estudos Feministas*, 6(1): 126-137.
- Corrêa, Marilena; Loyola, Maria A. (2015). Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25(3): 753-777.
- Costa, Tonia (2014). *Avaliação do impacto da oferta de tecnologia de alta complexidade em serviç o público de referência, na visão dos usuários e dos profissionais*. Relatório de Pós-Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- Coutinho, Inês Martins (2011). *Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser – Descrição de um caso clínico. Case Report* – Mestrado Integrado em Medicina, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.
- Daly, Mary (1985). *Beyond God the Father: Towards a Philosophy of Women's Liberation*. Boston: Beacon.
- Dardeau, Denise (2011). Jacques Derrida: da linguagem à escritura, da escritura como transbordamento. *Ensaio Filosóficos*, 3: 54-62.
- Davies, Bronwyn (2014). Reading anger in early childhood intra-actions: A diffractive analysis. *Qualitative Inquiry*, 20(6): 734-741.
- Davies, Bronwyn & Davies, Cristyn (2007). Having, and Being Had By, "Experience" Or, "Experience" in the Social Sciences After the Discursive/ Poststructuralist Turn. *Qualitative Inquiry*, 13(8): 1139-1159.
- Davis, Noela (2009). "New Materialism and Feminism's Anti-biologism: A Response to Sara Ahmed." *European Journal of Women's Studies*, 16(1): 67–80.
- Davis, Noela (2010). *Material Subjectivity: The Performative Entanglement of Biology Within Sociality*. Tese de Doutorado em Filosofia, Faculty of Arts and Social Sciences, University of New South Wales.
- Davis, Noela (2017). Material Culture: Epigenetics and the Molecularisation of the Social. In Vicki Kirby (Ed.), *What if Culture was Nature all Along?*. Edinburgh: Edinburgh University Press: 110-133.
- Daza, Stephanie; Huckaby, M. F. (2014). Terra Incognita: Em-bodied data analysis. *Qualitative Inquiry*, 20(6), 801-810.
- De Lauretis, Teresa (2004). Statement Due. *Critical Inquiry*, 30(2): 365-368.
- Deleuze, Gilles (1988). *Foucault*. (Claudia Sant'Anna, Trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Derrida, Jacques (2001). *Posições*. (Tomaz Tadeu da Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Derrida, Jacques (2004). *Gramatologia*. (Miriam Chnaiderman & Renato Janine Ribeiro, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Descartes, René (1996). *O discurso do método*. (Maria Ermantina Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Dews, Peter (1996). Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In Slavoj Žižek (Ed.), *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto: 51-71.
- Dilly, Noel (1995). Anatomy of the female pelvis. In Geoffrey Chamberlain (Ed.), *Tumbull's obstetrics*. Edinburgh: Churchill Livingstone: 9-24.
- Dolphijn, Rick & Tuin, Iris van der (2012). Introduction: A "New Tradition" in Thought. In Rick Dolphijn & Iris van der Tuin (Eds.), *New Materialism: Interviews & Cartographies*. Ann Arbor: Open Humanities Press: 85-92.
- Dornelas, Juliane (2011). *Neovaginoplastia com Celulose Oxidada: avaliação anatômica, funcional e histológica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ginecologia, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

- Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Elias, Norbert. (2001). *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. (Plínio Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ensler, Eve (2001). *The vagina monologues*. New York: Villard.
- Evans, Tommy N., Poland, Marilyn L. & Boving, Renee L. (1981). Vaginal malformations. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 141(8): 910–920.
- Federici, Silvia (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (Coletivo Sycorax, Trad.). São Paulo: Editora Elefante.
- Feely, Michael (2016). Disability studies after the ontological turn: a return to the material world and material bodies without a return to essentialism. *Disability & Society*, 31(7): 863-883.
- Fernandes, Geraldo J. M. (1999). *Eponímia (Glossário de Termos Epônimos em Anatomia) e Etimologia (Dicionário Etimológico da Nomenclatura Anatômica)*. São Paulo: Plêiade.
- Ferreira, Virgínia (1999). A reprodução e as novas tecnologias. Da volatilização da maternidade à materialização da paternidade. *Ex aequo*, 1: 33-43.
- Ferreira, Virgínia (2003). *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Feynman, Richard; Leighton, Robert & Sands, Matthew (1964). *The Feynman Lectures on Physics*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing.
- Firestone, Shulamith (1970). *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. New York: Quill William Morrow.
- Flax, Jane (1987). Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory. *Signs*, 12(4): 621-643.
- Fontana, Laura; Gentilin, Barbara; Fedele, Luigi; Gervasini, Cristina & Miozzo, Monica (2016). Genetics of Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH) syndrome. *Clinical Genetics*, 91(2): 233–246.
- Foucault, Michel (1969). *L'arqueologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel (1999). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel (2000). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel (2004). Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve – Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, 5: 260-277.
- Foucault, Michel (2010). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Foucault, Michel (1995). O sujeito e o poder. In Hubert Dreyfus & Paul Rabinow (Eds.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 229-239.
- Foucault, Michel (2019). *História da Sexualidade IV: As Confissões da Carne*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, Michel (1992). *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

- Freud, Sigmund (1964). Some elementary lessons in psychoanalysis. In *Standard Edition, Vol. 23*. Londres: The Hogarth Press.
- Friedler, Shevach; Grin, Leonti; Liberti, Gad; Saar-Ryss, Buzhena; Rabinson, Yaakov & Meltzer, Semion (2015). The reproductive potential of patients with Mayer–Rokitansky–Küster–Hauser syndrome using gestational surrogacy: a systematic review. *Reproductive BioMedicine Online*, 32(1): 54-61.
- Frow, John (1990). Intertextuality and Ontology. In Michael Worton & Judith Still (Eds.), *Intertextuality: Theories and practices*. Manchester: Manchester University Press: 45-55.
- Gallie, Walter B. (1956). Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56: 167–198
- Gilbert, Scott & Epel, David (2009). *Ecological Developmental Biology: Integrating Epigenetics, Medicine, And Evolution*. Sunderland: Sinauer Associates.
- Gilbert, Scott; Sapp, Jan & Tauber, Alfred (2012). A Symbiotic View of Life: We Have Never Been Individuals. *The Quarterly Review of Biology*, 87(4): 325-341.
- Goldberg, Steven (1973). *The Inevitability of Patriarchy: why the biological difference between men and women always produces male domination*. New York: William Morrow.
- Gottschalk, Cristiane (2010). As relações entre linguagem e experiência na perspectiva de Wittgenstein e as suas implicações para a educação. In Pedro A. Pagni & Rodrigo P. Gelamo (Eds.), *Experiência, Educação e Contemporaneidade*. Marília: Poiesis.
- Grosz, Elizabeth (1994). *Volatile Bodies: toward a corporeal feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- Grosz, Elizabeth (2008). Darwin and Feminism: preliminary investigations for a possible alliance. In Stacy Alaimo & Susan Hekman (Eds.), *Material Feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- Guntram, Lisa (2014). *Ambivalent Ambiguity? A study of how women with 'atypical' sex development make sense of female embodiment*. Tese de Doutorado, Faculty of Arts and Sciences, Linköping University.
- Habermas, Jürgen (2002). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Haddock-Lobo, Rafael (2013). Derrida e a oscilação do real. *Sapere Aude*, 4(7): 25-46.
- Haraway, Donna (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14: 575–599.
- Haraway, Donna (1991). *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. London: Free Association Books.
- Haraway, Donna (2008). *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Haraway, Donna (2004). “Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”. *Cadernos Pagu*, 22: 201-246.
- Haraway, Donna (2018). *Modest-Witness@Second-Millennium.FemaleMan-Meets-OncoMouse: feminism and technoscience*. New York: Routledge.
- Harding, Sandra (1987). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press.

- Harding, Sandra (1995). Strong objectivity?: A response to the new objectivity question. *Synthese*, 104(3): 331–349.
- Harris, Katie; Fitzgerald, Oisín; Paul, Repon C.; Macaldowie, Alan.; Lee, Evelyn & Chambers, Georgina M. (2016). *Assisted reproductive technology in Australia and New Zealand 2014*. Sydney: National Perinatal Epidemiology and Statistics Unit, the University of New South Wales.
- Hegel, Georg W. F. (1991). *Hegel: Elements of the Philosophy of Right (Cambridge Texts in the History of Political Thought)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hekman, Susan (2008). Constructing the Ballast: An ontology for feminism. In Stacy Alaimo & Susan Hekman (Eds.), *Material Feminism*. Bloomington: Indiana University Press: 85-119.
- Heller-Boersma, Jacqueline G.; Edmonds, D. K. & Schmidt, Ulrike H. (2009). A Cognitive Behavioural Model and Therapy for Utero-Vaginal Agenesis (Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser Syndrome: MRKH). *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 37(4): 449-467.
- Heritier-Auge, Françoise (1989). Older women, stout-hearted women, women of substance. In Michel Feher; Ramona Naddaff & Nadia Tazi (Eds.), *Fragments for a History of the Human Body, Part III*. New York: Zone.
- Herlin, Morten; Bay Bjørn, Anne Mette; Jørgensen, Laura K.; Trolle, Birgitta & Petersen, Michael B. (2018). Treatment of vaginal agenesis in Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser syndrome in Denmark: a nationwide comparative study of anatomical outcome and complications. *Fertility and Sterility*, 110(4): 746–753.
- Hird, Myra J. (2004). Feminist Matters: New Materialist Considerations of Sexual Difference. *Feminist Theory*, 5(2): 223–232.
- Hobbes, Thomas (2000). *Léviathan ou Matière, forme et puissance de l'État Chrétien et civil*. Paris: Gallimard.
- Horkheimer, Max (1989). Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In Max Horkheimer & Theodor Adorno, *Textos Escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural.
- Irigaray, Luce (2018). Este sexo que não é um. In Maria Manuel Baptista (Ed.), *Género e Performance: Textos Essenciais Vol. 1*. Coimbra: Grácio Editor: 61-70.
- Jackson, Alecia Y. & Mazzei, Lisa (2012). *Thinking with theory in qualitative research: Viewing data across multiple perspectives*. London: Routledge.
- Jackson, Alecia Y. (2013). Posthumanist data analysis of mangling practices. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 26(6): 741–748.
- Kafka, Franz (2011). *O Veredicto e Na colônia penal*. (Modesto Carone, Trad.). São Paulo: Companhia das letras.
- Kant, Immanuel (2010). *Começo conjectural da história humana*. (Edmilson Menezes, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Katz, Daniela; Paltiel, Ora; Peretz, Tamar; Revel, Ariel; Sharon, Nir; Maly, Bella; Michan, Nadav; Sklair-Levy, Miri & Allweis, Tanir (2008). Beginning IVF treatments after age 30 increases the risk of breast cancer: results of a case-control study. *Breast Journal*, 14(6): 517-522.

- Karim, Refaat B.; Hage, J. Joris; Dekker, Judith J. M. L. & Schoot, Chris M. H. (1995). Evolution of the methods of neovaginoplasty for vaginal aplasia. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, 58(1): 19-27.
- Kessler, Suzanne J. (1998). *Lessons from the Intersexed*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- King, Ynestra (1997). Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In Alison Jaggar & Susan Bordo (Eds.), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record - Rosa dos Tempos: 126-156.
- Kirby, Vicki (2017). Foreword. In Vicki Kirby (Ed.), *What if Culture was Nature all Along?*. Edinburgh: Edinburgh University Press: viii-xii.
- Kirby, Vicki (2006). *Judith Butler: Live Theory*. London: Continuum.
- Kirby, Vicki (1997). *Telling Flesh: The Substance of the Corporeal*. London: Routledge.
- Kitzinger, Sheila (1983). *Women's experience of sex*. Harmondsworth: Penguin.
- Kroløkke, Charlotte (2018). *Global Fluids: The Cultural Politics of Reproductive Waste and Value*. New York: Berghahan Books.
- Lacan, Jacques (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Lam, Carla (2015). *New reproductive technologies and disembodiment*. Farnham: Ashgate.
- Langston, Nancy (2011). *Toxic Bodies*. London: Yale University Press.
- Laqueur, Thomas W. (2001). *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. (Vera Whately, Trad.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Latour, Bruno (1994). *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Latour, Bruno & Woolgar, Steve (1997). *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Law, John (2004). *After method: Mess in social science research*. Abingdon: Routledge.
- Ledig, Susanne & Wieacker, Peter (2018). Clinical and genetic aspects of Mayer–Rokitansky–Küster–Hauser syndrome. *Medizinische Genetik*, 30(1): 3–11.
- Leidolf, Esther M. (2006). The Missing Vagina Monologue ... and Beyond. *Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy*, 10(2): 77–92.
- Lemke, Thomas (2014). New Materialisms: Foucault and the 'Government of Things'. *Theory, Culture and Society*, nº 32(4): 3-25.
- Leone, Steven (2018). *Grave Concerns: Decay, Death, and Nature in the Early Republic*. Tese de Doutorado em Filosofia, Departamento de História, University of Oregon.
- Lettow, Susanne (2016). Turning the turn. *Thesis Eleven*, 140(1): 106–121.
- Levine, Emily J. (2013). *Dreamland of Humanists: Warburg, Cassirer, Panofsky and the Hamburg school*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Manzini, Eduardo J. (1990). A entrevista na pesquisa social. *Didática*, 26/27: 149-158.

- Markens, Susan (2007). *Surrogate Motherhood and the Politics of Reproduction*. Berkeley: University of California Press.
- Martin, Emily (1991). The Egg and the Sperm: How Science has Constructed a Romance based on Stereotypical Male-Female Roles. *Signs*, 3: 485-501.
- Marx, Karl (1985). *O Capital: crítica da economia política (Tomo 1)*. São Paulo: Nova Cultural.
- Menezes, Daniel F. N. & Bueno, José G. R. (2015). Os limites da gestação de substituição na reprodução assistida. *Revista Paradigma*, 24(1): 17-33.
- Merleau-Ponty, Maurice (1999). *Fenomenologia da percepção*. (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Minich, Julie A. (2016). Enabling Whom? Critical Disability Studies Now. *Lateral*, 5(1).
- Mitman, Gregg (2007). *Breathing Space: How Allergies Shape Our Lives and Landscapes*. New Haven: Yale University Press.
- Mol, Annemarie (2002). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham/London: Duke University Press.
- Moore, Lisa J. & Clarke, Adele E (1995). Clitoral conventions and transgressions: Graphic representations in anatomy texts, 1900-1991. *Feminist Studies*, 21: 255-301.
- Morcel, Karine; Camborieux, Laure & Guerrier, Daniel (2007). Programme de Recherches sur les Aplasies Müllérienes (PRAM). Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH) syndrome. *Orphanet Journal of Rare Diseases*: 2-13.
- Nash, Linda (2006). *Inescapable Ecologies: A History of Environment, Disease, and Knowledge*. Berkeley: University of California Press.
- Nicholson, Linda (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 2: 9-41.
- Pereira, Dirceu H. M. (2011). A história da reprodução humana no Brasil. *Femina*, 39(2): 59-64.
- Pereira, Maria do Mar (2012). *Fazendo Gênero no recreio: a negociação do gênero em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Peters, Michael (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Piazza, Mauri J. (2014). Neovaginoplastias: uma revisão dos diversos métodos de tratamento. *Femina*, 42(3): 122-127.
- Pickering, Andrew (1995). *The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Platão (1991). *Fédon*. São Paulo: Nova Cultural.
- Platão (1972). *O Banquete*. São Paulo: Abril Cultural.
- Platt, Jennifer (2012). The History of the Interview. In Jaber F. Gubrium; James A. Holstein; Amir Marvasti & Karyn D. McKinney (Eds.), *The SAGE Handbook of Interview Research*. Los Angeles: SAGE Publications: 9-26.
- Preciado, Paul B. (2014). *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, Paul B. (2019). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Prins, Baukje; Meijer, Irene C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 10(1): 155-167.

- Prosser, Jay (2006). Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex. In Susan Stryker & Stephen Whittle (Eds.), *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge: 257-280.
- Rabelo, Daniela A. (2018). *A Construção do Estigma para mulheres com Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser na Mídia – Perspectiva de Corpo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Bioética, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília.
- Ranke-Heinemann, Uta (1990). *Eunuchs for the Kingdom of Heaven: Women, Sexuality and the Catholic Church*. USA: Doubleday/Penguin.
- Rajan, Kaushik S. (2006). *Biocapital: The Constitution of Postgenomic Life*. Durham: Duke University Press.
- Rekret, Paul (2016). A critique of new materialism: ethics and ontology. *Subjectivity*, 9(3): 225-245.
- Repo, Jemima (2016). *The Biopolitics of Gender*. New York: Oxford University Press.
- Rettberg, Jill W. (2014). *Seeing ourselves through technology: How we use selfies, blogs and wearable devices to see and shape ourselves*. London: Palgrave Pivot.
- Richards, Elliott. G.; Agatisa, Patricia. K.; Davis, Anne. C.; Flyckt, Rebecca; Mabel, Hilary; Falcone, Tommaso; Tzakis, Andreas & Farrell, Ruth M. (2019). Framing the diagnosis and treatment of absolute uterine factor infertility: Insights from in-depth interviews with uterus transplant trial participants. *AJOB Empirical Bioethics*, 10(1): 23-35.
- Roberts, Celia (2007). *Messengers of Sex: hormones, biomedicine and feminism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rorty, Richard (1989). *Contingency, Irony and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rorty, Richard (1967). *The Linguistic turn: essays in philosophical method*. London: The University of Chicago Press.
- Rosiek, Jerry & Snyder, Jimmy (2018). Narrative Inquiry and New Materialism: Stories as (Not Necessarily Benign) Agents. *Qualitative Inquiry*: 1-12.
- Rotania, Alejandra (2001). *A celebração do temor. Biotecnologias, reprodução, ética e feminismo*. Rio de Janeiro: Epapers.
- Rousseau, Jean-Jacques (1992). *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Rubin, Gayle (1975). The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In Rayna R. Reiter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press: 157-210.
- Rubin, Henry (1999). Trans Studies: Between a metaphysics of presence and absence. In Kate More & Stephen Whittle (Eds.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the Fin de Siècle*, New York: Cassell: 173-192.
- Safatle, Vladimir (2015). *O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.
- Saffioti, Heleieth (2009). Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaios*, FLACSO - Brasil.
- Santo Agostinho (2000). *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural.

- Santos, Boaventura de S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2): 46-71.
- Santos, Boaventura de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura de S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Caynã de C. (2017). O Pecado da Carne: Neomaterialismo e a (Re)Descoberta do Corpo. *Ex aequo*, 35: 145-158.
- Santos, Otávio M. (2010). Gravidez de substituição. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 10: 363-367.
- Schlegel, Friedrich (1997). Fragmento 116 do Athenaeum. In Friedrich Schlegel, *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras: 64-65.
- Schätz, Theresa; Huber, Johannes & Wenzl, René (2005). Creation of a neovagina according to Wharton-Sheares-George in patients with Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser syndrome. *Fertility and Sterility*, 83(2):437-41.
- Shilling, Chris (2003). *The Body and Social Theory*. London: Sage Publications.
- Shildrick, Margrit (2014). “Why Should Our Bodies End at the Skin?”: Embodiment, Boundaries, and Somatechnics. *Hypatia*, 30(1): 13–29.
- Sousa, Sílvia; Silva, Carla; Rodrigues, Carla; Leite, Helena; Geraldês, Fernanda & Águas, Fernanda (2014). Abordagem diagnóstica e terapêutica na síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser. *Acta Obstet Ginecol Port*, 8(1): 8-13.
- Souza, Maria do Carmo B. (2014). Latin America and access to Assisted Reproductive Techniques: a Brazilian perspective. *JBRA Assisted Reproduction*, 18(2): 47-51.
- Spar, Debora L. (2006). *The Baby Business: Elite Eggs, Designer Genes, and the Thriving Commerce of Conception*. Boston: Harvard Business School Press.
- Spelman, Elizabeth V. (1982). Woman as Body: Ancient and Contemporary Views. *Feminist Studies*, 8(1): 109-131.
- Spivak, Gayatri C. (1988). Can the subaltern speak? In Cary Nelson & Lawrence Grossberg (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Macmillan: Basingstoke: 271-313.
- Springgay, Stephanie & Truman, Susan. (2018). *Walking methodologies in a more-than-human world: WalkingLab*. New York: Routledge.
- Springgay, Stephanie & Truman, Susan (2017). On the Need for Methods Beyond Proceduralism: Speculative Middles, (In)Tensions, and Response-Ability in Research. *Qualitative Inquiry*. 24(3): 1-12.
- St. Pierre, Elizabeth A.; Jackson, Alecia Y. & Mazzei, Lisa A. (2016). New Empiricisms and New Materialisms. *Cultural Studies ↔ Critical Methodologies*, 16(2): 99–110.
- St. Pierre, Elizabeth A. (2011). Post qualitative research: The critique and the coming after. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research*. Los Angeles: Sage: 611- 625.
- St. Pierre, Elizabeth A. (2018). Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. *Práxis Educativa*, 13(3): 1044-1064.

- Taylor, Diana (1997). Redefining Motherhood through Technologies and Sexualities. In Alexis Jetter; Annelise Orleck & Diana Taylor (Eds.), *The Politics of Motherhood: Activist Voices from Left to Right*. Hanover, NH: University Press of New England: 285-288.
- Telles, Edward (2014). *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. North Carolina: University of North Carolina.
- Tuana, Nancy (1988). The weaker seed: The sexist bias in reproductive theory. *Hypatia*, 3(1): 35-59.
- Tuana, Nancy (2008). Viscous Porosity: Witnessing Katrina. In Stacy Alaimo & Susan Hekman (Eds.), *Material Feminism*. Bloomington: Indiana University Press: 188-213.
- Turner, Terence (1994). Bodies and Anti-bodies: Flesh and Fetish in Contemporary Social Theory. In Thomas J. Csordas (Ed.), *Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self*. Cambridge: Cambridge University Press: 27-47.
- Thornhill, Randy & Palmer, Craig T. (2000). *A Natural History of Rape: biological bases of sexual coercion*. Massachusetts: The MIT Press.
- Turnbaugh, Peter. J. et al. (2007). The Human Microbiome Project. *Nature*, 449: 804–810.
- Threadcraft, Shatema (2016). Embodiment. In Lisa Disch & Mary Hawkesworth (Eds.), *The Oxford Handbook of Feminist Theory*. New York: Oxford University Press: 207-226.
- Vasterling, Veronica (2003). Body and language: Butler, Merleau-Ponty and Lyotard on the Speaking Embodied Subject. *International Journal of Philosophical Studies*, 11(2): 205-223.
- Valencius, Conevery B. (2002). *The Health of the Country: How American Settlers Understood Themselves and Their Land*. New York: Basic Books.
- Young, Iris Marion (2005). *On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays*. New York: Oxford University Press.
- Zirbel, Ilze (2019). Biopoder e Técnicas Reprodutivas. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 1: 123-143.
- Žižek, Slavoj (2013). *Menos que Nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo.
- Waldby, Catherine (2000). *The Visible Human Project: Informatic Bodies and Posthuman Medicine*. New York: Routledge.
- Warfield, Katie (2016). Making the Cut: An Agential Realist Examination of Selfies and Touch. *Social Media + Society*, 2(2): 1-10.
- Weinbaum, Alys E. (2019). *The afterlife of reproductive slavery: biocapitalism and Black feminism's philosophy of history*. Durham: Duke University Press.
- Wilbert, Chris (2006). Profit, plague and poultry: The intra-active worlds of highly pathogenic avian flu. *Radical Philosophy*, 139: 2-8.
- Wittig, Monique (1990). The straight mind. In Russel Ferguson et al. (Eds.), *Out there: marginalization and contemporary cultures*. New York: New Museum of Contemporary Art: 51-57.
- Wittig, Monique (1993). One is not born a woman. In Henry Abelove; Michèle A. Barale & David M. Halperin (Eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York & London: Routledge.

Wittgenstein, Ludwig J. J. (1999). *Investigações Filosóficas*. (José Carlos Bruni, Trad.). São Paulo: Editora Nova Cultural.